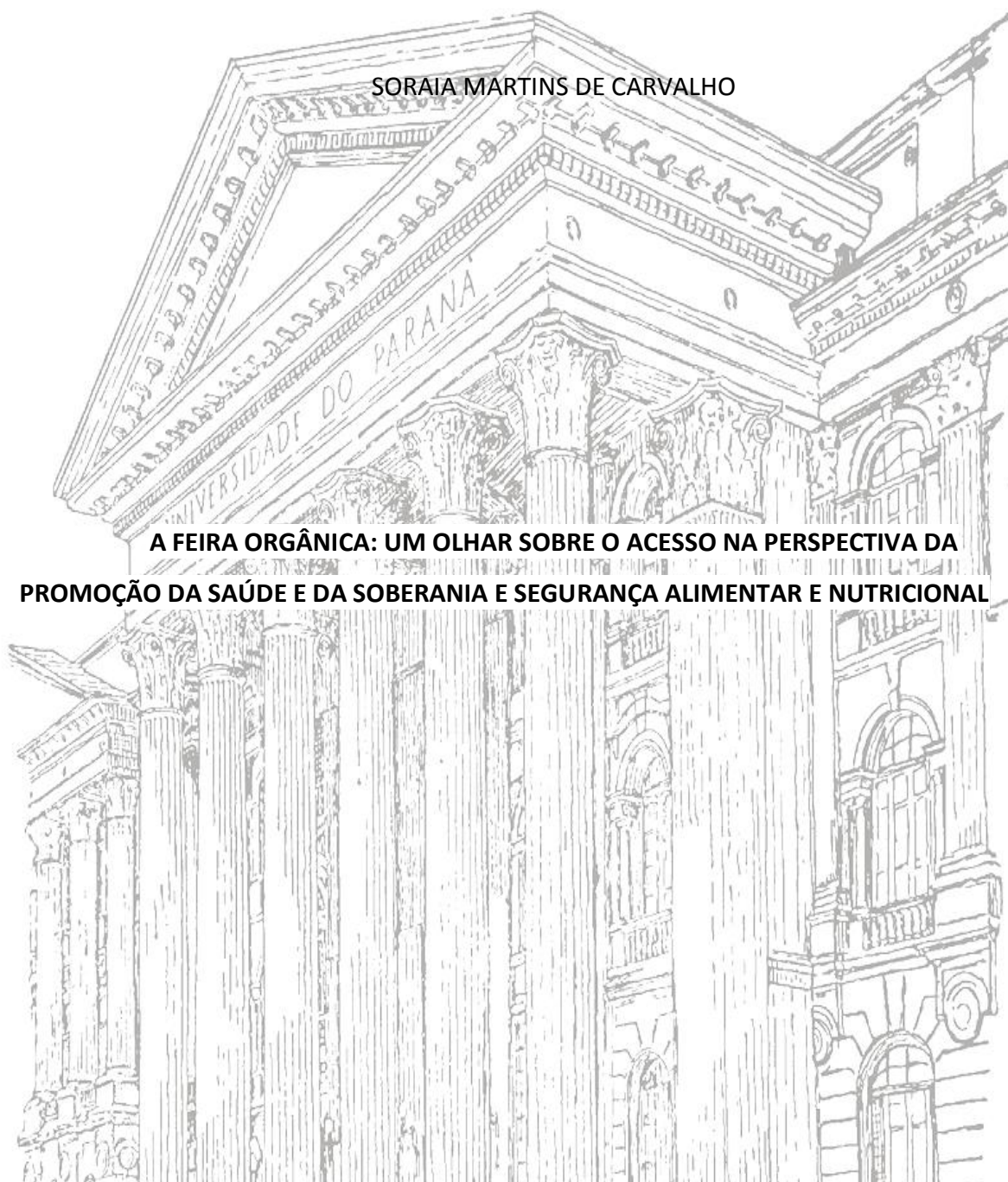


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SORAIA MARTINS DE CARVALHO

**A FEIRA ORGÂNICA: UM OLHAR SOBRE O ACESSO NA PERSPECTIVA DA
PROMOÇÃO DA SAÚDE E DA SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**



CURITIBA
2017

SORAIA MARTINS DE CARVALHO

**A FEIRA ORGÂNICA: UM OLHAR SOBRE O ACESSO NA PERSPECTIVA DA
PROMOÇÃO DA SAÚDE E DA SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Alimentação e Nutrição do Setor de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Alimentação e Nutrição.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Islandia Bezerra
Coorientadora: Prof^ª. Dra. Silvia Rigon

CURITIBA
2017

Carvalho, Soraia Martins

A feira orgânica: um olhar sobre o acesso na perspectiva da promoção da saúde e da soberania e segurança alimentar e nutricional / Soraia Martins Carvalho – Curitiba, 2017.
151 f. : il. (algumas color.) ; 30 cm

Orientadora: Professora Dra. Islandia Bezerra

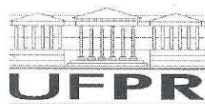
Coorientadora: Professora Dra. Silvia Rigon

Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Alimentação e Nutrição, Setor de Ciências da Saúde. Universidade Federal do Paraná.

Inclui bibliografia

1. Abastecimento de alimentos. 2. Segurança alimentar. 3. Promoção da saúde. I. Bezerra, Islandia. II. Rigon, Silvia. III. Universidade Federal do Paraná. IV. Título.

CDD 363.8



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Setor CIÊNCIAS DA SAÚDE
Programa de Pós-Graduação ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **SORAIA MARTINS DE CARVALHO** intitulada: **As feiras orgânicas: um olhar sobre o acesso na perspectiva da promoção à saúde e da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional**, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 13 de Julho de 2017.

SILVIA DO AMARAL RIGON

Presidente da Banca Examinadora (UFPR)

OSVALDO HELLER DA SILVA

Avaliador Externo (UFPR)

JULIAN PEREZ CASSARINO

Avaliador Externo (UFFS)

AGRADECIMENTOS

Aos agricultores e agricultoras que atuam nas Feiras Orgânicas do município de Curitiba, por terem aceitado participar da pesquisa e contribuído de coração aberto e sorriso no rosto com informações, não apenas sobre a produção e a comercialização de alimentos, mas, sobretudo, sobre suas histórias de vida, de lutas e de conquistas.

Aos trabalhadores e trabalhadoras que atuam na Secretaria Municipal de Abastecimento (SMAB), por terem me recebido nos seus ambientes de trabalho de uma forma acolhedora e prestativa, contribuindo com informações essenciais para o desenvolvimento da pesquisa.

Ao Sr. Marcelo Munaretto (Secretário Municipal/SMAB) e Sr. Nivaldo Vasconcellos (Diretor-Departamento de Unidades de Abastecimento/SMAB), equipe gestora na época, por terem possibilitado o desenvolvimento da pesquisa na Secretaria e acreditado no potencial do estudo.

À minha orientadora Islandia Bezerra, pela paciência, sabedoria e dedicação no acompanhamento da pesquisa, me ajudando a “tecer” com linhas coloridas cada palavra e frase da dissertação, suas contribuições foram essenciais para a riqueza da pesquisa. Para além da função de orientadora, agradeço a amizade, os sorrisos, os abraços apertados; esse apoio emocional foi fundamental para tornar minha vivência em Curitiba mais ensolarada e aquecida.

À Sílvia Rigon, por ter aceitado coorientar a pesquisa na metade do caminho, sua chegada foi fundamental para enriquecer a pesquisa, como seria maravilhoso tê-la junto desde o início. E também pelo apoio, carinho e atenção de sempre.

Aos professores Osvaldo e Júlian, que participaram da banca de qualificação da pesquisa, suas contribuições foram importantíssimas para o direcionamento da pesquisa. Fico muito feliz por tê-los na banca da defesa.

Às minhas companheiras de caminhada do mestrado Ana, Luci e Andréa, aos poucos fomos construindo uma linda amizade que foi essencial para minha permanência em Curitiba, agradeço o apoio, as conversas, as boas risadas, os chimarrões, as caronas, as yogas...

Às colegas, às professoras, à coordenadora M^a Eliana, pelos aprendizados e trocas durante a caminhada do mestrado. Ao Mauro, sempre carinhoso, agradeço o apoio de sempre.

À CAPES, pelo apoio financeiro para desenvolvimento da pesquisa.

Por fim, agradeço imensamente à minha mãe e ao meu pai, que sempre me apoiam nas minhas escolhas e me dão forças para sustentá-las, às minhas queridas irmãs e irmão, pelo apoio e as belas palavras de incentivo, à minha irmã Carla, pela dedicação em tentar estar sempre perto, presente, atenciosa; tudo para não me deixar desanimar; amo vocês!!

RESUMO

Pesquisa de caráter qualitativo, desenvolvida no município de Curitiba/PR, entre os anos de 2015 e 2017, tendo como cenários de análise as Feiras Orgânicas e o contexto institucional da Secretaria Municipal de Abastecimento (SMAB) de Curitiba. Esta pesquisa teve como objetivo compreender os aspectos que influenciam (potencializam e/ou restringem) no acesso da população aos alimentos orgânicos e/ou agroecológicos comercializados nas Feiras Orgânicas do município de Curitiba, a partir da percepção de trabalhadores/gestores e técnicos da SMAB e agricultoras e agricultores/feirantes. Para realização da pesquisa foram entrevistados/as cinco (5) trabalhadores/as da SMAB e oito (8) agricultoras e agricultores/feirantes. As Feiras Orgânicas são de responsabilidade do Departamento de Unidades de Abastecimento/SMAB que gerencia o total de quatorze (14) Feiras, localizadas, em sua maioria, em praças e ruas de bairros do município. Considerando os resultados da pesquisa, elementos importantes foram revelados e que precisam ser considerados na elaboração de políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional. Foi possível discutir o papel do poder público enquanto um articulador entre a produção e o consumo de alimentos adequados e saudáveis. Com relação a esse papel, a forma de ingresso nas Feiras foi percebida como uma barreira de acesso aos pequenos agricultores familiares, o que afeta diretamente a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN) da população. Além disso, a localização das Feiras foi identificada enquanto um elemento que tem contribuído para a construção de um padrão de “perfil de consumidor de alimentos orgânicos”. Em contrapartida, foi identificado que a prática do preço justo, a sazonalidade e as relações de *reciprocidade* nas Feiras têm possibilitado um mercado mais justo e solidário. No entanto, a busca por uma variedade de alimentos comercializados nas Feiras foi identificada enquanto uma condição que tem estimulado a participação mais presente de intermediários. Por fim, foram identificadas interfaces entre as Feiras e a Promoção da Saúde, enquanto um potencial espaço de aproximação das relações entre a sociedade e a natureza, de acesso aos alimentos adequado e saudável, que moldura uma complexa rede relacional entre produtores e consumidores e que pode ser capaz de reorientar o consumo e estimular hábitos de vida saudável, concernente às premissas da promoção da saúde e da segurança alimentar e nutricional. Nesse sentido, esta pesquisa indicou que, para a criação e a sustentabilidade de ações públicas de abastecimento, se faz necessário uma rede articulada de pessoas e instituições envolvidas e engajadas no processo, realizando um processo permanente de troca de percepções e comunicação efetiva. E, considerando o papel do poder público na realização de políticas públicas para ampliação do acesso à alimentação adequada e saudável pela população, ancoradas as premissas do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e SSAN, esta pesquisa identificou aspectos que precisam ser reconhecidos, por serem determinantes sobre as condições pelas quais a população acessa os alimentos agroecológicos.

Palavras chaves: Abastecimento Alimentar; Segurança Alimentar; Promoção da Saúde.

ABSTRACT

Research of a qualitative nature, developed in the city of Curitiba / PR, between the years of 2015 and 2017, having as scenarios of analysis the Organic Fairs and the Municipal Secretariat of Supply (SMAB) of Curitiba. The objective of this research was to understand the aspects that influence (empower and / or restrict) the population's access to organic and / or agroecological foods commercialized in the Organic Fairs of the city of Curitiba, based on the perception of workers / managers and technicians of SMAB and Farmers and farmers. To carry out the research, five (5) SMAB workers and eight (8) female farmers and farmers were interviewed. The Organic Fairs are the responsibility of the Department of Supply Units / SMAB that manages the total of fourteen (14) Street Fairs , located, in most, in squares and streets of districts of the municipality. Considering the results of the research, important elements have been revealed and need to be considered in the elaboration of SAN public policies. It was possible to discuss the role of the public power as an articulator between the production and consumption of adequate and healthy food. With regard to this role, the way of entering the Fairs was perceived as a barrier to the access of the small family farmers, which directly affects the SSAN of the population. In addition, the location of the Fairs was identified as an element that has contributed to the construction of a standard "consumer profile of organic foods". On the other hand, it was identified that the practice of fair price, seasonality and reciprocity relations at the Fairs have made possible a fairer and more solid market. However, the search for a variety of foods marketed at the Fairs was identified as a condition that has stimulated the more present participation of middlemen. Finally, interfaces between the Health Promotion Fairs were identified, as a potential space for approaching the relationship between society and nature, of access to adequate and healthy food, that shaped a complex relational network between producers and consumers and that May be able to reorient consumption and stimulate healthy life habits concerning the premises of health promotion and food and nutritional security. However, considering the role of public power in the implementation of public policies to increase access to adequate and healthy food by the population, anchored the premises of the DHAA and SSAN, it is necessary to recognize that most of the experiences of fairs that sell food from family agriculture Have little or no support from the municipal public authority to organize the fairs or provide technical, logistical and operational support to farmers.

Keywords: Food Supply; Food Safety; Health promotion.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1 – CARACTERIZAÇÃO DAS PESSOAS ENTREVISTADAS NO SETOR DE ABASTECIMENTO/SMAB.....	20
QUADRO 2 – CARACTERIZAÇÃO DAS PESSOAS ENTREVISTADAS QUE COMERCIALIZAM NAS FEIRAS ORGÂNICAS DE CURITIBA.....	22
QUADRO 3 – LISTA DE DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS CONSULTADOS NA SMAB.....	23
QUADRO 4 - CLASSIFICAÇÃO DOS NÚCLEOS DE SENTIDO, IDENTIFICADAS A PARTIR DAS EXPRESSÕES CHAVES.....	25
FIGURA 1 - PROJETO DA BARRACA COM USO DE BAMBU.....	86
GRÁFICO 1 – EVOLUÇÃO DAS FEIRAS ORGÂNICAS ENTRE OS ANOS DE 1995 A 2016....	87
FIGURA 2 - LOCALIZAÇÃO DAS FEIRAS ORGÂNICAS DE ACORDO COM O RENDIMENTO MENSAL MEDIANO DOS DOMICÍLIOS PARTICULARES. CENSO 2010 – IBGE.....	106
FIGURA 3 - LOCALIZAÇÃO DAS FEIRAS ORGÂNICAS (VERDE) E DO PROGRAMA NOSSA FEIRA (AZUL), DE ACORDO COM O RENDIMENTO MENSAL MEDIANO DOS DOMICÍLIOS PARTICULARES, CENSO 2010 – IBGE.....	109

LISTA DE ABREVIATURAS E/OU SIGLAS

AOPA – ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTURA ORGÂNICA DO PARANÁ/ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA AGROECOLOGIA

ACOPA – ASSOCIAÇÃO DE CONSUMIDORES DE PRODUTOS ORGÂNICOS DO PARANÁ

CAISAN – CÂMARA INTERINSTITUCIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

CEASA - CENTRAIS DE ABASTECIMENTO

CNSAN – CONFERÊNCIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

CONSEA - CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

COMSEA - CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

[CPRA - CENTRO PARANAENSE DE REFERÊNCIA EM AGROECOLOGIA](#)

DHAA – DIREITO HUMANO A ALIMENTAÇÃO ADEQUADA

EMATER - INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

IPARDES - INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

IVV - INSTITUTO VERDE VIDA DE DESENVOLVIMENTO RURAL

PLANSAN – PLANO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

PLAMSAN - PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

SMAB – SECRETARIA MUNICIPAL DE ABASTECIMENTO

SAN – SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

SSAN – SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

SEAB - SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

SOBAL – SOBERANIA ALIMENTAR

UFPR – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SUMÁRIO

1. PRIMEIRO CAPÍTULO	11
1.1 Construção do Objeto de Estudo.....	11
1.2 Caminho Metodológico.....	17
2. SEGUNDO CAPÍTULO	27
2.1 Acesso aos alimentos adequados e saudáveis no contexto do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN).....	27
2.2 Breve histórico do movimento da agricultura ecológica ou alternativa e da Agroecologia.....	32
2.3 A relação entre produção, comercialização e consumo de alimentos agroecológicos na perspectiva da Promoção da Saúde e da SSAN.....	36
2.4 Primeiras experiências de políticas públicas de abastecimento alimentar.....	41
2.5 Política de abastecimento alimentar: o caso da Secretaria Municipal de Abastecimento (SMAB) de Curitiba.....	47
3. TERCEIRO CAPÍTULO - SAÚDE E AGROECOLOGIA: OS SENTIDOS E SIGNIFICADOS DOS ALIMENTOS COMERCIALIZADOS NA FEIRA ORGÂNICA	53
3.1 Por uma reconstrução do rural que ressignifique a produção, o acesso e o consumo de alimentos adequados e saudáveis.....	53
3.2 “O nosso é aquilo que a natureza faz, é saúde!”: interfaces entre as feiras e a promoção da saúde.....	60
3.3 Agroecologia e agricultura orgânica no contexto das Feiras Orgânicas.....	67
4. QUARTO CAPÍTULO - FEIRAS ORGÂNICAS NO CONTEXTO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ABASTECIMENTO: O CASO DE CURITIBA	76
4.1 O início das Feiras Orgânicas: um espaço social criado por várias mãos.....	77
4.2 O papel da SMAB na organização das Feiras Orgânicas e os diferentes olhares a partir do lugar que ocupa: gestor e feirante.....	88
4.3 Dos critérios para ingresso nas Feiras Orgânicas: inclusivo ou excludente para as famílias agricultoras.....	93
5. QUINTO CAPÍTULO - CAMINHOS E ENTRAVES PARA A DISPONIBILIDADE DE ALIMENTOS A POPULAÇÃO: UM OLHAR SOBRE A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO	101
5.1 Relação entre a localização das Feiras e o perfil dos consumidores de alimentos orgânicos.....	104
5.2 Preço justo, sazonalidade e relações de reciprocidade: caminhos para a construção de novas formas de mercado.....	116
5.3 A busca por variedade de alimentos comercializados nas Feiras e sua relação com o acesso aos alimentos orgânicos e/ou agroecológicos.....	127
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	134
REFERÊNCIAS	138
APÊNDICES	151

PRIMEIRO CAPÍTULO

1.1 CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

O interesse por este estudo nasce do desejo de contribuir para uma maior aproximação entre duas dimensões da área de Saúde, que mesmo que tenha uma relação intrínseca ainda é pouco compreendida: produção e consumo de alimentos adequados e saudáveis¹. Para tanto, se toma como base os fundamentos da agroecologia como campo do conhecimento - ciência, prática e movimento - para fazer essa conexão. O acesso aos alimentos agroecológicos como uma estratégia para a Promoção da Saúde sob a ótica da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN), portanto, se configura como sendo o foco desta pesquisa.

Conectar o campo da agroecologia com as ações promotoras de saúde surge nas minhas reflexões no momento em que minha vida pessoal e profissional muda da cidade de Salvador/BA para Curitiba/PR, com o intuito de iniciar os estudos no mestrado em Alimentação e Nutrição do Programa de Pós-graduação em Alimentação e Nutrição da Universidade Federal do Paraná (PPGAN/UFPR). O reencontro com as temáticas da SSAN e agroecologia, assim como o cotidiano na cidade de Curitiba, mostra-me outro lado, até então imperceptível, do quanto a relação da produção e consumo de alimentos influencia fortemente na saúde da população, e de como esta possibilita impactar outros aspectos, tais quais os culturais, sociais e políticos, do ato de se alimentar (e alimentar aos demais).

A agroecologia enquanto um conjunto de práticas é capaz de promover um modelo de produção de alimentos sem uso de insumos químicos (agrotóxicos e fertilizantes), de sementes transgênicas e, sobretudo, por respeitar a natureza, gerando assim saúde e bem-estar, tanto para quem produz, como para quem consome. Compreender esse modelo de produção de alimentos adequado, saudável, sustentável e socialmente justo, capaz de efetivar o Direito Humano à Alimentação

¹ Será utilizado nesta pesquisa o termo “alimentos adequados e saudáveis” em referência as dimensões jurídicas e políticas do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e os pressupostos da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.

Adequada (DHAA), me mobilizou a pensar que fortalecer as relações entre as famílias agricultoras e consumidores e consumidoras, democratizar e ampliar o acesso aos alimentos agroecológicos podem contribuir para a Promoção da Saúde e da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN).

Por essa razão, algo que me chamou a atenção na cidade de Curitiba foram as feiras de alimentos orgânicos e/ou agroecológicos² – mais conhecidas como “feirinhas” e institucionalizadas pela prefeitura como Feiras Orgânicas - uma ação pública de abastecimento organizada pela gestão municipal. Esse “despertar” nasce pela reflexão de que em Salvador/Ba – onde vivi os últimos anos -, as iniciativas de feiras orgânicas e/ou agroecológicas são tímidas e a maior parte deste tipo de alimentos é comercializado em grandes redes de supermercado ou em lojas especializadas ou, ainda, em locais cujo comércio é direcionado – quase que exclusivamente - para os complexos hoteleiros e/ou para o mercado externo, impondo, de forma explícita, um não acesso destes alimentos à população baiana em geral.

Ao constatar que em alguns bairros da cidade de Curitiba existe uma maior acessibilidade aos alimentos orgânicos e/ou agroecológicos, me veio à inquietação sobre como é possível articular ações e/ou estratégias de promoção à saúde mediante a adoção de práticas que ressignifiquem a produção e o consumo de alimentos. A partir desta reflexão e após a experiência de aproximação com as Feiras, bem como com aqueles e aquelas que lhes dão vida – agricultores e agricultoras – e, ainda, conhecendo melhor sua forma de produção (agroecológica), despertou em mim mudanças no meu comportamento alimentar, até então cooptado pela lógica alimentar dos supermercados e reforçado pela imposição de “qualidade” dos produtos convencionais comercializados nessas grandes redes varejistas que, por sua vez, limitam-se aos aspectos da estética (beleza exterior).

Darolt (2012), reforça essa assertiva e coloca que o advento da indústria alimentícia e o estilo de vida moderno aumentam as distâncias entre quem produz e quem consome, tendo os supermercados como referência em detrimento das feiras

² Será utilizado nesta pesquisa a expressão “orgânicos e/ou agroecológicos por considerar que possuem definições, paradigmas e princípios diferenciados, como explica Abreu *et al.* (2012) no artigo *Relações entre agricultura orgânica e agroecologia: desafios atuais em torno dos princípios da agroecologia*. Segundo os autores, a agricultura orgânica tem suas raízes na ciência do solo e se baseia no uso de insumos naturais e não uso de transgênicos e insumos químicos. Já a Agroecologia sustenta seus princípios na ecologia e fundamenta-se nas dimensões agrônômica, ecológica, sociológica e política.

livres, reforçando assim um comportamento alimentar com base em alimentos semiprontos, prontos e ultraprocessados. Percebe-se então que o consumidor e a consumidora, principalmente aqueles e aquelas que residem nos grandes centros urbanos, são capturados e cooptados, muitas vezes, por terem poucas opções de escolha, que se soma às influências externas da mídia e da indústria alimentícia.

Entretanto, outra questão despertou meu olhar na tentativa de compreender o acesso aos alimentos orgânicos e/ou agroecológicos. Percebi também que, apesar de toda ordenação e organização das Feiras por parte da gestão municipal, bem como das famílias agricultoras, o acesso físico aos alimentos orgânicos e/ou agroecológicos é restrito a uma parcela da população e entre os limites sobressaem a localização e os preços dos alimentos comercializados.

Portanto, para fazer emergir o objeto desta pesquisa tracei um caminho teórico em busca de respostas para uma inquietação: ***É possível constituir as feiras de alimentos agroecológicos enquanto estratégias intersetoriais de políticas públicas promotoras da saúde?***; e ***Quais os aspectos que potencializaram (e ainda potencializam) e/ou que restringiram (ou ainda restringem) o acesso aos alimentos agroecológicos?***

A Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) traz em sua base o referencial teórico da promoção da saúde como um conjunto de estratégias intra e intersetorial, visando à equidade e à qualidade de vida, para intervir sobre os riscos à saúde decorrentes dos determinantes sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais. (BRASIL, 2014).

Para tanto, são propostas distintas ações e estratégias que viabilizem a melhoria da saúde, ampliando, assim, o olhar (e as intervenções) para além do sistema de saúde, incidindo sobre os fatores e as condições de vulnerabilidade, riscos e potenciais que afetam a saúde e a vida da população. Sobre esta assertiva, é possível referenciar medidas que possuem o foco no Direito Humano à Alimentação Adequada/DHAA como uma proposta de integração no campo da saúde, recém institucionalizada na Constituição Federal, mediante seu artigo 6º³.

³ "Art. 6º - São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição." www.planalto.gov.br

Esse é um dos temas prioritários que vêm sendo pautados por vários segmentos sociais: o desenvolvimento de ações para a promoção da alimentação adequada e saudável, de forma a contribuir com a promoção da saúde, a SSAN, e para realização do DHAA. Contudo, vale salientar que as discussões em torno do acesso e da promoção de uma alimentação adequada e saudável estão em curso há mais de duas décadas, portanto, não são recentes. Sobre esta assertiva, convém citar Maluf (2009) que refere que foi durante o processo de realização da I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição, em 1986, que se lançou um conjunto de propostas na área da alimentação e nutrição e estratégias para alcance da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) da população.

O amadurecimento do conceito e da institucionalização da SAN teve como marco a publicação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – Lei 11.346 (LOSAN) em 2006 e, em 2010, a alimentação adequada foi instituída como um direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos instituídos na Constituição Federal, tendo o poder público o dever de elaborar e desenvolver políticas para a promoção e garantia da segurança alimentar e nutricional da população. Como reforçam Bezerra e Isaguirre (2014, pg. 690), essa incorporação confere ao Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) um “importante valor jurídico e político que reafirma a obrigação do Estado brasileiro de respeitar, proteger, prover e realizar/viabilizar o DHAA”.

No texto da LOSAN, o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional foi descrito como:

[...] a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. (BRASIL, 2006, pg. 2).

A promoção da SAN envolve, portanto, um conjunto de ações e estratégias que possam contribuir para ampliar as condições de acesso (regular e permanente aos alimentos adequados e saudáveis); geração de trabalho e redistribuição de renda; conservação da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos; promoção da saúde, da nutrição e da alimentação; garantia da qualidade biológica, sanitária,

nutricional e tecnológica dos alimentos; estímulo de práticas alimentares e estilos de vida saudáveis; produção de conhecimento e o acesso à informação; e implementação de políticas públicas e estratégias sustentáveis e participativas de produção, comercialização e consumo de alimentos, respeitando-se as múltiplas características culturais do País. (BRASIL, 2006).

Tais estratégias demonstram a complexidade do tema devido ao amplo conjunto de condicionantes que afetam a SAN da população e nos mostra o quanto é desafiador a implementação de políticas públicas para sua promoção, por envolver estratégias tanto de produção, como também, de abastecimento, comercialização, disponibilidade e consumo de alimentos.

Uma das diretrizes para a construção de políticas municipais de SAN, orientada pelo CONSEA, é a de "... ampliar o acesso a uma alimentação de qualidade e regular as condições em que os alimentos são disponibilizados à população". (COSTA; MALUF, 2001, p. 17). Porém, para colocar em prática essa diretriz deve-se estruturar uma política de abastecimento alimentar nas cidades, integrada com os princípios da segurança alimentar e nutricional.

Os autores referem que ações e programas de abastecimento alimentar possuem dupla inserção nas políticas de SAN. De um lado, incidem sobre os principais fatores que condicionam o acesso aos alimentos por todos os segmentos da população, de outro lado, têm a capacidade de criar espaços que promovam a produção e a distribuição dos alimentos pela agricultura familiar e a pequena indústria agroalimentar, ampliando a disponibilidade de alimentos de qualidade, de baixo custo, que aproxima a produção do consumo e valoriza a diversidade nos hábitos alimentares regionais. (COSTA; MALUF, 2001, p. 24).

Considerando essas reflexões, retomo as inquietações descritas no início deste capítulo e identifico que, para aproximar a Saúde – em uma perspectiva ampla de promoção da saúde – com a Agroecologia, é necessário estabelecer pontes entre a produção e o consumo de alimentos. Desta forma, com o intuito de contribuir com a construção dessas "pontes", esse estudo pretende identificar caminhos que possam (re)criar políticas públicas (ou sugerir meios para) de ampliação de acesso e promoção do consumo de alimentos comprometidos com a promoção da saúde e a defesa da vida.

Nesse sentido, esta pesquisa se estrutura a partir dos seguintes objetivos:

Geral:

- ✓ Analisar o processo organizacional das Feiras Orgânicas e como ocorre o acesso aos alimentos orgânicos e/ou agroecológicos comercializados neste âmbito, na perspectiva da promoção da saúde e da soberania e segurança alimentar e nutricional.

E específicos:

- ✓ Conhecer como se deu o processo de criação das Feiras Orgânicas e sua inserção na política municipal de abastecimento;
- ✓ Analisar a percepção de trabalhadores/gestores e técnicos da SMAB e agricultoras e agricultores/feirantes sobre os aspectos que potencializam e/ou restringem o acesso da população aos alimentos orgânicos e/ou agroecológicos comercializados nas Feiras Orgânicas do município de Curitiba.
- ✓ Identificar as interfaces entre o acesso aos alimentos orgânicos e/ou agroecológicos comercializados nas Feiras Orgânicas com a promoção da saúde e a soberania e segurança alimentar e nutricional.

Pretende-se com os resultados desta pesquisa:

- ✓ Contribuir com informações, estratégias e fluxos que possibilitem ampliar o acesso da população aos alimentos orgânicos e/ou agroecológicos e ainda,
- ✓ Identificar possíveis iniciativas que possam subsidiar a implementação de ações e programas de abastecimento e comercialização de alimentos agroecológicos nas políticas municipais de SAN, sob a ótica da promoção da saúde.
- ✓ Contribuir para a construção do conhecimento em torno da aproximação entre as abordagens conceituais da promoção da saúde e do abastecimento, enquanto políticas e conceitos complementares.

1.2 CAMINHO METODOLÓGICO

Trata-se de Estudo de Caso, de caráter qualitativo, desenvolvido no município de Curitiba, no estado do Paraná.

Triviños (1987, p. 133) define estudo de caso “como um tipo de pesquisa qualitativa que se utiliza de uma unidade de análise como objeto de estudo”, podendo ter características diferentes, considerando a natureza e abrangência da unidade a ser pesquisada (indivíduos, escolas, instituições, programas e políticas públicas, etc.).

De acordo com Bruyne, Herman e Schoutheete (1991), os estudos de caso recorrem a técnicas de coleta de informações variadas como a observação participante, entrevistas e análise documental, com vistas a reunir um conjunto de informações detalhadas e refinadas para um estudo em profundidade de casos particulares e singulares.

Os cenários de análise

Este Estudo de Caso tem como cenários de análise as Feiras Orgânicas e o contexto institucional da Secretaria Municipal de Abastecimento (SMAB) de Curitiba, um recorte delimitado, visando aprofundar o olhar sobre o acesso aos alimentos orgânicos e/ou agroecológicos e os fatores que o influenciam.

De acordo com Minayo (2014), o campo de estudo é o recorte que o pesquisador faz em termos de espaço, representando uma realidade empírica a ser estudada a partir das concepções teóricas que fundamentam o objeto da investigação.

Atualmente, a SMAB possui em sua estrutura três departamentos: Departamento de Abastecimento Social; Departamento de Educação Alimentar e Nutricional e Departamento de Unidades de Abastecimento, responsáveis pelo desenvolvimento da política municipal de abastecimento. As Feiras Orgânicas são de responsabilidade do Departamento de Unidades de Abastecimento que gerencia o total de quatorze (14) feiras, localizadas, em sua maioria, em praças e ruas de bairros do município.

Para compreender melhor a organização e funcionamento das Feiras, foi realizada uma caracterização da SMAB e das ações da política municipal de

abastecimento, com ênfase nas Feiras Orgânicas, já que fazem parte do escopo de suas ações. Deste modo, utiliza-se a Política como lente de aumento para ajudar a compreender os fatos que envolvem o cenário escolhido. Foram utilizados dados bibliográficos, documentos oficiais, legislações para contextualizar a SMAB e suas ações, sobretudo, voltadas à questão do abastecimento e comercialização dos alimentos da agricultura familiar orgânica e/ou agroecológica.

Pesquisa exploratória: (re)conhecendo a Feira Orgânica

Uma abordagem qualitativa exige – de quem está pesquisando - lançar mão de métodos e técnicas que tenham a proposta de aproximar os sujeitos envolvidos. Desse modo, o processo de aproximação, reconhecimento e exploração das feiras foi iniciado mesmo antes da elaboração do projeto de pesquisa. Para além da escolha do objeto de investigação, identificação do problema a ser pesquisado e dos potenciais participantes do estudo, as idas às feiras visou conhecer a dinâmica particular desse ambiente, permitindo à pesquisadora conectar-se com o cenário e os atores envolvidos no cotidiano das Feiras.

Inicialmente, foram identificadas três Feiras para iniciar a pesquisa exploratória de campo, nas seguintes localidades: Jardim Botânico, Passeio Público e Praça da Ucrânia. A pesquisa exploratória nesse primeiro momento não teve intenções de iniciar coleta de dados, pelo contrário, teve como propósito realizar um momento de vivência da pesquisadora enquanto consumidora de alimentos agroecológicos, permitindo-a interagir com os consumidores locais, constituir vínculos com os agricultores/feirantes e conhecer a história e a dinâmica das Feiras.

Deslandes, Neto e Gomes (2002) reforçam a importância do trabalho de campo na pesquisa social por permitir – por parte de quem pesquisa - desenvolver relações de proximidade com a realidade a ser pesquisada, bem como, uma melhor identificação com o tema. Desta forma, essa fase foi considerada um dos momentos mais primordiais na investigação, vez que preparou a pesquisadora para experienciar as interações no campo da pesquisa, possibilitando o confronto com a realidade a ser estudada e o início propriamente da coleta de dados e análise das informações.

Participantes do estudo

A partir da pergunta “quais indivíduos sociais têm uma vinculação mais significativa para o problema a ser investigado?” (DESLANDES; NETO; GOMES, 2002, p. 43), identificou-se como potenciais informantes-chaves: trabalhadores da SMAB - gestores e/ou técnicos que atuam na coordenação, gerência e operacionalização das Feiras Orgânicas; e agricultoras e agricultores/feirantes que comercializam nas Feiras Orgânicas. A escolha por essas pessoas teve como base o fato de estarem intrinsecamente ligadas ao objeto de investigação e imersas no cotidiano das Feiras.

Durante o processo de identificação dos informantes-chaves, foram considerados os consumidores que frequentam as Feiras, bem como, aqueles que não frequentam, como atores potenciais para fazerem parte do estudo, porém, analisou-se que esta inclusão aumentaria de forma significativa o universo a ser pesquisado e, além disso, seria necessário incluir diferentes métodos e técnicas de coleta e análise de dados, não condizendo com os tempos de uma pesquisa de Mestrado.⁴

A partir da identificação dos potenciais informantes-chaves, outra etapa seguiu o curso para o devido prosseguimento da pesquisa, que foi uma consulta à SMAB sobre o interesse e disponibilidade do seu quadro de pessoal participar do estudo. Por se tratar de um estudo inédito, sobretudo por se relacionar à questão do abastecimento como uma ação estratégica de promoção à saúde, a possibilidade de colaborar com o estudo teve uma excelente receptividade.

Após a apresentação da proposta de pesquisa à equipe gestora da SMAB e considerando como critério para participação a atuação direta na gestão, coordenação e/ou operacionalização das Feiras Orgânicas, se aventou entrevistar cinco (05) pessoas (gestores e gestoras e técnicos e técnicas) do setor de abastecimento alimentar da SMAB, cuja descrição é apresentada no Quadro 1:

⁴ Considerando a necessidade de compreender o acesso a partir do olhar dos consumidores, foi desenvolvida uma pesquisa exploratória, entre os meses de abril e maio de 2017, sobre o consumo de alimentos orgânicos e/ou agroecológicos com consumidores e consumidoras que frequentam as feiras livres convencionais e as Feiras Orgânicas. Essa pesquisa foi desenvolvida pela aluna da graduação Juliana Silva (SILVA, 2017) como requisito para conclusão do curso de Nutrição da UFPR, orientada pelas professoras Silvia Rigon, Islandia Bezerra e coorientada pela mestranda Soraia Carvalho.

Quadro 1: Caracterização do perfil das pessoas entrevistadas no setor de abastecimento alimentar/SMAB, setembro de 2016.

Código	Sexo	idade	Tempo de atuação na SMAB	Forma de contrato/vínculo de trabalho
Trabalhador1/SMAB	M	51	11 anos	Concursado
Trabalhador2/SMAB	M	49	25 anos	Concursado
Trabalhadora3/SMAB	F	41	02 anos	Concursada
Trabalhadora4/SMAB	F	56	20 anos	Concursada
Trabalhador5/SMAB	M	39	12 anos	Cargo Comissionado

Fonte: Investigação de campo realizada pela pesquisadora, 2016.

A definição destas pessoas, consideradas informantes-chave, não foi aleatória. Ao apresentar a proposta de pesquisa à equipe gestora do setor de abastecimento, de forma espontânea, os nomes de algumas pessoas foram sendo citados como potenciais participantes, dado seus graus de engajamento na operacionalização das Feiras Orgânicas.

Como um incremento à compreensão da organicidade das Feiras Orgânicas, também se levou em conta as falas de quem produz/comercializa. Desta forma, durante a consulta aos documentos institucionais da SMAB foi possível ter acesso à relação de feirantes ou permissionários (como são denominados pela equipe técnica da SMAB), sendo possível assim identificar/caracterizar quem e onde se localiza nas Feiras Orgânicas para posterior contato.

No total, fazem parte das Feiras Orgânicas cinquenta e quatro (54) permissionários(as) - pessoa física ou jurídica que recebe permissão para exercer ramo de atividade comercial em bem público. Tais atores atuam em oitenta e seis (86) barracas distribuídas nas quatorze (14) Feiras do município de Curitiba. Dentre os permissionários(as), seis (06) atuam no ramo da comercialização de alimentos/produtos (lanches, pescados, cosméticos), uma (01) Associação, uma (01) Cooperativa e os demais são permissionários(as) que comercializam hortifrutigranjeiros e/ou cereais.

Com relação à localização da produção, dos quarenta e oito (48) permissionários(as) que comercializam hortifrutigranjeiros e/ou cereais, quarenta e seis (46) estão localizados no município Curitiba e região metropolitana e apenas duas (02) inscrições são de representantes da Cooperativa do município de Barra do Turvo,

estado de São Paulo/SP. O período de atuação dos permissionários(as) nas Feiras varia, pois alguns estão desde 1995 e outros recém iniciaram suas atividades (ano de 2016). A quantidade de espaços que cada permissionário(a) possui nas Feiras varia de um a quatro (01 a 04) barracas.

Após a análise da relação das pessoas permissionárias, foram identificadas famílias agricultoras/feirantes e representantes da Associação e/ou Cooperativa como possíveis participantes da pesquisa, entendendo que cada um desses atores pode contribuir com olhares diferentes sobre a temática do estudo, incluindo aquelas pessoas que atuam desde início do surgimento das Feiras, assim como as que se inseriram mais recentemente. A definição destas pessoas, consideradas informantes-chave, foi intencional, levando em considerações questões como localização da produção (diferentes cidades), tempo de atuação nas feiras, certificação, gênero, parentesco⁵ e ramo de atividade (hortifrutigranjeiros e/ou cereais; Laticínios; Alimentos processados).

Foram realizados onze (11) convites, dois feirantes não quiseram participar da pesquisa. O convite para a Cooperativa foi realizado para o membro que estava na barraca no momento da feira, mas não obtivemos retorno. Portanto, três (03) representantes não fizeram parte da pesquisa. O Quadro 2 traça uma breve caracterização do perfil dos e das feirantes entrevistados/as:

⁵ Durante a análise dos permissionários, foi identificado níveis de parentesco entre eles: doze feirantes com relação de cônjuge (ou seja, seis casais); quatro feirantes com laços de parentesco de irmãos (porém com núcleos familiares diferentes, ou seja, cada um possui sua propriedade); dois feirantes que são pai e filho; dois feirantes que são cunhados. Desta forma, a partir do estudo desses arranjos familiares foram selecionados os participantes da pesquisa que não tinham relação de parentesco entre si.

Quadro 2: Caracterização do perfil das pessoas entrevistadas que comercializam nas Feiras Orgânicas de Curitiba, outubro e novembro de 2016.

Código	Sexo	idade	Ano de ingresso na Feira	Certificadora	Locais de comercialização	Participação da família na produção
Agricultora 1/feirante	F	59	2015	Rede Ecovida	Feira e PNAE pela AOPA	Esposo e filho
Agricultor2 /feirante	M	39	2002	Rede Ecovida	Feira, venda na propriedade, entrega de sacolas e PNAE pela AOPA	Esposa e filhos
Agricultora 3/feirante	F	56	2000	TECPAR	Feira, entrega de sacolas	Esposo e filhos
Agricultora 4/feirante	F	32	2000	TECPAR	Feira e mercado	Pai, mãe e o irmão
Agricultor5 /feirante	M	33	2007	TECPAR	Feira, entrega de sacolas e mercado	Mãe e irmão
Agricultor6 /feirante	M	57	1995	Rede Ecovida	Feiras, entrega de sacolas, venda na produção, turismo rural	Esposa, filhos
Agricultora 7/feirante	F	56	2001	Rede Ecovida	Feira, mercados, lojas especializadas, PNAE pela AOPA	Esposo, filhos
Agricultora 8/feirante	F	40	2009	TECPAR	Feira e Grupo de Consumo	Esposo, filhos são pequenos

Fonte: Investigação de campo realizada pela pesquisadora, 2016.

Técnica de pesquisa, construção dos instrumentos e das estratégias de coleta de dados.

Duas técnicas de pesquisa de campo foram utilizadas: análise de documentos e entrevistas semiestruturadas realizadas com informantes-chaves.

Minyao (2014) reforça que a entrevista é uma técnica privilegiada de comunicação verbal, uma interação social entre o(a) pesquisador(a) e os informantes-chaves. Segundo a autora, a entrevista, ao captar a fala desses indivíduos sobre determinado tema, expressa a luz e a sombra da realidade e dos seus cotidianos, e sua análise dependerá da incorporação do contexto de sua produção e dos elementos provenientes da observação do(a) pesquisador(a).

Para análise documental, foram realizadas consultas a dados bibliográficos, documentos oficiais e legislações, para contextualizar o panorama da política de abastecimento do município de Curitiba (Quadro 3):

Quadro 3: Lista de documentos institucionais consultados na SMAB, setembro de 2016.

DOCUMENTOS
Portaria nº 44/2007 Regulamenta as atividades das Feiras Orgânicas
Decreto nº 1371/2015 Regulamenta o funcionamento das Unidades de Abastecimento do Município de Curitiba
Organograma da SMAB
Edital de Concorrência nº 16/2016 SMAB
Relação da localização do circuito das Feiras Orgânicas
Relação de permissionárias das Feiras Orgânicas
Relação de Indicadores de Monitoramento do funcionamento e comercialização das Feiras
Relatório de Gestão 2015
Documento preliminar da Política de SAN municipal

Fonte: Investigação de campo realizada pela pesquisadora, 2016.

Para a realização das entrevistas, foram desenvolvidos roteiros semiestruturados contendo questões para nortear o diálogo com os participantes do estudo, de forma a emergir o tema objeto da investigação. Foram elaborados dois roteiros de entrevistas, um para os e as feirantes e o outro para os gestores(as) e técnicos(as), com questões abertas permitindo a flexibilidade para incluir, quando necessário, novas perguntas durante as entrevistas. (APÊNDICE I).

O início da pesquisa de campo foi realizado através de visitas da pesquisadora à Secretaria Municipal de Abastecimento (SMAB). A autorização para acesso da pesquisadora à SMAB ocorreu mediante o envio de ofício institucional e, posteriormente, após análise e resposta do ofício, ocorreu um encontro na SMAB para apresentação do projeto de pesquisa. Nesse encontro, foram esclarecidos os aspectos relacionados à pesquisa, seus objetivos, relevância e métodos que seriam utilizados para o desenvolvimento da pesquisa no setor.

No total foram necessários oito (8) turnos de visita à SMAB que incluiu: apresentação da pesquisa; aproximação com a equipe de trabalho da SMAB; conhecimento do processo de trabalho; consulta documental; e realização das entrevistas com os trabalhadores/gestores e técnicos.

Para a realização das entrevistas com os e as feirantes, inicialmente, foi realizado um contato prévio - durante visitas às Feiras, cujo caráter foi exploratório - para apresentação e convite para participação da pesquisa. Uma vez aceitando

participar da pesquisa, as entrevistas foram devidamente agendadas e, por fim, realizadas em horários diferentes da realização das Feiras e em locais indicados pelas pessoas participantes.

Método de análise dos dados

O conteúdo das entrevistas realizadas com os participantes do estudo compreende o material de base para o aprofundamento e construção teórica da pesquisa. Nesse sentido, optou-se pela técnica da Análise do Conteúdo, modalidade temática norteadas por Bardin (2009) para análise do material resultante das entrevistas. A autora conceitua a Análise de Conteúdo como um conjunto de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das comunicações, mas acredita que esse conceito ainda não é suficiente para definir a especificidade da técnica. Refere que a análise de conteúdo é um método empírico e sua aplicação depende do tipo de fala a que se dedica e do tipo de interpretação que se pretende como objetivo.

Dentre as diversas modalidades de Análise de Conteúdo, foi selecionado a Análise Temática, que “consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição pode significar alguma coisa para o objectivo analítico escolhido”, como orienta Bardin (2009, p. 105), por ser considerada como a mais apropriada para os objetivos do estudo. Nessa direção, a análise dos dados desta pesquisa seguiu os seguintes momentos:

Primeiro Momento: transcrições das entrevistas gravadas buscando fidelidade à maneira singular como cada participante expressou suas ideias. Nesse momento, houve a organização e primeiro contato de todo material empírico e, em seguida, foram realizadas leituras repetidas, de forma a imergir no conteúdo das falas, permitindo uma intensa aproximação com material.

Segundo Momento: identificação dos Núcleos de Sentidos do material empírico. Para isso, foi construído um quadro para cada entrevistado(a), contendo três colunas com os seguintes títulos: na primeira coluna **DISCURSO**, na segunda coluna **EXPRESSÕES-CHAVES** e na terceira coluna **NÚCLEOS DE SENTIDO (NS)**. Ao passo da leitura do discurso, as expressões-chaves que estavam relacionadas ao objetivo da

pesquisa eram identificadas e recortadas, em seguida, para cada expressão-chave era denominada um núcleo de sentido.

Terceiro Momento: classificação dos núcleos de sentido em **CATEGORIAS DE ANÁLISES**. Para isso, foi construído um segundo quadro contendo duas colunas com os seguintes títulos: na primeira coluna, os **NÚCLEOS DE SENTIDO**, identificados na etapa anterior da análise; e na segunda coluna, **ENTREVISTADOS(AS)**, contendo as expressões-chave de cada entrevistado(a) para cada núcleo de sentido, também identificadas e recortadas na etapa anterior da análise.

No Quadro 4, são apresentados os NS identificados a partir das expressões-chaves dos discursos das pessoas participantes do estudo, divididos entre gestores e técnicos do setor de abastecimento e dos/das feirantes, bem como a formação das categorias de análises.

Quadro 4 - Classificação dos Núcleos de Sentido.

NÚCLEOS DE SENTIDO Gestores e Técnicos	NÚCLEOS DE SENTIDO Feirantes	Formação das categorias de Análises
Motivações para criação das Feiras e inserção na Política Municipal de Abastecimento (PMA)	Motivações (dificuldades e facilidades) para comercialização nas feiras	I Categorias 1- As Feiras Orgânicas: criação, organização e funcionamento 2- SMAB: papel, organização e políticas públicas.
Papel da SMAB na organização das Feiras	Papel da SMAB na organização das Feiras	
Dificuldades e facilidades para manutenção e expansão das feiras	-	
Percepção sobre a Política de Abastecimento	-	
-	Percepção sobre a valorização das famílias agricultoras	
Percepção sobre a forma de ingresso nas Feiras	Percepção sobre a forma de ingresso nas Feiras	
Percepção sobre o preço dos alimentos comercializados nas Feira	Percepção sobre o preço dos alimentos comercializados nas Feira	II Categoria 1- Aspectos que influenciam no acesso aos alimentos: localização das feiras; preço; sazonalidade; oferta e variedade; e relação de proximidade entre agricultores e consumidores.
Percepção sobre a localização das Feiras	Percepção sobre a localização das Feiras	
Percepção sobre a relação entre agricultor(a) e consumidor(a).	Percepção sobre a relação entre agricultor(a) e consumidor(a)	
Percepção sobre a oferta e variedade de produtos nas Feiras (produtos terceirizados)	Percepção sobre a oferta e variedade de produtos nas Feiras (produtos terceirizados)	
Concepção sobre o diferencial dos alimentos comercializados nas feiras	Concepção sobre o diferencial dos alimentos comercializados nas feiras	III Categoria 1- Relações dos alimentos e das Feiras com a promoção da saúde e SAN.
Concepção sobre produção agroecológica	Concepção sobre produção agroecológica	
Concepção sobre a relação entre os alimentos e as feiras com a promoção da saúde e SAN	Concepção sobre a relação entre os alimentos e as feiras com a promoção da saúde e SAN.	

Fonte: Investigação de campo realizada pela pesquisadora, 2016.

Questões éticas

Esta pesquisa faz parte do Projeto de Pesquisa intitulado *Tempos Modernos: a relação produção-consumo de alimentos (re) significada a partir das compras públicas*, aprovado no Comitê de Ética do Setor de Ciências da Saúde da UFPR, com o número CEP 42781915.9.0000.0102. Todas as pessoas que participaram do estudo foram devidamente esclarecidas quanto aos objetivos da pesquisa e, posteriormente, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE II), elaborado segundo critérios da Resolução 196/2012 do Conselho Nacional de Saúde para pesquisa com seres humanos, previamente aprovados pelo Comitê de Ética.

SEGUNDO CAPÍTULO

2.1 Acesso aos alimentos adequados e saudáveis no contexto do Direito Humano à Alimentação Adequada e da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

A Promoção do Acesso Universal à Alimentação Adequada e Saudável constitui a primeira diretriz adotada pela Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, publicada em 2010, com vistas a assegurar a realização do direito humano à alimentação adequada em todo território nacional (BRASIL, 2010).

Importante salientar que as discussões em torno da promoção de uma alimentação adequada e saudável não são recentes. Um dos marcos desse processo foi a realização, em 1986, da I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição, no âmbito da 8ª Conferência Nacional de Saúde, que contribuiu para a construção do conceito, princípios e estratégias para alcance da segurança alimentar e nutricional da população. Anos depois, as discussões em torno da noção de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) foram novamente retomadas durante a I Conferência Nacional de Segurança Alimentar (CNSA), realizada em Brasília no ano 1994.

A I CNSA definiu as propostas para a construção de uma Política de Segurança Alimentar, a partir dos seguintes temas: questão agrária e desenvolvimento rural; política agrícola e de abastecimento alimentar; desenvolvimento urbano; assistência social; saúde; educação; geração de emprego e renda; participação popular e democracia; e alimentação e nutrição. (CONSEA, 1995).

Em 2004, dez anos após a realização da primeira conferência, foi realizada a II Conferência Nacional de Segurança Alimentar Nutricional (CNSAN), que reafirmou os princípios gerais de políticas públicas para a promoção da SAN. Dentre as propostas discutidas, destacam-se as questões institucionais de reconhecimento da exigibilidade imediata do direito humano à alimentação adequada, como direito básico na Constituição Federal, e a instituição de um Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável.

Nos anos que se seguiram, a institucionalização da SAN culminou na criação, em 2006, do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, a partir da regulamentação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – Lei 11.346

(LOSAN). A LOSAN definiu princípios, diretrizes, objetivos e composição de um sistema articulado para formular e implementar políticas públicas com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada.

Em 2007, ocorreu a III Conferência Nacional de SAN com o tema “Por um Desenvolvimento Sustentável com Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional”, onde foram discutidas proposições para três eixos temáticos, dentre eles a construção de uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. (CONSEA, 2007). A base para a construção da Política foi construída na Conferência, mas apenas anos depois, em 2010, foi regulamentada pelo Decreto nº 7.272/2010. A Política estabelece diretrizes e parâmetros para a construção de Planos Nacionais de SAN. (BRASIL, 2010). Durante os anos que se seguiram, dois Planos Nacionais foram elaborados: I PLANSAN 2012-2015 e o atual II PLANSAN 2016-2019.

Os Planos foram construídos considerando as propostas aprovadas pelas IV e V CNSAN, que ocorreram nos anos de 2011 e 2015. A última, com o tema “Comida de verdade no campo e na cidade”, possibilitou discussões sobre ações de abastecimento alimentar propondo, no II PLANSAN, os seguintes objetivos: promover a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis, a estruturação da agricultura familiar e o fortalecimento de sistemas de produção de base agroecológica; e promover o abastecimento e o acesso regular e permanente da população brasileira à alimentação adequada e saudável. (CAISAN, 2016).

Importante observar que, durante esse processo histórico, os princípios do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e da Soberania Alimentar sempre estiveram ancorados às ações de SAN. O esforço por colocar o direito à alimentação como eixo norteador da segurança alimentar e nutricional na LOSAN, resultou, em 2010, na inclusão da alimentação adequada como um direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos instituídos na Constituição Federal. (CONSEA, 2009).

A Emenda Constitucional nº 64/2010 altera o artigo 6º da Constituição Federal, incluindo o direito à alimentação como mais um direito social, tendo o poder público o dever de elaborar e desenvolver políticas para a promoção e garantia da segurança alimentar e nutricional da população. A perspectiva do DHAA tem sua origem no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), adotado pela

Assembleia Geral das Nações Unidas em 1966, mas seu conceito foi formulado em 2002, pelo Relator Especial da Organização das Nações Unidas (ONU) como:

O direito à alimentação adequada é um direito humano inerente a todas as pessoas de ter acesso regular, permanente e irrestrito, quer diretamente ou por meio de aquisições financeiras, a alimentos seguros e saudáveis, em quantidade e qualidade adequadas e suficientes, correspondentes às tradições culturais do seu povo e que garanta uma vida livre do medo, digna e plena nas dimensões física e mental, individual e coletiva. (BURITY et al., 2010, p. 23).

A promoção e a plena realização do DHAA implicam no desenvolvimento de um conjunto de políticas e ações para diferentes grupos e passa pela promoção da reforma agrária, da agricultura familiar, de políticas de abastecimento, de incentivo às práticas agroecológicas, de vigilância sanitária dos alimentos, de abastecimento de água e saneamento básico, de alimentação escolar, da não discriminação de povos, etnia e gênero, entre outros. (BURITY et al., 2010).

Segundo Valente *et al.* (2016), o DHAA tem duas dimensões dissociadas, quais sejam, o direito de estar livre da fome e o direito à alimentação adequada. Os autores esclarecem que qualquer ação ou omissão que ameace a produção e consumo de alimentos adequados e saudáveis, como por exemplo, a contaminação dos alimentos por agrotóxicos, a falta de informação sobre os riscos à saúde do consumo de alimentos transgênicos, a falta de meios para produzir ou comprar alimentos, a dificuldade de acesso a sementes, a perda de biodiversidade e da cultura, podem configurar uma violação ao DHAA.

Sobre essa assertiva, as violações ao DHAA podem ser entendidas como o não cumprimento do dever do Estado sobre as ações que intervirem direta ou indiretamente na garantia da realização do DHAA, sendo, portanto, a “responsabilidade, em última instância, tanto pela realização como pela violação do DHAA, sempre é do Estado.” (LEÃO; RECINE, 2011, p. 478).

A política de SAN destaca o princípio da Soberania Alimentar para orientar suas ações e programas e assegurar a realização do DHAA. Seu conceito surge na década de 90, quando movimentos sociais do campo, em diversos países da América Latina e Europa, se articulam para discutir as questões do desenvolvimento rural em oposição às políticas agrícolas neoliberais, dentre estes movimentos, quem mais incide nesta

construção é o movimento da Via Campesina Internacional (VCI). (SEVILLA-GUZMÁN, 2006). Em congresso organizado em 2000 pela Via Campesina Internacional e Coordenação Latino Americana de Organização do Campo (CLOC), inicialmente, o conceito de Soberania Alimentar foi defendido como “o direito dos povos de definir sua própria política agrícola e alimentar sem depender de outros países”. Para Via Campesina, a soberania alimentar requer:

Una producción alimentaria sana, de buena calidad y culturalmente apropiada, para el mercado interior”; lo que implica “mantener la capacidad de producción alimentaria, en base a un sistema de producción campesina diversificada (biodiversidad, capacidad productiva de las tierras, valor cultural, preservación de los recursos naturales) para garantizar la independencia y la soberanía alimentaria de las poblaciones. (SEVILLA-GUZMAN, 2006, p. 16).

Segundo Rosset (2003), a Via Campesina Internacional entende a soberania alimentar como um paradigma alternativo de luta e construção de alianças em defesa da vida rural, em resposta ao impacto nas comunidades rurais resultantes das políticas neoliberais. Para o autor, o conceito de soberania alimentar está em constante construção, pois faz parte de um processo de diálogo de saberes que agregam as diversas lutas de movimentos sociais do campo e urbanos, e, por isso, precisa fazer sentido, tanto para os agricultores, quanto para os consumidores, pois os dois são afetados pela falta de alimentos acessíveis, nutritivos e produzidos localmente.

Considerando esse contexto histórico das políticas públicas para a promoção da SSAN no Brasil e realização do DHAA, importa destacar que as principais ações para a promoção do acesso aos alimentos adequados e saudáveis vêm sendo propostas e orientadas de forma melhor articulada em nível federal, sendo que as esferas estaduais e municipais, em que pese os limites (de orçamentos, de articulação política e/ou setorial, de atuação das instâncias de controle social), tais ações ocorrem de forma gradual e, em alguns casos, com avanços, mas também outros com significativos retrocessos.

Em 2014, a CAISAN publicou um documento que versa sobre o balanço das ações do PLANSA 2012-2015 federal realizadas para cada diretriz estabelecida. No Plano, a Diretriz 1 - Promoção do Acesso Universal à Alimentação Adequada e Saudável, tem a falta de renda e sua injusta distribuição como principal fator que

impedem as pessoas de terem acesso aos alimentos. Segundo o documento, dentre as ações realizadas pelo governo federal para enfrentamento desse problema, destacam-se: os programas de Transferência de Renda⁶; o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT); e os Equipamentos de Alimentação, Nutrição e Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos⁷. (CAISAN, 2014).

Para além dessas ações, a segunda Diretriz 2 - Promoção do abastecimento e estruturação de sistemas descentralizados, de base agroecológica e sustentáveis de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos, propôs metas para fomentar o abastecimento alimentar como forma de consolidar a organização de circuitos locais e regionais de produção, bem como ações para o fortalecimento da agricultura familiar de base agroecológica (financiamento, assistência técnica, acesso à terra a trabalhadores rurais e desenvolvimento dos assentamentos). Uma das metas dessa Diretriz era a aprovação de um marco legal da Política Nacional de Abastecimento Alimentar, entretendo, essa meta não foi referida no documento do balanço das ações 2012-2015, bem como também não foi proposta no PLANSAN 2016-2019. (CAISAN, 2016).

Importante destacar aqui a referência dada à Agroecologia nos Planos para promoção da SSAN no Brasil. No Plano 2012-2015 para a promoção da agroecologia enquanto modelo de produção de alimentos saudáveis e sustentáveis, as metas estabelecidas foram: 1) a elaboração e implementação da Política Nacional de Agroecologia e de Agricultura Orgânica; 2) Apoio e fomento a processos de transição agroecológica, de experiências de produção e a redes de promoção da agroecologia e da agricultura orgânica e de circuitos locais de comercialização e economia solidária, do mercado justo e de segurança alimentar; 3) Instituição e consolidação de Núcleos de Estudo em Agroecologia na rede federal de educação científica e tecnológica para o desenvolvimento de projetos de pesquisa, educação e extensão fundamentados nos princípios da agroecologia e nas tecnologias apropriadas aos sistemas orgânicos de produção.

⁶ Plano Brasil sem Miséria; Ação Brasil Carinhoso; Bolsa Família. (CAISAN, 2014, p. 35).

⁷ Cozinhas comunitárias; Restaurantes Populares; Banco de Alimentos; e Unidades de apoio à distribuição de alimentos da agricultura familiar. (CAISAN, 2014, p. 39).

Nesse sentido, e com o olhar voltado para a compreensão da agroecologia como ciência, prática e movimento capaz de incidir nas estratégias voltadas à promoção da saúde, no tópico a seguir será apresentado (e aprofundado do Capítulo 5) um breve histórico de como esta surgiu, conhecida como um movimento da agricultura alternativa ou ecológica no Brasil - bem como será apontado sobre a sua incorporação ao sistema agroalimentar brasileiro, enquanto um modelo de produção de alimentos ecologicamente sustentável, saudável e socialmente justo⁸.

2.2 Breve histórico do movimento da agricultura ecológica ou alternativa e da Agroecologia

A agricultura sempre esteve em contínua evolução, conforme explicam Bianchini e Medaets (2013), o século XX foi marcado pela primeira revolução agrícola que forneceu as bases técnicas e científicas que deu origem a Agricultura Biodinâmica (Steiner - Alemanha - 1924), a Agricultura Orgânica (Howard - Inglaterra - 1925/30), a Agricultura Biológica (Müller - Suíça - 1930), a Agricultura Natural (Okada - Japão - 1935), todas elas consideradas hoje como agriculturas ecológicas. Para os autores, a segunda revolução agrícola dos tempos modernos foi a passagem, a partir do final dos anos 1960, da agricultura tradicional para a agricultura intensiva em insumos, mais conhecida como agricultura moderna⁹ ou convencional, que significou a crescente dependência da agricultura em relação à indústria, bem como, as fortes agressões ao meio ambiente e a saúde da população.

Segundo Balestro e Sauer (2013), a implantação dessas inovações tecnológicas na agricultura recebeu incentivos governamentais a partir de créditos subsidiados, associado com ofertas de assistência técnica, recursos públicos para pesquisa e qualificação de profissionais especializados no âmbito do ensino universitário e técnico, para disseminação de um modelo produtivo que acreditava ter potencial para aumentar a produtividade de alimentos e erradicar a fome no Brasil.

Esse modelo produtivo caracterizado pela monocultura, grandes extensões de terra, mecanização da produção, intensiva utilização de insumos químicos (fertilizantes

⁸ Ver mais em Enrique Leff, em *Agroecologia e Saber Ambiental*. (LEFF, 2002).

⁹ O termo agricultura moderna utilizada pelos autores refere ao processo de modernização da agricultura que utiliza uma tecnologia baseada no uso de sementes de alta produtividade, agroquímicos e motomecanização que se denominou internacionalmente "Revolução Verde".

e agrotóxicos) e incorporação de cultivos transgênicos ganhou força e tornou-se o modelo hegemônico de produção de alimentos no Brasil. Entretanto, apesar de possibilitar o aumento da produtividade e da capacidade exportadora de produtos, o pacote tecnológico investido tem sido responsável por sérios danos ao meio ambiente e à saúde da população. (BALESTRO; SAUER, 2013).

Nesse processo de modernização da agricultura brasileira, a utilização de agrotóxicos em larga escala começou a partir da década de 70 e, desde 2008, de acordo com o Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos (PARA) da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), o Brasil encontra-se na posição de maior consumidor de agrotóxicos no mundo e possui um terço dos alimentos destinados ao consumo contaminados por resíduos além dos limites aceitáveis. (ANVISA, 2010).

Segundo os dados de consumo e produção do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal - SINDIVEG, o maior consumidor nacional de agrotóxicos é o estado do Mato Grosso, representando 18,9% do total, seguido de São Paulo (14,5%), Paraná (14,3%), Rio Grande do Sul (10,8%), Goiás (8,8%), Minas Gerais (9,0%), Bahia (6,5%), Mato Grosso do Sul (4,7%), Santa Catarina (2,1%) e 10,4% pelos demais estados. (SINDIVEG, 2014).

O estado do Paraná é o terceiro maior consumidor de agrotóxicos, segundo a pesquisa. De acordo com o documento do IPARDES (2013), o volume de agrotóxicos usado na agricultura do Paraná aumentou 20,3% entre anos de 2008 a 2011, em 2008 foram 19,5 milhões de quilos contra os 96,1 milhões de 2011, principalmente nas áreas das bacias hidrográficas que concentram os maiores volumes de agrotóxicos e também de maior periculosidade ambiental, classificados como “extremamente tóxicos”. O estudo ainda revela a contaminação por agrotóxicos, sendo o índice médio de intoxicação por agrotóxicos no Paraná de sete pessoas por mil habitantes, na região oeste do estado, a contaminação por agrotóxicos chega a 53 pessoas por mil habitantes.

Preocupados com os danos ao meio ambiente e à saúde da população, em 2012, a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) elaborou o Dossiê *“Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde”*, que registra a preocupação de pesquisadores(as), professores(as) e profissionais sobre o uso ascendente de agrotóxicos no país, a contaminação do ambiente e das pessoas, e os impactos na

saúde da população. Com objetivo de alertar a sociedade e o Estado brasileiro, a primeira parte do Dossiê reúne evidências e sugere propostas para enfrentar a questão dos agrotóxicos como um problema de saúde pública. (CARNEIRO et al., 2015).

Também em 2012, o CONSEA publicou o documento *“Os impactos dos agrotóxicos na Segurança Alimentar e Nutricional”*, fruto de debates e das expressivas manifestações de participantes nas Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional. O documento aborda o modelo de produção de alimento no Brasil e sua interface com a insegurança alimentar e nutricional da população exposta aos agrotóxicos, sintetiza os debates e propõe ações que embasem políticas públicas na promoção de alimentação adequada e saudável, da saúde, do meio ambiente saudável, da informação e que sejam promotoras da Segurança Alimentar e Nutricional. (CONSEA, 2012).

Rigotto et al. (2012) reforçam a necessidade de reconhecer e desvendar os danos relacionados aos agrotóxicos; sustentar o paradigma do “uso seguro” e da proteção em “valores máximos aceitáveis de resíduos” dos agrotóxicos sem ampliar as ações de controle e monitoramento é o caminho para aumentar a vulnerabilidade da população. Esse cenário reforça preocupações em relação à garantia da SSAN da população e alerta para a retomada de novos e/ou antigos caminhos que precisam ser seguidos para enfrentar e superar esse modelo de produção de alimentos químico-dependente e excludente, considerando que a literatura científica já aponta para os impactos ao meio ambiente e a saúde da população.

Nesse sentido, Brandenburg, Lamine e Darolt (2015), relatam que houve, na década de 70, um contra movimento ao setor do agronegócio, que surge no Brasil num contexto em que os impactos da modernização agrária começavam a ser previstos. O movimento da agricultura ecológica ou alternativa era tido como ineficaz e ultrapassado do ponto de vista econômico e técnico e permaneceu invisível aos olhos da sociedade e do meio científico, até o momento em que os efeitos da modernização agrária (como o uso indiscriminado dos agrotóxicos) se tornassem perceptíveis.

É importante destacar que os fundamentos práticos da agricultura alternativa ou ecológica já existiam anteriormente, desenvolvidos pelos povos indígenas, que dominavam um saber com base nas leis da natureza e na relação direta com os

ecossistemas, bem como pelos conhecimentos trazidos pelos imigrantes europeus, que também introduziram sistemas de produção baseados na gestão de recursos naturais oriundos da primeira revolução agrícola. (BRANDENBURG, 2002). Complemento os exemplos dado pelo autor, somando a sabedoria e as práticas de outros povos e comunidades tradicionais do campo¹⁰ que vivem nesse imenso Brasil.

Na região metropolitana de Curitiba, de acordo com os estudos de Darolt (2000), as primeiras iniciativas de agriculturas alternativas desenvolvidas estavam ligadas às práticas da produção orgânica e biodinâmica que foram impulsionadas com o apoio de instituições de Extensão, Ensino, Pesquisa e organizações não governamentais (ONG's). De acordo com Brandenburg (2009), os princípios da Agroecologia surgiram no interior de parte desse movimento da agricultura orgânica, não como outra prática de agricultura, mas como um projeto de vida em construção.

A partir da década de 90, o movimento da agricultura ecológica ou alternativa se expande e a demanda por esses alimentos cresce de forma ascendente, “o movimento é socialmente reconhecido e ganha visibilidade no Brasil e em outros países”. (BRANDENBURG; LAMINE; DAROLT, 2015, p. 87). Em meio a esse movimento, o referencial conceitual e metodológico da Agroecologia foi incorporado aos movimentos sociais rurais, ambientalistas e organizações de assessoria técnica que atuavam junto às comunidades rurais ligados à agricultura alternativa, como refere Schmitt (2013, pg. 175-176). Um marco importante para a difusão da Agroecologia, foram os estudos do chileno Miguel Altieri (1989) publicados no livro *Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa*.

Leff (2002), por sua vez, esclarece que a agroecologia surgiu de uma interação entre o conhecimento tradicional dos agricultores e o conhecimento científico de pesquisadores(as) e professores(as) mais comprometidos(as) com a busca de estratégias sustentáveis de produção. Sevilla-Guzmán (2006) conceitua agroecologia como:

¹⁰ Conforme as 34 identidades tradicionais identificadas, deliberadas e aprovadas na plenária da 5ª Conferência Nacional de SAN, que amplia o conceito adotado pelo CONSEA que se baseia no Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, o qual define povos e comunidades tradicionais como “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos por tradição”. (CONSEA, 2015).

O manejo ecológico dos recursos naturais através de formas de ação social e coletiva, mediante propostas emergidas de seu potencial endógeno, estabelecendo formas de produção – consumo participativo e que contribuam para enfrentar o atual modelo de manejo industrial dos recursos naturais e a crise ecológica e social imposta. (SEVILLA-GUZMÁN, 2006, p. 14).

Para além de um conjunto de práticas para produção de alimentos agroecológicos, Leff (2002, p.39) explica que “as condições culturais e comunitárias em que estão imersos os agricultores, sua identidade local e suas práticas sociais são elementos centrais para a concretização e apropriação social de suas práticas e métodos”. Desta forma, a agroecologia pode ser compreendida enquanto instrumento para o desenvolvimento sustentável, que se mescla às experiências produtivas da agricultura ecológica para desmontar os modelos agroquímicos tradicionais da agricultura hegemônica, se orientando para a construção de uma agricultura socialmente justa, economicamente viável e ecologicamente sustentável. (LEFF, 2002; SEVILLA-GUZMAN, 2006).

Considerando o que os autores e autoras, acima citados(as), descrevem sobre o processo de incorporação do conceito da agroecologia ao sistema agroalimentar brasileiro, torna-se cada vez mais claro o potencial da agroecologia para ressignificar a relação entre produção, comercialização e consumo de alimentos, tendo como base os princípios da promoção da saúde e da soberania e segurança alimentar e nutricional.

2.3 A relação entre produção, comercialização e consumo de alimentos agroecológicos na perspectiva da Promoção da Saúde e da SSAN

Relacionar produção, comercialização e consumo de alimentos agroecológicos com a Promoção da Saúde e da SSAN requer estabelecer conexões entre a produção e o consumo de alimentos saudáveis e comprometidos com a defesa da vida. De acordo com Azevedo e Pellicioni (2011), ainda tem sido um desafio relacionar saúde e sistema agroalimentar, porque mesmo com todo o processo histórico de discussão do conceito e de implementações de ações de Promoção da Saúde e de SSAN, os impactos socioambientais do padrão produtivo dominante ainda não são reconhecidos como

um grande problema. O setor saúde precisa considerar e enfrentar esse problema para fortalecer e resgatar a essencialidade dos diferentes determinantes e condicionantes do processo saúde-doença.

Na década de 70, o Canadá impulsionou um processo de estudos sobre a Promoção da Saúde orientado por um olhar ampliado sobre as causas do binômio saúde-doença. Nessa época, o ministro canadense Lalonde realizou investigações sobre as causalidades do processo saúde-doença no país, verificando que os estilos de vida e o ambiente eram responsáveis pela maior parte das causas das doenças e problemas de saúde.

O conceito de Promoção da Saúde foi aprofundado durante a realização da Conferência de Alma-Atá, ocorrida em 1978, onde, pela primeira vez, a saúde foi reconhecida como um direito humano fundamental, a ser realizado através do acesso aos serviços de saúde, assim como por meio de uma articulação com outros setores sociais e econômicos. (BRASIL, 2002). Em seguida, três importantes Conferências Internacionais sobre a Promoção da Saúde, realizadas em Ottawa (1986), Adelaide (1988) e Sundsval (1991) estabeleceram as bases conceituais e políticas contemporâneas da Promoção da Saúde. (BUSS, 2003).

De acordo com Buss (2003), após a divulgação da Carta de Ottawa, o termo da Promoção da Saúde ficou associado a um conjunto de valores como vida, saúde, solidariedade, equidade, democracia, cidadania, desenvolvimento, participação, dentre outros, efetivados a partir de uma combinação de ações estratégicas: ações do Estado (políticas públicas saudáveis), da comunidade (ação comunitária), de indivíduos (desenvolvimento de habilidades pessoais), do sistema de saúde (reorientação do sistema de saúde) e de parcerias intersetoriais.

A III Conferência Internacional de Promoção da Saúde realizada em Sundsval em 1991 incluiu a temática do ambiente na agenda da saúde, tendo como tema central “a criação de ambientes saudáveis”, e um ano depois na Conferência Internacional de Meio Ambiente, realizada no Brasil em 1992, reforçou a discussão da importância da construção de políticas públicas saudáveis na área ambiental e principalmente o respeito à sustentabilidade ambiental nos processos de desenvolvimento local, regional e global, e no apoio a promoção da saúde. (WESTPHAL, 2009).

Considerando a necessidade de estabelecer conexões entre a produção e o consumo de alimentos saudável, sustentável e comprometido com a defesa da vida, algumas pesquisas têm explorado a relação entre a Agroecologia e a Promoção da Saúde. O estudo realizado no município de Turvo/PR analisou como os princípios da agricultura ecológica têm contribuído para o fortalecimento e/ou resgate de práticas tradicionais do modo de vida no campo transformadas pelo processo de modernização da agricultura. Dentre as questões de maior relevância destacadas pelos autores, está a motivação que a prática da agricultura ecológica gerou nas famílias em relação à saúde e nutrição. (RIGON et al., 2006).

Outra pesquisa encontrou resultados interessantes ao analisar a percepção de agricultores sobre a agricultura familiar ecológica como uma prática promotora de saúde. Ao analisar o motivo que levou à transição para o modelo de produção agroecológica, a maior parte dos entrevistados fez menção à saúde, preocupação com a saúde da família e consumidores relacionados ao uso de agrotóxicos. (NAVOLAR; RIGON; PHILIPPI, 2010, p. 69-79).

O estudo de Ell et al. (2012, p. 218-25), também demonstrou a relação entre promoção da saúde e agroecologia, a partir da análise da percepção de agricultores. O fato de as famílias adotarem a agricultura ecológica conferiu maior segurança e tranquilidade no consumo dos alimentos que produzem, muitos apresentaram problemas de saúde quando ainda praticavam a agricultura convencional devido ao uso de agrotóxicos.

Esses estudos mostram que a produção e o consumo de alimentos ecológicos assumem um papel importante na promoção da saúde, na prevenção de doenças e na qualidade de vida, sendo possível perceber o potencial da agroecologia em contribuir não apenas com a saúde de quem produz os alimentos, mas também de quem os consome. Entretanto, para além dessa relação, os elementos que envolvem a comercialização e o acesso desses alimentos pela população também precisam ser ressignificados na perspectiva da Promoção da Saúde e da SSAN.

É partindo deste pressuposto que esta pesquisa também buscou identificar as interfaces entre as Feiras que comercializam alimentos orgânicos e/ou agroecológicos com a Promoção da Saúde e a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. Ao dar visibilidade a esta relação - entre agroecologia-consumo de alimentos saudáveis-saúde

- o campo empírico (o universo das Feiras) passa a ser um "laboratório vivo" para analisar ações (de soberania alimentar e promoção à saúde) que vão desde o cotidiano familiar (da produção e consumo de alimentos) ao cotidiano das relações que se estabelecem nas feiras, tais quais de comercialização-acesso e consumo.

De acordo com Mascarenhas e Dolzani (2008), as feiras livres são consideradas uma das formas mais antigas de relações comerciais entre quem produz e quem consome, um elo de ligação entre o campo e a cidade, uma tradição e uma experiência social nos espaços públicos urbanos. Mas ao longo dos anos, pela difusão ilimitada das modernas formas de varejo (como os supermercados), as feiras livres foram se tornando obsoletas, oprimidas pelo advindo do estilo de vida considerado "moderno".

As modernas formas de varejo surgem no Brasil a partir dos anos 80. Segundo Belik e Wegner (2012), o crescimento exponencial dos supermercados foi impulsionado, dentre outras causas, pela paralisia nos investimentos públicos em abastecimento urbano, o que levou à sua quase hegemonia na distribuição de alimentos para a população urbana. Entretanto, como explica Godoy e Anjos (2007), as feiras livres, mesmo com espaço reduzido pelo crescimento de outros canais de comercialização, como os supermercados, desempenham um papel fundamental na consolidação econômica e social da agricultura familiar, sob a perspectiva do feirante, e socioeconômico cultural, sob a perspectiva do consumidor.

Isso evidencia a relevância das reflexões sobre novas estratégias alimentares, de canais de comercialização e de modelos de abastecimento, não apenas para garantia da quantidade e regularidade no acesso aos alimentos, mas também para oferta de alimentos saudáveis, adequados aos hábitos alimentares de cada região e que garanta a segurança alimentar e nutricional da população. (SCHNEIDER, CRUZ; MATTE, 2016).

Nesse sentido, as premissas da agroecologia se apresentam como uma das formas para reconstrução de sistemas agroalimentares e de mercados, na perspectiva da SSAN, para que possa superar o olhar reducionista da produção agroecológica enquanto um mercado orgânico de nicho, centrado na venda para públicos e preços diferenciados. (PEREZ-CASSARINO E FERREIRA, 2013).

Estudo realizado por Perez-Cassarino e Ferreira (2013) sobre as estratégias alternativas de mercados desenvolvidas pelas organizações que integram a Rede

Ecovida de Agroecologia, caracterizada como principal espaço de articulação da agroecologia no Sul do Brasil com foco de atuação na Certificação Participativa e na comercialização, identificou que as feiras ecológicas constituem a principal estratégia de comercialização pelos agricultores que integram a Rede. Para os autores, refletir sobre formas alternativas de mercados agroalimentares, torna-se importante tarefa em busca de um sistema agroalimentar que seja reorientado à realização do direito humano à alimentação adequada e, conseqüentemente, à soberania e segurança alimentar e nutricional.

O cenário nacional de feiras que comercializam alimentos orgânicos e/ ou agroecológicos foi publicado em 2012 pelo Instituto de Defesa do Consumidor – IDEC. A pesquisa *Rota dos Orgânicos* verificou a existência de 140 feiras em 22 das 27 capitais avaliadas. No Rio de Janeiro (RJ) foram identificadas vinte e cinco (25) feiras orgânicas e agroecológicas, seguida por Brasília (DF) com 20 feiras, Recife (PE) com 18 e Curitiba (PR) com 16. Não foi localizada nenhuma feira nas cidades de Boa Vista (RR), Cuiabá (MT), Macapá (AP), Palmas (TO) e São Luís (MA). Com essa pesquisa, o IDEC construiu o sistema de informação interativo *Mapa de Feiras Orgânicas*, atualizado periodicamente, que pode ser acessado a partir do seu portal. (IDEC, 2012).

Atualmente, no município de Curitiba, a comercialização de alimentos orgânicos e/ou agroecológico acontece por diversos canais de comercialização, como em mercados, supermercados, lojas especializadas, vendas de sacolas, porém, as feiras se destacam como a principal forma de acesso. Estudo realizado em 2016 em Curitiba identificou o total de 136 estabelecimentos que comercializam produtos orgânicos em na referida capital, sendo estes 21 feiras, 23 lojas especializadas, 14 lojas do Mercado Municipal, 14 *Deliverys*, 49 supermercados e 15 restaurantes. Em 2009, foi inaugurado o setor de orgânicos no Mercado Municipal que congrega 16 lojas de comercialização exclusivamente orgânicos. (SANTOS, 2016).

A revista *Guia Orgânicos & Saúde*, de publicação mensal apoiada pela Associação dos Consumidores Orgânicos do Estado do Paraná – ACOPA, pela CSA-Curitiba (Comunidade que Sustenta a Agricultura) e dentre outros, publicou em abril de 2016 a relação das feiras que comercializam alimentos orgânicos e/ou agroecológico com seus locais e horários de funcionamentos. Além do setor de orgânico localizado no Mercado Municipal, de segunda a domingo, vinte e três (23)

feiras acontecem na cidade, dentre às quatorze (14) Feiras Orgânicas organizadas pela Secretaria de Abastecimento do município. (GUIA ORGÂNICOS & SAÚDE, 2016). No final de 2016, também em Curitiba, começou a funcionar três pontos de feiras agroecológicas realizados, quinzenalmente, pela Cooperativa Terra Livre do município de Lapa/PR. (BRASIL DE FATO, 2016).

No contexto atual das questões em torno da SAN, de acordo com Sacco dos Anjos et. al., (2005), a importância das feiras adquire visibilidade em relação à disponibilidade e garantia de acesso aos alimentos por possuírem um grande potencial enquanto um espaço de comercialização e relações sociais. Segundo os autores, as feiras não representam somente um sistema local de comercialização, por guardar traços culturais marcantes da cidade e da cultura alimentar da população, desempenham papel de importância social e cultural. Os autores acrescentam que a feira livre precisa, cada vez mais, ser incorporada no escopo de reflexão acadêmica e objeto de intervenção de políticas públicas, de forma que o seu estudo possa oferecer dados relevantes sobre as suas dinâmicas de funcionamento e organização, para subsidiar e qualificar as ações do poder público e valorizar o papel das feiras dentro das atividades econômicas, sociais e culturais da cidade.

Corroborando desta assertiva é que se atribui a esta pesquisa - em que pese as particularidades de um estudo de caso - um caráter colaborativo. Entende-se, desta forma, as feiras agroecológicas como pontes que possam minimizar as distâncias entre produção e o consumo de alimentos adequados e saudáveis. E investir econômica e politicamente em ações públicas de abastecimento, para ampliação do acesso aos alimentos da agricultura ecológica à população, é uma importante estratégia para a promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional e para preservação da cultura e da promoção da saúde da população.

2.4 Primeiras experiências de políticas públicas de abastecimento alimentar

A história das políticas de abastecimento alimentar tem estreita relação com o processo de expansão do capitalismo no Brasil, caracterizado pela limitação do mercado interno e valorização do mercado externo. Os principais marcos cronológicos do início do século XX foram a criação, em 1918, do Comissariado de Alimentação

Pública, primeiro órgão a marcar a intervenção do Estado no problema do abastecimento, bem como a conjuntura da primeira guerra mundial (1914-1918), que impulsionou o surto da industrialização no Brasil e propiciou a expansão das atividades agrícolas para exportação. (LINHARES; SILVA, 1979).

Nesse período, um fator apontado como gerador da carestia dos gêneros alimentícios foi o aumento das exportações brasileiras. Logo após o início da grande guerra, o que antes era produzido para consumo exclusivamente interno foi desviado para o mercado externo, gerando, até mesmo, o desaparecimento de alguns gêneros nas prateleiras dos mercados. Isso refletiu na mesa das famílias, estouraram-se revoltas populares, principalmente dos operários, uma classe trabalhadora em plena ascensão, influenciada pela organização sindical que reunia milhares de operários em várias cidades. O aumento das tensões sociais impulsionou o governo a tomar medidas para controlar a situação. (LINHARES; SILVA, 1979).

O Comissariado de Alimentação Pública era responsável por regular os preços e os estoques dos diversos gêneros de primeira necessidade, adotar medidas para o equilíbrio entre as necessidades de exportação e as do consumo interno do país, dentre outras ações. (BRASIL, 1918). Com o final da guerra e a melhoria no sistema de abastecimento, cresce a oposição ao Comissariado e o órgão não conseguiu se sustentar, foram apenas 2 anos de atuação. Em 1920, o governo cedeu à pressão e instituiu a Superintendência do Abastecimento, ligada ao Ministério da Agricultura, em substituição ao órgão regulador, transformando-o num setor de fomento das classes produtoras, extinguindo o controle das exportações, o sistema de tabelamento de preços e o controle de estoque, conforme citam Linhares e Teixeira Silva (1979).

Outros mecanismos de intervenção na comercialização e distribuição de alimentos foram criados nos anos que se seguiram. Eram medidas que contribuíam para minimizar a crise de abastecimento nas cidades, mas eram paliativas e não resolviam a questão, ocorriam de forma circunstancial e setorial, sempre perdendo de vista a amplitude do país e a profundidade da crise. As intervenções que poderiam incidir no ímpeto do problema, como o fomento da agricultura familiar e mudanças na estrutura agrária, estavam longe de se tornarem medidas reais. (MENEZES *et al.*, 2015).

Paralelamente a essas medidas de regulação de preço e controle de exportações, foi criada, em 1945, a Comissão Nacional de Alimentação (CNA), pelo Decreto nº 7.328, destinada ao estudo de todos os assuntos relacionados à alimentação da população brasileira. Dentre suas atribuições, destacavam-se: estudar e propor as normas da política nacional de alimentação e estudar o estado de nutrição e os hábitos alimentares da população brasileira, considerando o respectivo padrão de vida. (BRASIL, 1945). Anos mais tarde, a Comissão foi transferida para o Ministério de Educação e Saúde.

Após a criação da CNA, somente em 1952 foi publicado o primeiro plano nacional de alimentação e nutrição: *“Conjuntura Alimentar e Problemas de Nutrição no Brasil”*. De acordo com Silva (1995, p. 88), o plano abrangia a “realização de inquéritos nutricionais, a expansão da merenda escolar, assistência alimentar a adolescentes, programas regionais, enriquecimento de alimentos básicos, apoio à indústria de alimentos”. A campanha da merenda escolar foi a ação que conseguiu se manter sob o controle do Ministério da Educação e com apoio de uma agência internacional que fazia a doação de alimentos. Após alguns anos de atuação, a Comissão foi extinta, sendo substituída, em 1972, pelo Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), autarquia vinculada ao Ministério da Saúde que atuou na área da assistência alimentar e instituiu um conjunto de programas direcionados às populações em situação de vulnerabilidade social.

Belik e Maluf (2000a) destacam que as mudanças na orientação das políticas de abastecimento alimentar ocorreram a partir da década de 60. O Estado passa a atuar mais diretamente na organização e na regulação de um sistema de abastecimento, deixando de ser apenas normativo e circunstancial. As intervenções seguiram o mesmo caminho já adotado por algumas cidades (São Paulo e Recife), com a criação de entrepostos atacadistas, centros e mercados de abastecimento nas capitais e principais núcleos urbanos do país.

Criado em 1968, o Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento (SINAC), coordenado pela Companhia Brasileira de Alimentação (COBAL), implantou um sistema público de abastecimento alimentar com uma hierarquia funcional entre as Centrais de Abastecimento e os “mercados satélites” de varejo. (CUNHA; BELIK, 2012, p. 48). No

período de 1972 até a sua extinção em 1988, foram construídos: 21 CEASAs¹¹, 47 entrepostos e mercados expedidores e 158 unidades de varejo (hortomercados, feiras cobertas, sacolões, feiras livres, módulos de abastecimento etc). (MORÃO, 2008)

De acordo com Cunha e Belik (2012, p. 48), o sistema público de abastecimento consistia numa “(...) rede formal, estruturada em protocolos técnicos e de informação para o abastecimento urbano e para a comercialização da produção hortigranjeira nacional”. As CEASAs tinham a função de concentrar a produção local e regional, compondo um leque de ofertas para abastecer de forma diversificada e a custos reduzidos. Já os mercados do produtor reuniam a produção local e, também, exerciam a função expedidora para outros centros atacadistas.

Paralelamente, em 1976, foi lançado o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição – PRONAN, pelo Decreto nº 77.116, uma ação integrada entre vários organismos de Estado e coordenada pelo INAN. Esse programa se destacou por enfatizar a importância da compra de alimentos básicos para os programas de suplementação de alimentos (merenda escolar e para o grupo materno-infantil), mediante a concessão de incentivos financeiros, fiscais e de mercado aos pequenos produtores cooperativados. (BRASIL, 1976).

Nessa linha de intervenção, o PRONAN tentou associar a distribuição de alimentos com o apoio da agricultura familiar, para diminuir a influência da indústria alimentícia nos programas governamentais de suplementação de alimentos. Segundo Silva (1995), ainda tiveram destaque os seguintes programas lançados pelo INAN, entre os anos de 1977-79: o Projeto de Alimentos Básicos em Áreas de Baixa Renda (PROAB), que atuava no abastecimento de pequenos varejistas com alimentos básicos da COBAL a preços reduzidos, com a condição de que as margens de lucro na comercialização não ultrapassassem 20%; o Programa de Racionalização da Produção de Alimentos Básicos (PROCAB), que se propunha a comprar alimentos básicos diretamente de pequenos produtores e direcionar para os programas do PRONAN. A partir de 1985, grande parte dos programas do PRONAN começou a declinar.

¹¹ **CEASA** é a sigla e denominação popular das Centrais de Abastecimento, que são empresas estatais ou de capital misto destinadas a promover, desenvolver, regular, dinamizar e organizar a comercialização de produtos da [hortifruticultura](https://pt.wikipedia.org/wiki/Centrals_de_abastecimento) a nível de atacado e em uma região (https://pt.wikipedia.org/wiki/Centrals_de_abastecimento).

A descontinuidade dessas políticas era um reflexo das medidas de restrição do governo com relação às políticas sociais. O governo adotou logo de início medidas radicais para controlar a inflação, como redução do número de funcionários públicos, venda de empresas estatais e abertura da economia para o mercado externo. Em 1985, iniciou-se a discussão da privatização de empresas estatais e as CEASAs passaram a fazer parte da lista das privatizáveis, mas como suas atividades comerciais já eram desenvolvidas por atacadistas privados, quando os editais de licitação foram lançados, ninguém compareceu para compra. Em 1988, o governo extinguiu o SINAC, descentralizou as ações das CEASAs aos respectivos estados e desintegrou o sistema nacional de abastecimento, passando para os estados e os municípios a responsabilidade de construção e execução das ações e políticas de abastecimento alimentar. (MORÃO, 2008).

A partir de estudos atuais sobre as CEASAs, Cunha e Belik (2012) concluíram que a maior parte desses equipamentos perdeu a função que exerciam antes, quando faziam parte de um sistema, sendo, agora, apenas importadores de alimentos de outras regiões para a distribuição junto ao comércio local, não diferente das atividades de atacado realizadas pela iniciativa privada local. Apenas algumas CEASAs ainda mantêm funções de reunião da produção local, regional e até mesmo nacional para posterior distribuição ao varejo e ao consumidor final.

No período entre as décadas de 1980-90, se solidificam experiências municipais de políticas de abastecimento alimentar. Em 1986, o município de Curitiba/PR cria a Secretaria Municipal do Abastecimento para a execução da política municipal de abastecimento, compreendendo, dentre outras atividades: o fomento das atividades de produção rural na região metropolitana; a criação de equipamentos que beneficiem e facilitem a comercialização de alimentos para o consumidor e a administração dos mercados municipais e das feiras livres. (CURITIBA, 1986). Uma das propostas da política era o Mercadão Popular, que consistia na comercialização de gêneros alimentícios para a população carente, a preços subsidiados, de modo a integrar as esferas de produção e consumo, eliminando a intermediação e privilegiando produtores e consumidores. (UCHIMURA; BOSI, 2003).

Em Belo Horizonte/MG, a Secretaria Municipal de Abastecimento (SMAB) foi criada em 1993 com o objetivo de centralizar o planejamento, a coordenação e

execução da política. Segundo os autores, em 1997, a SMAB já contava com 18 programas, com destaque para Abastecer e Comboio do Trabalhador (equipamento móvel), que consistiam na venda de hortifrutigranjeiros em sacolões públicos com preços e qualidade controlados, sendo que os investimentos e custeios eram de responsabilidade dos permissionários licitados; o Restaurante Popular, que comercializava refeições prontas subsidiadas em restaurante municipal; e o Cestão Popular, que consistia na venda de alimentos não perecíveis e produtos de higiene a preços subsidiados para famílias cadastradas, com investimentos e custeios públicos. (CUNHA, *et al.* 2000).

De acordo com Maluf (1999), as ações mais significativas de abastecimento em nível local desenvolvidas pelos municípios consistiam na gestão de equipamentos públicos para o comércio varejista, como os sacolões, varejões e feiras livres. Esses equipamentos foram concebidos, inicialmente, como instrumentos de regulação do varejo para ampliar o controle público sobre os preços, a quantidade e a qualidade dos produtos comercializado e, indiretamente, nas estruturas privadas de comércio. Entretanto, algumas experiências foram mais além, tinham como objetivo reduzir a intermediação mercantil e oferecer espaços para promover uma maior aproximação entre produtores e consumidores, ao mesmo tempo em que estimularia a produção agrícola local ou regional.

Nesse sentido, o autor chama a atenção para a adoção da noção de SAN como direcionadora dessas políticas e ações, que, embora pouco significativa naquele período, representou um avanço importante. A introdução do qualificativo nutricional à noção de segurança alimentar foi proposta na I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição em 1986 e, anos mais tarde, a institucionalidade desse conceito nas políticas de abastecimento alimentar.

Na década de 90, a discussão sobre a inclusão dos princípios da segurança alimentar e nutricional nas políticas de abastecimento alimentar foi proposta pelo Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional, criado em 1998, com o apoio dos membros do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). (MALUF, 1999). No documento, *Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional*, o CONSEA, defende que o abastecimento precisa ser analisado a partir de dois aspectos principais. O primeiro deles refere que as ações precisam

possibilitar que todos os segmentos da população tenham acesso aos alimentos em quantidade, preço e qualidade. E o segundo, refere que as ações precisam ter a capacidade de promover conexões entre a produção local, a distribuição e consumo dos alimentos sob formas socialmente equitativas, ambientalmente sustentáveis e culturalmente adaptadas. (CONSEA, 2004a).

Esses aspectos que envolvem o abastecimento alimentar defendidos pelo CONSEA, fruto das discussões e reivindicações evidenciadas nas Conferências nacionais de SAN, mostram claramente a necessidade de um maior estreitamento de vínculos entre a produção local e o consumo de alimentos saudáveis e socialmente justos. E as ações e políticas de abastecimento alimentar têm um papel importante de impulsionar o desenvolvimento de sistemas agroalimentares saudáveis e sustentáveis, contribuindo para o fortalecimento da agricultura familiar e para estimular a adoção de hábitos alimentares saudáveis pela população.

2.5 Política de abastecimento alimentar: o caso da Secretaria Municipal de Abastecimento (SMAB) de Curitiba

A Secretaria Municipal de Abastecimento (SMAB) do município de Curitiba/PR foi criada em 1986, por meio da Lei Orgânica Municipal nº 6817 (CURITIBA, 1986), que dispõe sobre a estrutura organizacional da administração pública para a execução da política municipal de abastecimento, num período de muitas mudanças no processo de produção de alimentos, nos hábitos de consumo e de compra da população.

De acordo com o estudo realizado pelo IPARDES (1985), sobre a problemática do abastecimento urbano na cidade de Curitiba, realizado entre 1983-84, a oferta de alimentos sofria significativas transformações resultado dos processos de modernização da agricultura, da agroindústria e do comércio, assim como das mudanças ocorridas nos hábitos de consumo e de compra da população. O documento identificou os seguintes pontos de transformação:

[...] distanciamento dos núcleos urbanos das áreas produtoras de alimentos, com o crescimento das cidades, o produtor, que chegava diretamente ao consumidor, devido às distâncias, ou deixa de produzir ou se integra em um circuito comercial novo; substituição de áreas de produção de grão básicos por culturas mais dinâmicas que ocuparam as terras férteis; produtos que eram fundamentalmente para consumo

interno, entram para o mercado internacional afetando seus custos e preços; quanto a modernização da agroindústria, houve processamento e substituição do uso dos alimentos frescos; e a modernização do aparato comercial com o surgimento do autosserviços (supermercados). (IPARDES, 1985, p. 11-14).

Os resultados desse estudo apontaram um sistema de distribuição de alimentos concentrado, tendo o supermercado como primeira opção de compra pela população dentre os demais equipamentos comerciais varejistas de alimentos. Uma estrutura varejista oligopolizada e integrada a outros setores do capital, que apesar de suprir a demanda alimentar de parte da população, não assegurava o acesso ao alimento à uma parcela significativa da população de baixa renda, considerando o quadro de distribuição de renda da população da época.

Nesse período, a SMAB implanta o Mercado Popular com a proposta de comercializar gêneros alimentícios para população com renda familiar inferior a três salários mínimos, a preços subsidiados. Essa proposta contemplava não somente produtos básicos repassados pelo Programa de Alimentação Popular (PAP), mas também hortaliças, frutas, peixes, ovos e galinhas vivas (UCHIMURA; BOSI, 2003).

Em 1995, a SMAB administrava os seguintes equipamentos de comercialização de alimentos, conforme o Decreto nº 314/95: Feira Livre Volante; Supermercado Municipal de Curitiba; Feira Especial de Produtos de Época; Programa Direto da Roça e do Mar; Varejões Municipais; Feiras Gastronômicas; Feiras Noturnas; Feiras Verdes; Feiras da Vizinhança. (CURITIBA, 1995). Este decreto foi revogado pelo de nº 992/2003, posteriormente, entrando em vigor o Decreto nº 1371/2015 que regulamenta as Unidades de Abastecimento.

Em 2000, a SMAB foi reestruturada, compondo três departamentos em sua estrutura: Abastecimento Social; Educação Alimentar e Nutricional; e Unidades de Abastecimento, que se mantiveram até os dias atuais, responsáveis pelo desenvolvimento da política municipal de abastecimento. O Departamento de Abastecimento Social fica responsável pelo programa Armazém da Família e Mercado Popular. O Departamento de Educação Alimentar e Nutricional fica responsável em desenvolver ações educativas voltadas para a promoção de alimentação saudável; administração dos Restaurantes Populares; das ações de agricultura urbana - Lavoura e Nosso Quintal; e o programa Câmbio Verde. (CURITIBA, 2010).

E por fim, o Departamento de Unidades de Abastecimento responsável pela administração dos equipamentos de feiras e mercados: Feira Direto da Roça, Feira do Litoral (anteriormente descrita como Feira do Mar), Feira Gastronômica, Feira Livre, Feira Noturna, Feira Orgânica (anteriormente descrita como Feiras Verdes), Programa Nossa Feira, Mercado de Orgânico, Mercado Municipal, Mercado Regional, Sacolão da Família. (CURITIBA, 2015).

De acordo com o Decreto nº 1371/2015, a SMAB, ao longo de 20 anos de atuação, ampliou suas ações para além de administrar unidades de abastecimento, incluiu nas atividades da secretaria outras ações que envolvem: ampliação do acesso e disponibilização de alimentos à população; incentivo à comercialização de alimentos e produtos da agricultura familiar da região metropolitana de Curitiba; promoção de ações de agricultura urbana; e de promoção de práticas e hábitos alimentares saudáveis, consumo consciente e proteção do meio ambiente. (CURITIBA, 2015).

Entretanto, apesar desse conjunto de ações, a SMAB não tem publicado nenhum documento específico ou decreto que dispõe sobre a Política Municipal de Abastecimento que contemple seus princípios, diretrizes e o conjunto de suas ações e articulações com os demais setores da administração pública. Uma descrição da política foi inserida no art. 4º do Decreto nº 1371/2015, que regulamenta o funcionamento das Unidades de Abastecimento do Município de Curitiba, de forma que parece reduzir a política como se fosse algo específico do funcionamento das unidades de abastecimento.

Nesse art. 4º, de forma sucinta, descreve que a política tem como objetivo “promover a segurança alimentar e nutricional da população de Curitiba, especialmente aquela em situação de vulnerabilidade social” e atua com base nas seguintes diretrizes:

[...] combate às situações de insegurança alimentar e nutricional; promoção do acesso a alimentos de qualidade, nutricional e sanitariamente seguros para a população, dando preferência a produtos de época, "in natura" ou minimamente processados, regionais e de custos menores; promoção da Educação Alimentar e Nutricional, através do estímulo a práticas e hábitos alimentares saudáveis; apoio às iniciativas de produção e distribuição de alimentos, prioritariamente os provenientes da agricultura familiar e de produtores formalmente organizados, estimulando os sistemas produtivos sustentáveis. (CURITIBA, 2015, p.2).

Hoje as informações sobre as atividades da SMAB podem ser encontradas no endereço eletrônico da secretaria, nos decretos, nas portarias que regulamentam cada programa e no relatório de gestão anual da prefeitura de Curitiba, reforçando a necessidade de um documento orientador que realmente possa apresentar a Política Municipal de Abastecimento e as ações desenvolvidas pela SMAB.

Para o aprofundamento desta pesquisa, foi utilizado como referência o Decreto nº 1371/2015, documento que regulamenta as ações do Departamento das Unidades de Abastecimento. Esse departamento fica responsável por administrar e operacionalizar as unidades de abastecimento, sendo dividido em três setores: Gerência de Feiras, responsável pelos espaços e logradouros públicos para a realização das feiras; Gerência de Mercados, operacionaliza os Mercados e Sacolões; Gerência Técnica de Controle de Qualidade, atua na promoção da qualidade dos produtos e das Unidades de Abastecimento; e a Gerência de Projetos e Eventos que elabora, executa e apoia os projetos e ações de promoção e modernização das unidades de abastecimento e das políticas públicas de abastecimento. (CURITIBA, 2015).

No Relatório de Gestão da Prefeitura de Curitiba, ano 2015, a SMAB apresentou as principais realizações referentes ao Plano de Gestão municipal 2013-2016. No Plano, a SMAB foi responsável pela coordenação do Programa Curitiba Mais Nutrição, composto por quatro eixos de ação, dentre eles, o eixo “*Acesso ao Alimento de Qualidade*”. Esse papel de coordenação foi delegado à SMAB por considerar que a disponibilidade de alimento de qualidade depende do desempenho de uma rede de abastecimento social que deve estar baseada em fatores que consideram a conveniência do consumidor, tais como: proximidade de sua residência, praticidade, preço e qualidade. (CURITIBA, 2016a).

Segundo o relatório, para dar conta dos objetivos desse Programa a SMAB intensificou as ações de abastecimento social dos programas Armazém da Família e Sacolão da Família e lançou, em 2013, o Programa Nossa Feira. O Programa Nossa Feira foi implantado em 2014 como um equipamento de feira livre para a comercialização de alimentos hortifrutigranjeiros, com a prática do preço fixo, por quilo de produto (na época R\$ 1,79 e chegou a 2,29/Kg), valor definido pela SMAB, sendo que os custos da operação dos equipamentos são mantidos pelas cooperativas de agricultores familiares rurais, permissionadas por meio de editais de licitação.

Durante o plano de governo 2013-2016, o Programa Nossa Feira foi destaque entre as demais ações da SMAB por se consolidar como uma estratégia de ampliação de acesso a frutas e verduras da agricultura familiar da região metropolitana de Curitiba. O Programa foi intensificado entre os anos de 2015 e 2016, chegando a implantação de vinte (20) unidades. As cooperativas que participam do Programa são a Cooperativa Agrícola Familiar de Colombo – COOACOL e a Cooperativa de Processamento Alimentar e Solidária de São José dos Pinhais – COPASOL. Está em fase de formalização um consórcio entre nove (09) cooperativas de agricultores familiares rurais, em parceria com a Secretaria Estadual de Abastecimento/Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (SEAB/EMATER), para atender a demanda desse Programa e do Sacolão da Família. (CURITIBA, 2016b).

Dentre as realizações do Programa Mais Nutrição, a Feira Orgânica é citada de forma sucinta como mais uma unidade de comercialização de frutas e verduras e incluída num mesmo conjunto de equipamentos que comercializam alimentos convencionais, como o Programa Nossa Feira e o Sacolão. A leitura do Relatório de Gestão evidencia que a atividade das Feiras Orgânicas não se diferencia das demais unidades de abastecimento, ou seja, não aparece nada que a relacione com o propósito de ampliação de acesso ao alimento adequado e saudável, livre de agrotóxicos, ou como uma ação de promoção da saúde e da segurança alimentar e nutricional da população, ou como uma ação de apoio às iniciativas de modelos sustentáveis de produção de alimentos da agricultura familiar.

Por esta constatação, reitera-se aqui as limitações de alguns documentos institucionais, que muitas vezes seguem um padrão de objetividade e de apresentação de resultados baseados em números de alimentos comercializados e equipamentos instalados, como os Relatórios de Gestão, por isso, considera-se importante aprofundar essa leitura associada às outras informações levantadas durante a pesquisa.

Em 2016, o município de Curitiba lança o seu primeiro Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – 2016-2019 (PLAMSAN). Segundo o documento, Curitiba fez a adesão ao SISAN em 2015 e a construção do plano ocorreu durante esse período com a participação da Câmara Intersetorial de SAN (CAISAN-Curitiba) e o Conselho Municipal de SAN (COMSEA-Curitiba), coordenado pela SMAB. Os primeiros

passos para essa construção foi o mapeamento das ações relacionadas a SAN, já executadas pelos órgãos da administração pública, somadas as propostas aprovadas pela II Conferência Municipal de SAN de Curitiba (2015). (CURITIBA, 2016b).

O Plano contempla seis (6) Eixos e a SMAB participa como responsável e/ou parceiro de ações contempladas em todos os seis eixos, principalmente como responsável nas ações dos eixos: Eixo 1 - Acesso ao Alimento de Qualidade e Eixo 4 - Mercado Corresponsável e Consumo Consciente. A Feira Orgânica foi citada na ação: *Promoção do aumento do consumo de frutas e hortaliças* (Eixo 1), junto com os demais equipamentos da SMAB. Na ação *Ampliação dos pontos de comercialização de produtos orgânicos* (Eixo 4), a meta é a implantação de mais um (1) ponto de comércio, mas não se refere às Feiras, já que a SMAB também gerencia o Mercado de Orgânicos no Mercado Municipal; esta ação acabou deixando isso em aberto.

Apesar das Feiras Orgânicas estarem incluídas no Relatório Anual de Gestão e no PLAMSAN e estas serem - reconhecidas – pela SMAB e por uma parcela da sociedade como uma ação importante, percebe-se que não existe uma compreensão desta enquanto estratégia de SAN, sobretudo, enquanto referência de distribuição e acesso aos alimentos orgânicos e/ou agroecológicos, ou seja, as Feiras estão pouco visíveis nesses documentos, e sem expressividade. Essa constatação corrobora a importância desta pesquisa e da necessidade em revelar os elementos entorno das Feiras (potencialidades e restrições) e o reflexo destes nos aspectos capazes de influenciar ações mais efetivas de SSAN.

TERCEIRO CAPÍTULO

SAÚDE E AGROECOLOGIA: OS SENTIDOS E SIGNIFICADOS DOS ALIMENTOS COMERCIALIZADOS NAS FEIRAS ORGÂNICA

O propósito deste capítulo é discutir a percepção das pessoas participantes da pesquisa sobre os sentidos e significados dos alimentos comercializados na Feira Orgânica, objetivando trazer nas análises a interface da Agroecologia com a Promoção da Saúde. Para a discussão desse capítulo, o conceito da Promoção da Saúde será “bordado” com a ajuda das reflexões de Fritjof Capra, sobretudo quando este autor discute a concepção sistêmica de saúde e, também, do autor Jaime Breilh, que leva em consideração aspectos estruturantes relacionados ao desenvolvimento agrário a partir dos três “S” da vida: “*sustentable, solidario y saludable*”. Em seguida, será discutido o conceito de Agroecologia a partir da percepção das pessoas participantes desta pesquisa e sua relação com as Feiras Orgânicas, objeto deste estudo.

3.1 Por uma reconstrução do rural¹² que ressignifique a produção, o acesso e o consumo de alimentos adequados e saudáveis

Partindo desta premissa - de trazer a concepção de promoção da saúde para o enfoque desta pesquisa -, a primeira pergunta do roteiro de entrevista com as pessoas que representam as famílias agricultoras/feirantes foi - *Como foi iniciar a comercialização nesta feira?* - Esse questionamento, embora tenha uma relativa generalidade, teve como objetivo identificar as facilidades e dificuldades desse início (já discutido no Capítulo anterior). Entretanto, a maioria dos entrevistados foi mais além e relataram suas próprias histórias de vida. Alguns contaram desde o início quando optarem pela vida/morada no campo, outros relataram sobre os conflitos vividos durante a mudança da produção convencional para a produção orgânica e/ou agroecológica, como pode ser conferido no relato abaixo:

¹² Reconstrução do rural, no sentido discutido por Alfio Brandenburg (2010) no artigo *Do Rural Tradicional ao Rural Socioambiental*.

Eu plantava convencional, até 2000. Então, quando a gente produzia convencional a gente mexia com muito agrotóxico, principalmente tomate, a gente usava muito veneno. Aí comecei a pensar que tínhamos que mudar, não dava mais para continuar, era muito e cada vez mais tinha que usar um veneno mais forte. Quando usava um, depois já tinha que usar outro tipo, porque as pragas iam ficando mais resistentes. [...] **eu mudei do convencional para o orgânico, por causa da saúde**, se fosse por dinheiro eu ficaria no convencional, dava mais. Então, na época que **eu mudei meus filhos eram pequenos e eu nunca poderia ensinar nada pra eles da roça por causa dos venenos**, era muito veneno, até pra comer os tomates era complicado, uma linha de tomate eu não passava veneno, nos éramos uma equipe grande, quase 10 famílias, e uma linha da produção a gente plantava tomate e não passava veneno. Mas tava errado, **se eu não quero comer esse tomate que estou produzindo, estou enganando o consumidor**, e foi por isso que eu mudei, por causa da minha saúde, da minha família e da saúde do consumidor. (Agricultor2/feirante). [grifo da pesquisadora].

Observa-se, neste relato, um grande conflito vivido por ele no momento em que decidiu mudar de uma produção convencional (com o uso intensivo de agrotóxico) para a produção orgânica. Entretanto, mesmo depois de conseguir fazer a conversão entre esses dois sistemas, que não é um processo fácil, ainda precisava lidar com as sucessivas situações de desconfianças na relação com o consumidor no cotidiano da feira.

Miranda e colaboradores (2010, p. 29), no capítulo 2 do livro *Determinantes ambientales y sociales de la salud*, ajudam a refletir sobre esse tema quando relatam que as relações entre os seres humanos e a natureza não são puramente natural ou biológica, mas também permeadas de relações sociais, econômicas, culturais e políticas que constituem a lógica que rege o sistema e determina as formas de vida em sociedades humanas. Um sistema de relações que “*conforman un conjunto complejo, multidimensional y regulado de procesos articulados e interdependientes*” cruzado por relações sociais.

De acordo com os autores, o surgimento de sociedades de mercado que giram em torno de uma lógica produtivista focada na acumulação de capital, desmontou o sentido solidário e social desse sistema. Como parte dessa lógica produtivista, dois processos históricos devastadores para os direitos humanos e a natureza se instauram: a acumulação e concentração de riqueza econômica no centro de todas as atividades

sociais; e a consolidação de uma visão antropocêntrica¹³ de desenvolvimento, que coloca em segundo plano a preocupação com a construção de uma vida solidária, em conjunta harmonia com a natureza e ligada a uma cultura e uma espiritualidade emancipatória.

Os estudos sobre a incorporação de princípios ecológicos no manejo dos sistemas produtivos, da agricultura convencional à agricultura orgânica foram iniciados na década de 70, nos Estados Unidos e na Europa, como discute Schmitt (2013, p. 183). A maioria dos estudos era direcionada para a avaliação do desempenho econômico e ecológico do sistema orgânico como: a redução dos custos da produção; aumento da eficiência energética dos sistemas agrícolas; diminuição da erosão; e melhoria da fertilidade do solo. Entretanto, a autora apresenta também alguns estudos com um recorte mais sociológico, que procurou traçar o perfil da população de agricultores orgânicos, comparando com os agricultores convencionais, bem como outros autores que escolheram abordar nos seus estudos as dificuldades enfrentadas pelos agricultores na mudança da produção convencional para o manejo ecológico do sistema.

No Brasil, segundo Brandenburg (2009), os estudos que abordam os movimentos ecológicos na agricultura começaram a aparecer na década de oitenta e noventa, e mais impulsionados após a Eco-92, evento que marca o aparecimento de estudos relacionados com o desenvolvimento sustentável e a reconstrução socioambiental do rural.

Esta pesquisa não pretende entrar no conjunto desses estudos, dada a sua densidade de fatos e acontecimentos no campo social, político, econômico, ambiental e também científico sobre o sistema agroalimentar dominante que reverberam até os dias atuais. Porém, é necessário destacar três pontos observados no discurso do agricultor/feirante que o motivou à mudança para a produção orgânica e, em seguida, adentrar-se no cenário das feiras. O primeiro motivo destacado “eu mudei do convencional para o orgânico, por causa da saúde” um fato real e cotidiano que revela a preocupação deste com a saúde; o segundo “na época que eu mudei meus filhos

¹³ Fritjof Capra (2004, p. 25) no livro *A Teia da Vida: uma compreensão científica dos sistemas vivos* esclarece que a visão antropocêntrica (centralizada nos seres humanos) vê os seres humanos acima ou fora da natureza, como a fonte de todos os valores, sem reconhecer o valor intrínseco de todos os seres vivos fundamentalmente interconectados e interdependentes.

eram pequenos e eu nunca poderia ensinar nada pra eles da roça por causa dos venenos” indica uma preocupação com a reprodução social e cultural da agricultura familiar que, tradicionalmente, é passada pelas mães e pais pra seus filhos e filhas; e o terceiro “se eu não quero comer esse tomate que estou produzindo, estou enganando o consumidor”, pra além da preocupação com a saúde do consumidor, pode-se relacionar com a justiça e a ética social e ambiental. Temas que serão discutidos adiante.

Ao contextualizar o relato do agricultor2/feirante com as reflexões de Capra (2004), percebe-se uma relação intrínseca quando o autor faz referência aos valores da ecologia profunda alicerçados em valores ecocêntricos (centralizados na terra), como explica o autor, “uma visão de mundo que reconhece o valor inerente à vida não humana” enquanto membros de uma comunidade em rede de interdependências. Ainda segundo o autor, quando nos seres humanos essa percepção ecológica se torna parte de uma consciência cotidiana, surge uma ética radicalmente nova que o inclina a cuidar de toda a natureza como proteção dele mesmo por ser parte de um todo, da teia da vida.

Em relação à percepção do agricultor2/feirante sobre a saúde, convém mencionar o estudo de Rigon (2005), realizado no município de Turvo/PR com famílias da Associação de Grupos de Agricultura Ecológica. Neste, a autora constatou que a principal justificativa comentada pelos agricultores na mudança para a agricultura ecológica foi à preocupação com a saúde da família e do consumidor, destacando que cerca de 34% do total do grupo informou a ocorrência de situações de intoxicação por agrotóxicos em membros da família quando produziam alimentos convencionais.

Dentre as questões de maior relevância sinalizadas por Rigon et al. (2006), a motivação que a prática da agricultura ecológica gerou (e segue gerando) nas famílias em relação à saúde e nutrição contribuiu para a incorporação de práticas alimentares mais saudáveis, ultrapassando o cotidiano familiar de quem produz e passando a fazer parte também do cotidiano de quem consome seus alimentos. Os autores e autoras observaram ainda a existência de conceitos relacionando à saúde e ao meio ambiente, revelando um enfoque mais amplo de saúde:

O entendimento da relação existente entre a questão ambiental e a saúde foi observada nas falas dos agricultores e verificada em determinadas práticas adotadas pelo grupo que vão além da não utilização de agrotóxicos na produção, baseiam-se no cuidado com o lixo, na preservação das fontes de água, na conservação da mata e aumento da fertilidade das propriedades, multiplicação e troca de sementes nativas visando a conservação da biodiversidade, entre outras. (RIGON, et. al., 2006, p. 19).

As conclusões trazidas nessa pesquisa corroboram as preocupações também observadas nos relatos de outras pessoas que representam as famílias agricultoras/feirantes:

Desde o começo, a gente trabalha com orgânico, então, é o ar, terra e água são os três princípios. Lá na minha propriedade, por mais pequena que ela seja, nós já estamos cuidando da água, porque vamos precisar lá na frente, porque a água que as pessoas consomem são captadas dos rios, então ela já deixa de ser mais poluída porque na minha propriedade não se tem poluição. Então, o ar porque a gente tem a parte da infraestrutura da propriedade que tem que ter a mata, então de qualquer maneira a gente está preservando o ar das pessoas. E do solo porque a gente não está contaminando aquele pedaço, parece coisa pouca, mas já faz uma grande diferença. (Agricultora8/feirante).

Na mudança do convencional para o orgânico, naquela época, você não tinha segurança nenhuma, você não tinha certeza se iria vender ou não, foi opção mesmo de mudança por amor, não por dinheiro, como hoje as pessoas mudam sabendo que vão ganhar dinheiro, nós não, não tínhamos essa certeza. (Agricultor6/feirante).

Percebe-se no discurso da agricultora8/feirante uma ligação entre os modos de produção de alimentos, com a defesa da vida ao seu redor (água, terra e ar), mas também com a vida humana que poderá ser afetada pelos desequilíbrios que possam acontecer com esses elementos da natureza. Na percepção desta agricultora8/feirante esse desequilíbrio pode ser evitado com ações simples, que podem até parecer pequenas, mas que fazem grande diferença - diferença que estava refletida no seu olhar e no seu sorriso no dia que me concedeu à entrevista - como observado nas suas palavras “parece coisa pouca, mas já faz uma grande diferença.”

Já no discurso do agricultor6/feirante, ele conta que na mudança da produção convencional para a produção orgânica foi necessária uma atitude de enfrentamento e resistência, não por questões econômicas, mas por questões sociais, por uma condição de vida mais saudável, foi por amor à vida e especialmente por uma atitude política. Como também observado no primeiro discurso do agricultor2/feirante, percebe-se que foi uma mudança por acreditar que transformar a natureza de forma saudável,

transforma a si mesmo e o outro como parte de um todo: “se fosse por dinheiro eu ficaria no convencional, dava mais. [...] eu mudei por causa da minha saúde, da minha família e da saúde do consumidor.”

Com base nas reflexões de Breilh (2010a; 2010b), quando defende uma política agrária fundamentada nos três “S” da vida “*sustentable, solidario y saludable*”, esclarece que a sustentabilidade é um conceito multidimensional que implica num conjunto de condições para que os socioecossistemas possam fundamentar-se numa forma de vida que seja plena, digna, feliz e saudável. Percebida à luz dos direitos humanos e da natureza, a sustentabilidade, segundo o autor, precisa ser assumida como base de qualquer sistema social e de modelo de desenvolvimento rural, considerando os seguintes elementos constitutivos:

Primero y fundamentalmente la soberanía (como requisito de autárquica de la vida), así como la solidaridad en la reproducción social (equidad social, cultural, política, generacional y ambiental); la integralidad (como opuesto a lo simplemente sectorial o focalizado, y como algo que busca la concatenación entre todas las dimensiones del desarrollo); lo intercultural (como ruptura respecto a las visiones unilaterales y eurocéntricas que discriminan y empobrecen); el balance entre pasado-presente-futuro (no sólo en el sentido de la garantía y satisfacción de necesidades de las generaciones futuras - Informe Brundtland, 19873 - sino de avanzar hacia la reconstrucción del propio sistema de necesidades); y finalmente, la adaptación del desarrollo a las condiciones espaciales y del medio (BREILH, 2010b, p. 97).

Considerando as diversas leituras sobre a sustentabilidade enquanto um processo multidimensional, Miranda *et al.* (2010) destacam o conceito de sustentabilidade divulgado pela *Comisión Brundtland*¹⁴, que coloca no centro da temática a responsabilidade de “*satisfacer las necesidades del presente sin comprometer las posibilidades de las generaciones futuras para satisfacer sus propias necesidades*”, definindo o desenvolvimento sustentável como:

Un proceso de cambio en el que la explotación de los recursos, la dirección de las inversiones, la orientación del cambio tecnológico e institucional, están todas en armonía, aumentando el potencial actual y futuro para atender las necesidades y las aspiraciones humanas; todo esto significa que el desarrollo del ser humano debe hacerse de manera compatible con los procesos ecológicos que sustentan el funcionamiento de la biósfera. (MIRANDA et al., 2010, p. 21).

¹⁴ Organización de Naciones Unidas (ONU). Informe de la Comisión Mundial sobre el Medio Ambiente y el Desarrollo (CMMAD), 1987. Miranda *et al.* (2010).

Entretanto, os autores reconhecem que a sustentabilidade implica em outras dimensões: ecológica, social, cultural e política. O aspecto ecológico é a necessidade de preservar e valorizar a diversidade e complexidade dos ecossistemas. A dimensão social está relacionada com o acesso equitativo aos bens ambientais, tanto em termos de renda, quanto entre os sexos e entre culturas. A dimensão econômica corresponde à necessidade de repensar a economia de acordo com as necessidades materiais e imateriais para o desenvolvimento sustentável dos ecossistemas. A dimensão política refere-se ao envolvimento direto dos indivíduos e das comunidades na tomada de decisões, na definição de seu futuro e na gestão dos bens ambientais, de forma coletiva e através de estruturas de governança descentralizadas e democráticas.

Nesse sentido, o segundo “S” referido por Breilh (2010a), refere-se à organização solidária da vida no campo, ou seja, a construção de uma sociedade solidária – aquela onde a estrutura econômica produtiva tem como premissa a vida e o bem comum - uma organização que pretende, não apenas superar a desigualdade do acesso à terra, à água e ao crédito, mas também organizar uma política de soberania alimentar e hídrica, como explica o autor:

Donde la distribución ofrece a todos el acceso de una cuota que hace posible el buen vivir; donde se constituye un consumo consciente y colectivamente concertado, basado en una construcción consciente y equitativa de la necesidad, sin derroche, ni desperdicio y sin desproporcionar los recursos presentes y futuros; donde todos los pueblos pueden realizar a plenitud su identidad y las potencialidades de su cultura; donde la conducción de la vida colectiva ofrece a todos la posibilidad de incidir sobre el Estado y el movimiento social; donde todos disfrutan del bien protector de la organización social; y donde todos trabajan juntos por construir razonable y equitativamente un sistema de derechos y responsabilidades frente a la protección de la madre tierra. (BREILH, 2010b, p. 97).

E por fim, o autor ressalta que não pode haver sustentabilidade e equidade solidária se o mundo agrícola não for saudável. Não pode haver vida sustentável se não forem superados os processos e fatores que prejudicam a saúde humana atual e futura, não só dos agricultores afetados pela agricultura dependente de insumos químicos, mas também dos consumidores. Nesse sentido, Bezerra e Isaguirre (2014) reforçam que existe uma relação direta entre a produção e o consumo de alimentos produzidos sob a égide da sustentabilidade com a exigibilidade e efetividade do DHAA,

considerando que a produção e o consumo de alimentos com base na sustentabilidade não trazem riscos nem favorece o surgimento de doenças, como é o caso do consumo de alimentos com alto teor de resíduos de agrotóxicos, estimulam relações sociais de respeito, solidariedade e responsabilidade para com a saúde, cuja concepção deve extrapolar a relação ser humano-natureza.

Portanto, considerando os argumentos defendidos pelos autores e autoras, pode-se considerar que a implementação de políticas de abastecimento e suas ações, por exemplo, as que pretendem ter suas premissas com base nas concepções de saúde e segurança alimentar e nutricional, terá êxito se estiverem apoiadas nos três “S” da vida.

Finaliza-se esse tópico com as reflexões de Brandenburg (2010) sobre as transformações do rural brasileiro e suas formas de organização social e produtiva. De acordo com o autor, embora o rural tenha se transformado com a modernização da sociedade e das práticas produtivas, coexistem na contemporaneidade diferentes rurais: o rural tradicional, o rural moderno e o rural socioambiental, que compõem três momentos historicamente diferenciados. O rural socioambiental ou ecologizado é a expressão de um novo rural ou rural reconstruído, um rural em que o tradicional não é simplesmente substituído pelo moderno, mas é ressignificado.

O autor destaca que a ecologização do rural é realizada por atores sociais que articulam práticas sociais e ambientais, ou seja, “são atores que, ao resgatar a natureza e a tradição em seus projetos, recriam um ambiente de vida em que as relações com a natureza estão associadas às relações sociais”. O rural ecologizado é um projeto advindo do cotidiano das famílias agricultoras com essa visão de mundo e de vida, somado a uma crescente população urbana que demanda cada vez mais o consumo de alimentos saudáveis e adequado aos hábitos culturais e tradicionais, uma confluência de forças que tem potencializado as relações entre a sociedade e a natureza. (BRANDEMBURG, 2010, p. 426).

3.2 “O nosso é aquilo que a natureza faz, é saúde!”: interfaces entre as feiras e a promoção da saúde.

Outra questão relevante observada na pesquisa foi com relação à percepção das pessoas entrevistadas que representam as famílias agricultoras/feirantes quando perguntado sobre qual o diferencial dos alimentos produzidos e comercializados nas feiras:

O alimento orgânico **traz vida**, enquanto que o convencional traz prejuízo para seu organismo (Agricultora1/feirante). [grifo da pesquisadora].

Nosso produto **tem qualidade, é natural, tem pureza**, é incomparável, para quem produzia o tomate convencional como eu produzia, com agrotóxico, para comer um tomate de hoje é bem diferente, bem melhor. (Agricultor2/feirante). [grifo da pesquisadora].

Eu tenho mais de 20 anos na agricultura orgânica e, desde o início, a gente percebe muita qualidade na questão de saúde, eu tenho três filhos, para eu dizer para você que tive que levar eles no médico por causa de alguma diarreia, um mal-estar, sei lá, não consigo dizer quando [...] **tem alguma coisa de bom ali que é saudável, talvez não convença todo mundo que é isso bom, mas vejo pelos meus**. (Agricultora8/feirante). [grifo da pesquisadora].

A pessoa que adquire um alimento orgânico **leva saúde**, muito melhor. Os produtos convencionais que você encontra em outros lugares é um alimento cheio de coisas, de agrotóxicos, **produzido na força. O nosso é aquilo que a natureza faz, é saúde**. (Agricultor5/feirante). [grifo da pesquisadora].

Observa-se nos relatos acima uma relação direta dos alimentos produzidos e comercializados nas feiras com a "vida" e o "natural", elementos da natureza inter-relacionados com a saúde. Essa vinculação do alimento orgânico e/ou agroecológico - como algo que mais que alimenta, que nutre, que desperta sensações boas, que cura - com os aspectos da natureza, sugere que o seu consumo traz saúde, porque está em sintonia com a própria natureza, como reforça o último discurso do agricultor5/feirante.

Brandenburg (2002) ressalta que, na agricultura ecológica, a relação sociedade-natureza é mediada por uma representação diferenciada do ambiente da agricultura convencional. Para o agricultor ou agricultora ecológica, a natureza não é apenas entorno, mas representa uma visão de mundo no qual existe uma integração com a natureza e com ela se identifica. De acordo com o autor, a produção de alimentos ecológicos "não é apenas orientada por uma racionalidade instrumental, mas por racionalidades diversas relacionadas com a natureza do homem (e da mulher - grifo

nosso) e por isso é definidora de um estilo ou de um modo de vida.” (BRANDENBURG, 2002, p. 22).

Nesse sentido, é instigante a última frase do agricultor5/feirante “o nosso é aquilo que a natureza faz, é saúde.”, primeiro por que ele coloca a natureza enquanto produtora de saúde, uma produção que não opera na base da força, da mecanização e da utilização de insumos alheios a ela. Outra questão é que, para esse agricultor, a natureza é quem faz o alimento, ele é apenas um coadjuvante que aprende a utilizá-la e interagir com ela.

Capra (2004, p. 133), no livro *a Teia da Vida*, discute sobre a teoria dos sistemas vivos com o arcabouço filosófico da ecologia profunda para desvendar a questão central do livro: “o que é a vida?”. Segundo o autor, para compreender a natureza da vida sob o ponto de vista sistêmico, significa identificar um conjunto de critérios expressos em três dimensões conceituais: padrão, estrutura e processo. O padrão de organização determina as características essenciais de um sistema e, para descobrir se um determinado sistema é vivo, o seu padrão de organização deve ser de uma rede autopoietica ou de autocriação. O autor cita os autores Maturana e Varela¹⁵ para definir a autopoiese como uma organização em rede que cria a si mesmo a partir da produção e transformação de seus componentes. Nas palavras dos autores “o ser e o fazer dos sistemas vivos são inseparáveis, e esse é seu modo específico de organização” (MATURANA; VARELA, 1980 apud CAPRA, 2004, p. 136).

Utilizam-se, nessa discussão, os conceitos da biologia celular a partir da concepção de redes autopoieticas dos autores citados para ressaltar uma reflexão do Capra (2004, p. 171), quando questiona se “os sistemas sociais humanos podem ou não serem descritos como autopoieticos?”. De acordo com o autor, essa questão tem sido extensamente estudada por vários autores e as respostas são bem variadas, sendo que o grande problema é que a autopoiese foi definida para sistemas em espaços físicos e os sistemas sociais humanos existem não somente no domínio físico, mas também num domínio social simbólico.

Nesse sentido, a percepção das pessoas que responderam às entrevistas agricultores e agricultoras sobre o alimento produzido e comercializado nas feiras,

¹⁵ MATURANA, H.; VARELA, F. Autopoiesis: the organization of the living, originalmente publicado sob o título *De Maquinas y Seres Vivos*, Editora Universitaria, Santiago, Chile, 1972; reimpresso em 1980.

quando fazem uma relação entre a produção, consumo e a saúde, - não apenas relacionada com a prevenção de doenças, mas numa visão integral e holística da saúde -, sugere uma aproximação com a concepção de autopoiese nos ecossistemas e da possibilidade de os sistemas sociais humanos também atuarem em redes autopoieticas, como discute Capra.

Para completar essa reflexão, Capra (2012, p.120) compreende a saúde de uma forma sistêmica quando afirma que “o amplo conceito de saúde necessário à nossa transformação cultural – um conceito que inclui dimensões individuais, sociais e ecológicas – exige uma visão sistêmica dos organismos vivos e, correspondentemente, uma visão sistêmica de saúde”. Isso revela a natureza holística da saúde e a concepção sistêmica de saúde está diretamente relacionada com a concepção sistêmica de vida.

Uma visão sistêmica de saúde, de acordo com Capra (2012), compreende o indivíduo como um todo, holístico, percebe a saúde como um processo contínuo, não estático, que depende da interrelação e interdependência das dimensões físicas, psicológicas, emocionais, sociais, ambientais e espirituais. Conforme refere o autor, a saúde é uma experiência de nos sentirmos saudáveis, um sentimento de equilíbrio entre os vários componentes do organismo e entre o organismo e o meio ambiente. Como no relato da agricultora8/feirante “tem alguma coisa de bom ali que é saudável, talvez não convença todo mundo que é isso bom, mas vejo pelos meus (filhos).

Considerando as dimensões físicas, emocionais, sociais, ambientais e espirituais defendidas por Capra (2012) para discutir a concepção sistêmica de saúde, tornou-se imperativo abordar nos relatos de algumas mulheres agricultoras/feirantes outros aspectos que os diferenciam dos relatos anteriores, quando por exemplo, estas trouxeram sua percepção dos alimentos produzidos e comercializados nas feiras evocando outros sentidos e significados ao alimento orgânico e/ou agroecológico:

Sabor, textura, a gente ouve muito do consumidor “nossa, comi tal coisa e lembrei de minha vó”, “lembrei da minha infância”, então a gente percebe que as pessoas, através do orgânico, voltam a sua história, a sua vida familiar. (Agricultora7/feirante).

As pessoas já sentem a diferença entre o morango orgânico e o morango de supermercado, eles falam que o outro parece um isopor, não tem gosto de nada, só é bonito, mas não tem sabor, não tem cheiro. (Agricultora3/feirante).

Essas duas agricultoras vendem nas feiras leite e derivados orgânicos e alimentos processados como: compotas, geleias, pães, massas. Para elas, os alimentos vendidos nas feiras possuem um diferencial que os alimentos convencionais não possuem. Referem sobre o potencial desses alimentos, para além das qualidades sensoriais (sabor, textura, cor), de provocar reviver lembranças passadas, histórias, experiências que retomam sentimentos de prazer ao consumir esses alimentos.

Essa percepção do alimento para além da dimensão sensorial, - do sabor, da textura, da cor e do cheiro -, é fundamental para avançar nas reflexões sobre como estes elementos influenciam nas questões culturais da alimentação. Sobre esta assertiva, convém citar Maciel (2005) quando discute a alimentação humana como um ato social e cultural complexo, influenciado por fatores ecológicos, históricos, culturais, sociais e econômicos. Para o autor, a influência desses fatores implica na produção de diversos sistemas alimentares, como sistemas simbólicos onde os códigos sociais atuam no estabelecimento de relações dos seres humanos entre si e com a natureza.

Essa capacidade que o alimento orgânico e/ou agroecológico bem como o ato da alimentação em si tem de conectar os vários componentes da teia da vida, envolvendo aspectos da produção, distribuição dos alimentos, e ainda, culturais e de hábitos tradicionais de cada sujeito, permite-se pensar na potencialidade socioambiental do ato de comer, que pode ser reconstruído pelos modos de produção e distribuição de alimentos saudáveis, solidários e em defesa da vida, como acrescentam a agricultora7/feirante e o agricultor6/feirante:

Eu vejo por vários depoimentos de consumidores, que dizem e afirmam, que uma vez que passaram a consumir orgânicos mudaram a questão de saúde completamente, sentiram essa mudança no seu corpo, foi visível. [...]. Quem passa a consumir um alimento orgânico não volta mais para o convencional. (Agricultora7/feirante).

Tem consumidor que diz que nossa barraca comercializa resgate, tudo aquilo que é natural e as pessoas não encontram mais, como dente de leão, serralha, mentruz. (Agricultor6/feirante).

Pode-se, então, pensar as Feiras enquanto um espaço em potencial capaz de viabilizar o acesso aos alimentos adequados e saudáveis, que moldura uma complexa rede relacional entre quem produz e quem consome. Isso possibilita reorientar o consumo e estimular hábitos de vida saudável concernente às premissas da promoção

da saúde e da segurança alimentar e nutricional. Como ressalta um trabalhador da SMAB:

O ambiente que você encontra numa feira orgânica é um ambiente saudável, com pessoas que tem um conceito de vida, na sua grande maioria, saudável, natural, sustentável, que se relaciona bem com o meio e logo com o próximo, que praticam uma proposta ideológica de atividade comercial justa, com benefícios concretos para ambos, não estão enganando, não estão vendendo alimentos apenas pelo lucro, mas com um conceito de justiça. Enfim, isso acaba fomentando nas pessoas um estilo de vida diferente, as pessoas se redescobrem, é um ambiente sentimentalmente e comunitariamente propício à hábitos de vida saudáveis, não só alimentares, mas hábitos de vida saudáveis. (Trabalhador4/SMAB).

Portanto, cabe incluir nessa complexa rede relacional a atuação do poder público na criação de políticas públicas promotoras de saúde, como as Feiras percebidas pelas pessoas participantes da pesquisa enquanto um ambiente comunitário capaz de estimular hábitos saudáveis e solidários e fomentar estilos de vida em defesa da natureza e da sociedade.

Nesse sentido, importante referenciar a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), criada em 2012 para ampliar, efetivar ações e orientar o desenvolvimento rural sustentável. O principal instrumento de execução da Política é o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), o primeiro foi implementado entre os anos de 2013 a 2015 e, atualmente, o Planapo 2016-2019 já foi lançado. As ações do Planapo estão distribuídas em metas e organizadas a partir de eixos estratégicos: I) Produção; II) Uso e Conservação de Recursos Naturais; III) Conhecimento; e IV) Comercialização e Consumo. (CIAPO, 2016)

Com relação as metas do eixo Comercialização e Consumo, no Planapo 2016-2019, cabe destacar as iniciativas previstas para “incentivar a estruturação de 40 feiras, redes e/ou centrais de comercialização locais e regionais para beneficiários do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA)” e “Apoiar a inserção da agricultura familiar em feiras e eventos de produtos orgânicos e de base agroecológica de abrangência estadual, nacional e internacional.”(CIAPO, 2016, p. 66).

Apesar dos esforços empreendidos pelo governo federal na implementação das ações da Planapo, as ações no âmbito municipal para o eixo comercialização e consumo precisam ser reforçadas. Por exemplo, como foi referido anteriormente,

Curitiba lançou em 2016 o seu primeiro Plano Municipal de SAN 2016-2019 (PLAMSAN) e percebe-se que as Feiras Orgânicas, nesse documento, estão pouco visíveis enquanto uma referência de distribuição e acesso aos alimentos orgânicos e/ou agroecológicos no município de Curitiba. Outra observação é que as Feiras enquanto um espaço estratégico para fomentar e estimular hábitos de vida saudável concernente às premissas da promoção da saúde e da segurança alimentar e nutricional ainda é pouco explorada por outros setores do município, como as áreas da Educação e Saúde.

O município de Curitiba foi pioneiro no desenvolvimento de ações de abastecimento, no entanto, na maioria das experiências de feiras que comercializam alimentos da agricultura familiar ecológica no Brasil, a atuação do poder público municipal é bem tímida ou inexistente. Segundo o estudo de Araújo et al. (2015), Pernambuco se destaca dentre os estados do Nordeste pelo maior número de iniciativas de criação e sustentação de feiras, num total de vinte uma (21) feiras agroecológicas, estabelecidas na Capital, com sete diferentes instituições envolvidas na criação. No estado da Paraíba, foram registrados treze (13) feiras agroecológicas, todas com o apoio de associações de produtores espalhadas pelo estado. As dez (10) feiras agroecológicas pesquisadas no Rio Grande do Norte tiveram apoio do programa Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS), conduzido pelo SEBRAE e a Fundação Banco do Brasil; de Associações de Produtores; e da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER). No Ceará, são cinco (5) feiras agroecológicas e solidárias, que ocorrem nos municípios de Fortaleza, Crato, Itapipoca, Trairi e Tururu. (ARAÚJO et al. 2015).

Nenhuma dessas experiências faz referência à atuação da gestão municipal no apoio à organização das Feiras ou viabilizando apoio técnico, logístico e operacional aos agricultores. Já a experiência do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas no Rio de Janeiro/RJ, descrita pelas autoras Fernandez e Ferreira (2017), criada em 2010 pela iniciativa da ABIO - Associação dos Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro, contou com o apoio de secretarias municipais, e atualmente, algumas feiras são coordenadas por instituições: grupo Essência Vital, a Rede Carioca de Agricultura Urbana e a ONG AS-PTA, que atua como assessoria técnica. Fora do Circuito, ocorrem outras feiras organizadas por instituições de ensino.

Isto reforça a necessidade de uma política pública estruturante que oriente e corresponsabilize as esferas municipais e estaduais na criação de iniciativas de mercados locais, enquanto estratégias de ampliação do acesso da população a uma alimentação saudável e de promoção da saúde. Sobre essa constatação, convém ressaltar que ainda em 2005, o CONSEA Nacional propôs uma primeira versão do que poderia ser incorporada em uma Política Nacional de Abastecimento no Brasil. Apesar dos vários estudos, análises e debates promovidos por um grupo de *experts* no tema do abastecimento que resultou em uma proposta inovadora para tratar do tema, contudo, este mesmo documento não ganhou a notoriedade que merecia. Novamente, em 2012, o Plano Nacional de SAN 2012-2015 propôs a aprovação de um marco legal da Política Nacional de Abastecimento Alimentar, entretanto, essa meta não foi desenvolvida, bem como também não foi proposta no PLANSAN 2016-2019. (CAISAN, 2016). Atualmente, o Planapo 2016-2019, pretende-se voltar para a construção de uma estratégia nacional de abastecimento para ampliação do acesso às populações urbanas com alimentos orgânicos e de base agroecológica.

3.3 Agroecologia e agricultura orgânica no contexto das Feiras Orgânicas

Outra pergunta direcionada às pessoas participantes deste estudo, - *o que você entende por produção agroecológica?* -, teve como propósito compreender a percepção das famílias de agricultoras/feirantes e trabalhadores da SMAB sobre a Agroecologia e sua relação com a Feira Orgânica. Após a análise dos relatos, foi possível identificar os sentidos e significados da agroecologia imbuídos no fazer de cada família agricultora/feirante:

No meu olhar é assim, você não pode olhar só o cultivo, **você precisa ver a sua relação com a terra, com a água, com o meio ambiente e com as pessoas.** (Agricultora3/feirante). [grifo da pesquisadora].

É pensar a vida com um todo, a vida humana, a vida do ambiente, a vida dos seres que estão todos ali visíveis ou invisíveis, mas que a gente sabe que estão trabalhando pela gente também. Não temos que ter eles como inimigos e sim como amigos que irão ajudar a produzir o alimento. (Agricultora7/feirante). [grifo da pesquisadora].

[...] a produção agroecológica é muito mais do que só a produção com base nas técnicas de produção agrícola para o orgânico, envolve toda uma

consideração com a questão ambiental, com questão social e com a questão econômica. [...] é importante diferenciar um sistema do outro, porque o agroecológico ele **tem que ter um compromisso com quem está consumindo, a questão da prática do preço de justo, facilitar o acesso, essa corresponsabilidade para com a questão social.** (Trabalhador1/SMAB). [grifo da pesquisadora]

[...] **produção sem agrotóxicos, preservando a natureza, valorizando a agricultura familiar, a saúde das pessoas, tanto do campo quanto da cidade, esse é o grande diferencial.** A responsabilidade social também, o agricultor tem que ter uma remuneração digna, não ter trabalho escravo, essa agricultura é muito maior do que simplesmente não ter agrotóxico e produto químico, ela engloba outros fatores maiores. O que eu vejo é que a legislação trata mais de produto orgânico, mas a agroecologia tem toda essa outra ideologia por trás da produção. (Trabalhadora3/SMAB). [grifo da pesquisadora].

o agroecológico tem um conceito mais...inclusive o social por trás dele, **um conceito de vida, um estilo de produção é muito menos focado no comércio do que o orgânico.** Então, a leitura que eu faço vai por esse caminho. (Trabalhador4/SMAB). [grifo da pesquisadora]

Observou-se, a partir dos discursos acima das agricultoras e agricultores/feirantes, um sentimento de pertencimento aos princípios defendidos pela agroecologia: “me sinto mais na produção agroecológica, protegendo a terra, as nascentes, esse é caminho.”; “tem que cuidar de uma cadeia completa”; “você precisa ver a sua relação com a terra, com a água, com o meio ambiente e com as pessoas.”; “é pensar a vida com um todo, a vida humana, a vida do ambiente, a vida dos seres que estão todos ali visíveis ou invisíveis.”

Quanto à percepção dos/as trabalhador/as da SMAB sobre a agroecologia destacam-se nos seus relatos: “tem que ter um compromisso com quem está consumindo, a questão da prática do preço de justo, você facilitar o acesso, essa corresponsabilidade para com a questão social”; “produção sem agrotóxicos, preservando a natureza, valorizando a agricultura familiar, a saúde das pessoas, tanto do campo quanto da cidade, esse é o grande diferencial.” No entanto, como referido anteriormente, há de considerar fatores operacionais (de gestão, orçamentários, disputas políticas entre outros fatores) que inviabilizam, na prática, o fortalecimento das Feiras orgânicas (e/ou agroecológicas) como espaços que elevem o debate sobre promoção da saúde e ampliem o acesso da população a uma alimentação saudável.

O movimento da agroecologia tem sido difundido na América Latina e em outros países, principalmente, como sendo um padrão técnico-agronômico capaz de

reorientar as diferentes estratégias de desenvolvimento rural sustentável com base numa nova abordagem que integra os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos. É pensar o desenvolvimento rural sustentável, não somente com base na dimensão do manejo técnico agrícola, mas também capaz de investir numa mudança nos determinantes socioeconômicos que governam o que é produzido, como é produzido e para quem é produzido, com efeitos positivos nos sistemas agrícolas e na sociedade como um todo. (ALTIERI, 2004). Jaime Breilh (2010a), por sua vez, avança nessa reflexão quando expõe sobre a necessidade de pensarmos em algo ainda mais complexo que deriva de todo o processo de "determinação" social (político, econômico e cultural) que implica na saúde (social e ambiental).

Altieri (2004, p. 21), ressalta que apenas uma compreensão mais profunda da ecologia dos sistemas agrícolas pode levar ao alcance de uma agricultura realmente sustentável. Como explica o autor, a agroecologia é uma ciência que “fornece os princípios ecológicos básicos para o estudo e tratamento de ecossistemas, tanto produtivos, quanto preservadores dos recursos naturais, e que sejam culturalmente sensíveis, socialmente justos e economicamente viáveis.”

Portanto, a agroecologia, a partir de um enfoque sistêmico, utiliza os agroecossistemas como unidade de estudo, um sistema que precisa encontrar um equilíbrio entre plantas, solos, nutrientes, luz solar, umidade e outros organismos coexistentes, e, para isso, o princípio da preservação e ampliação da biodiversidade é o primeiro que deve ser utilizado para produzir auto regulação e sustentabilidade.

Esse é o principal princípio agronômico e ecológico defendido pelo campo da Agroecologia e que constituiu as bases científicas para apoiar o processo de transição para agriculturas alternativas, como a orgânica, natural, biodinâmica, entre outras. (ALTIERI, 2004). Porém, esse não é o único objetivo da agroecologia, considerando suas dimensões sociais, econômicas e políticas, permite ampliar o olhar para questões que envolvem a sociedade como um todo.

Assim, outro objetivo da agroecologia, como refere Gliessman (2000), é considerar que a aplicação dos princípios ecológicos no manejo de agroecossistemas sustentáveis precisa partir do conhecimento local, integrado ao conhecimento científico para, assim, dar lugar à construção e expansão de novos saberes

socioambientais. Altieri (2004) também reforça que a sustentabilidade só é possível com a preservação da diversidade cultural que nutre as agriculturas locais.

Altieri (2004, p. 27), cita Toledo et al. (1985)¹⁶ e Chambers (1983)¹⁷ para mostrar que o estudo da etnociência¹⁸ tem revelado que o conhecimento das pessoas do local sobre o ambiente, a vegetação, os animais e solos são importantes para a criação de agroecossistemas sustentáveis e que a participação da comunidade possui a força geradora dos objetivos e atividades dos projetos de desenvolvimento, ou seja, a agroecologia possui o potencial de tornar os camponeses arquitetos e atores de seu próprio desenvolvimento. Como explica a agricultora/feirante “você não pode olhar só o cultivo, você precisa ver a sua relação com a terra, com a água, com o meio ambiente e com as pessoas.”

Assim, retomando o entendimento de Altieri (2004, p. 21) quando refere que os agroecossistemas precisam ser “culturalmente sensíveis, socialmente justos e economicamente viáveis”, considerando que já foi explicitado o primeiro, cabe agora esclarecer os dois últimos. Socialmente justo, quer dizer assegurar o acesso aos recursos naturais e financeiros e distribuí-los de forma equânime, ou seja, de forma que as necessidades de todos os membros de uma organização social sejam supridas. A desigualdade social, a pobreza e a falta de acesso à terra, à água e ao crédito são os fatores que mais ameaçam um desenvolvimento rural sustentável, por isso a agroecologia busca a equidade social na produção, enquanto uma prática necessária para assegurar a geração de renda, trabalho e a estabilidade e permanência do agricultor familiar no campo. (GUZMÁN CASADO et al., 2000).

O último refere-se a agroecossistemas ecologicamente eficientes, ou seja, a capacidade de um sistema de produção em alcançar seu potencial máximo com menor custo energético e de materiais. (GUZMÁN CASADO et al., 2000). Como refere Leff (2002), uma nova racionalidade produtiva que dê coerência e eficácia às diferentes técnicas e ações locais, que possa enfrentar a lógica depredadora dos recursos naturais do modelo produtivo agroindustrial hegemônico.

¹⁶ TOLEDO, V. M.; CARARBIAS, J.; MAPES, C.; TOLEDO, C. **Ecología y autosuficiencia alimentaria**. Mexico: Siglo Veintiuno, 1985.

¹⁷ CHAMBERS, R. **Rural development: putting the last first**. London: Longman, 1983.

¹⁸ Sistema de conhecimento de um grupo étnico local e naturalmente originado.

Leff (2002) cita que esse debate teórico e político para se construir uma racionalidade produtiva, capaz de gerar um desenvolvimento equitativo, sustentável e duradouro, favoreceu o crescimento de um amplo movimento social onde os princípios da agroecologia e do desenvolvimento sustentável foram somados às lutas populares e das organizações de comunidades rurais na defesa da autogestão de suas terras e de seus recursos naturais. Neste contexto, Altieri (2010) faz referência que o conceito de soberania alimentar ancorado ao da Agroecologia ganha a atenção e se fortalecem nos movimentos sociais do campo, como o movimento camponês internacional Via Campesina e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Brasil, que há muito tempo defendem o direito dos agricultores do acesso à terra para produzir a comida para suas próprias comunidades e seu país.

Altieri (2010) reforça ainda essa assertiva e cita que os movimentos sociais rurais abraçaram o conceito de soberania e da agroecologia na defesa da autonomia local, da produção de alimentos saudáveis, de mercados locais, de ciclos locais de produção-consumo, de um comércio justo a preços acessíveis e de redes solidárias entre agricultores e consumidores. É nessa perspectiva que Leff (2002) faz referência ao nascimento de uma nova consciência e um novo espírito de organização coletiva que mobiliza um desenvolvimento alternativo fundado no potencial produtivo dos ecossistemas, na diversidade cultural e nas capacidades organizativas das comunidades rurais.

Surge, assim, uma definição mais ampla da agroecologia entendida por Sevilla Guzmán (2006):

Como manejo ecológico de los recursos naturales a través de formas de acción social colectiva que presentan alternativas al actual modelo de manejo industrial de los recursos naturales, mediante propuestas, surgidas de su potencial endógeno, que pretenden un desarrollo participativo desde los ámbitos de la producción y la circulación alternativa de sus productos, intentando establecer formas de producción y consumo que contribuyan a encarar la crisis ecológico y social, y con ello a enfrentarse al neoliberalismo y la globalización económica. (SEVILLA-GUZMÁN, 2006, p. 15).

A agricultura familiar pautada num projeto agroecológico de vida foi tema de estudo de Pinheiro (2004), quando procurou compreender como são construídos projetos de vida de famílias agricultoras que adotaram práticas orientadas pelos

princípios da agroecologia. Segundo o autor, o desejo por este estudo nasceu por constatar que nem todos os agricultores orgânicos visitados na pesquisa inicial de campo estavam orientando suas práticas por princípios ecológicos, por negligenciar práticas de conservação de solo, proteção de nascentes, preservação de mata ciliar, áreas de reserva legal e de proteção permanente. Situação também identificada no estudo de Costa (2004) que, a partir de uma pesquisa empírica realizada sobre a horticultura à luz dos parâmetros da sustentabilidade, revelou que apenas 30% dos sistemas orgânicos apresentaram padrões aceitáveis de sustentabilidade, sendo todos os demais, orgânicos e convencionais, estavam causando médio ou forte impacto negativo sobre os recursos naturais.

Essa questão também foi revelada nos relatos de agricultoras e agricultores/feirantes:

O orgânico é simplesmente uma troca, é o não uso de agrotóxicos. Mas a agroecologia você cuida do meio ambiente, cuida da água, dos animais, dos seres que vivem no meio, protege as nascentes. **Me sinto mais na produção agroecológica, protegendo a terra, as nascentes, esse é o caminho.** (Agricultora1/feirante). [grifo da pesquisadora].

Orgânico é apenas aquele que não coloca veneno nas plantas, mas também não recicla o lixo, não cuida das nascentes de água. Já o agroecológico cuida do meio ambiente de uma maneira geral, abrange mais, **tem que cuidar de uma cadeia completa.** (Agricultor2/feirante). [grifo pesquisadora].

No entanto, os autores Abreu et al. (2012) chamam à atenção para essa dicotomia que muitas pessoas fazem para diferenciar a agricultura orgânica da agroecológica e salientam que a produção orgânica, enquanto uma agricultura alternativa ou ecológica, possui um potencial para enfrentar os impactos socioambientais¹⁹ que são gerados pelo modelo da agricultura convencional, por estar relacionada à segurança alimentar e à preservação do meio ambiente, bem como à agroecologia. Porém, os autores ressaltam que a agroecologia e a agricultura orgânica

¹⁹ Ao atores citam Sarandon (2009) para referir os principais impactos: dependência crescente de combustíveis fósseis e a baixa eficiência energética; a degradação dos recursos naturais, contaminação de alimentos e meio ambiente; o uso crescente de agrotóxicos (inseticidas, herbicidas, fungicidas) e fertilizantes químicos; o impacto negativo sobre a saúde dos agricultores e dos consumidores; a erosão genética (perda de variedades crioulas); diminuição da biodiversidade com a simplificação dos agroecossistemas; a perda de técnicas, da cultura e de saberes tradicionais dos agricultores; e, finalmente, o aumento do êxodo e da pobreza rural.

apesar de possuírem esses objetivos comuns, sustentam-se em definições, paradigmas, princípios diferenciados.

Constatou-se também em outros relatos que algumas pessoas referiram não conhecer o conceito de agroecologia e/ou conhecer pouco por não ter tido uma aproximação com o conceito, conforme os relatos abaixo:

Não entendo muita coisa, isso não sei explicar. (Agricultora4/feirante).

Agroecológico eu entendo que é mais plantado em meio mais com a natureza do que o orgânico, no caso em regiões que é muita floresta e várias culturas, floresta e plantação. (Agricultor5/feirante).

Fizemos alguns cursos no começo da agricultura orgânica para começar entender, porque muda um pouco, o trabalhar não, mas muda o que você pode usar e o que não pode. A própria agroecologia que lida com a floresta, daí isso a gente não tem nenhum conhecimento pra fazer o implante dentro da mata. [...] então a gente produz agricultura orgânica, natural, mas a agroecologia que seria junto com a mata daí a gente não consegue. (Agricultora8/feirante).

Esses agricultores e agricultoras referem praticar a agricultura orgânica e que possuem unidades de produção certificadas pelo sistema de auditoria da TECPAR. No entanto, nos seus discursos ao longo da entrevista, foram identificados princípios ecológicos e sociais basilares de uma agricultura sustentável, solidária e saudável, da mesma forma que apareceu nos discursos das agricultoras e agricultores/feirantes associados a Rede Ecovida de Agroecologia. É importante mencionar que ao destacar este fato não se pretende fazer nenhuma análise comparativa que versa sobre os processos de certificação - da TECPAR ou da Rede Ecovida (que, por sua vez, se caracteriza como sendo uma complexa forma de certificação participativa), mas, sim, de trazer elementos capazes de corroborar outros estudos sobre a construção coletiva do pensamento ecológico pautado nas bases do cuidar (de si, da natureza e dos demais).

Recordando, por exemplo, o discurso anterior (no início desse capítulo) da agricultora8/feirante, que referiu praticar a agricultura orgânica a partir de três princípios, ar, terra e água, demonstra um saber/fazer de cuidado com meio ambiente e com as pessoas, e um sentimento de solidariedade e responsabilidade social e ambiental que é intrínseco do seu modo de produzir e viver em sintonia com a natureza. Outro exemplo é do agricultor5/feirante, que, em discurso anterior sobre o

preço dos alimentos comercializados, trouxe a seguinte afirmação: “o valor que a gente passa para o cliente é bom para a gente e é bom para eles, porque não tem atravessador [...] o que é produzido pela gente, a gente tenta passar pelo preço melhor, menor.”

Ambos praticam agricultura orgânica, possuem certificação por auditoria, cuidam do meio ambiente, comercializam os alimentos diretamente para o consumidor, desenvolvem um comércio justo e solidário e não se enquadram nas descrições simplistas que muitas pessoas fazem quando comparam agricultura orgânica e agroecologia. Sobre esta assertiva, convém mencionar novamente Ploeg (2008), já que o mesmo concebe a este processo como sendo algo dinâmico (e até necessário) e o denomina como "recampezinação". Movimento que implica em uma reconversão de agricultores empresariais - cuja utilização de insumos e/ou grandes investimentos em mecanização lhes são as principais características - para camponeses, cuja autonomia e desenvolvimento de atividades produtivas, possuem uma relativa orientação econômica (produção destinada ao mercado), mas que este motivo não é o único. Assim, que outros valores e perspectivas de vida e de mundo também podem servir como combustíveis diários.

É importante destacar que esses agricultores e agricultoras não são uma exceção, na verdade, representam o perfil de muitas unidades da agricultura familiar orgânica, que aprenderam a lidar com a terra a partir de conhecimentos tradicionais que transitam de geração em geração há muitos anos. Um saber acumulado pela experiência de vida no campo e de interação cotidiana com a natureza, que foi somado ao conhecimento técnico-científico de um modelo de agricultura, e não diminuído por ele. Esse saber/fazer foi revelado nos relatos numa linguagem simples e humilde de trabalhadoras e trabalhadores rurais, agricultores familiares, - que podem até achar que não entendem de muita coisa ou não sabem explicar -, mas alcançaram uma profundidade, que fez emergir as principais premissas da agroecologia.

Essas observações ajudam a desconstruir o conceito de agricultura orgânica trazida por algumas pessoas que representam as famílias agricultoras/feirantes, mas não desconsideram a crítica que muitos autores têm feito à agricultura orgânica, por considerar que as unidades de produção orgânica, quando orientadas por uma lógica

de mercado, antropocêntrica²⁰, que privilegia sistemas de produção simplificados, como as monoculturas, acabam se afastando dos princípios ecológicos iniciais do movimento, conforme referem os autores Pinheiro (2004); Costa (2004); Almeida e Abreu (2009).

Ao longo das últimas décadas, a concepção do "alimento orgânico" foi reproduzida pelos segmentos que representam os impérios alimentares, apropriada por grandes empresas do agronegócio, assumindo um caráter elitista e excludente e, por este motivo, o conceito, por ser polissêmico, deve ser analisado a partir do contexto onde está inserido.

Para finalizar esse tópico, trago as reflexões de Abreu et al (2012, p. 151), quando ressaltam que, embora existam conceitos, princípios e paradigmas diferenciados entre a agricultura orgânica e a agroecologia, é preciso evitar a simples oposição de paradigmas, a análise precisa considerar a realidade socioeconômica de cada experiência de produção familiar orgânica. Nas palavras dos autores, "é preciso levar em conta as heterogeneidades das formas produtivas orgânicas, suas lógicas de funcionamento, bem como as condições para produzir e os desafios colocados para os produtores orgânicos familiares."

²⁰ Conforme o estudo de Tress (2001), com processos de conversão para a agricultura de base ecológica na Dinamarca, classificou a relação dos agricultores quanto à aplicação de princípios da agroecologia em dois pólos extremos: o primeiro, antropocêntrico, consiste na busca da produtividade mediante o domínio direto da produção num quadro de referencial tecnológico em que a natureza recebe apenas um valor instrumental, e um segundo, de natureza ecológica, que busca a coexistência entre seres humanos e a natureza pela valorização de processos de regulação natural.

QUARTO CAPÍTULO

FEIRAS ORGÂNICAS NO CONTEXTO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ABASTECIMENTO: O CASO DE CURITIBA

As pessoas que frequentam as chamadas *Feiras Orgânicas* da cidade de Curitiba ou mesmo as pessoas que não frequentam, mas sabem que ali existe algo, talvez não imaginem a profundidade da história por trás de cada tomate, alface vendidos ou por trás de cada sorriso, conversa, troca de receita entre agricultor(a) e consumidor(a). Pelos registros, se constata uma história (de algumas vidas) de mais de 28 anos. Uma história que perpassa a vida de cada personagem: suas escolhas, lutas, resistências, resiliências, incertezas e recomeços.

As nuances dessa história possuem uma especificidade própria da região, combinada às características do desenvolvimento histórico, político, econômico e social do estado do Paraná, neste caso - a história das Feiras - reflete de uma maneira ampla as dificuldades e facilidades vividas por famílias agricultoras, consumidores e consumidoras e, não menos importante, o poder público em várias regiões do Brasil, especialmente quando o assunto versa sobre ações e estratégias que viabilizem o acesso aos alimentos adequados e saudáveis à população.

Sobre essa assertiva, Maluf (1999) reforça que para compreender os aspectos relacionados ao acesso aos alimentos pelos diversos segmentos da população, precisa-se considerar as conexões existentes entre produção, abastecimento e consumo. Segundo o autor, as ações de abastecimento alimentar tratam das estruturas que disponibilizam alimentos, fluxos que vão desde a forma pelas quais os alimentos são produzidos, passando pela intermediação mercantil e processamento agroindustrial, até o comércio varejista para serem distribuídos para a população. Por essa razão, as estruturas de abastecimento também fazem parte dos elementos que determinam as condições pelas quais a população acessa os alimentos.

Portanto, a proposta deste Capítulo é discutir como as Feiras se organizam e funcionam, de forma a identificar elementos que possam influenciar (potencializando ou restringindo) o acesso aos alimentos orgânicos e/ou agroecológicos pela população,

apresentado em três tópicos: *O início das Feiras Orgânicas: um espaço social criado por várias mãos; O papel da SMAB na organização das Feiras Orgânicas e os diferentes olhares a partir do lugar que ocupa: gestor e feirante; e Dos critérios para ingresso nas Feiras Orgânicas: inclusivo ou excludente para as famílias agricultoras.*

4.1 O início das Feiras Orgânicas: um espaço social criado por várias mãos

Incluídas na política municipal de abastecimento, as atuais Feiras Orgânicas possuem um histórico institucional na SMAB desde 1995, inicialmente, com o nome de Feiras Verdes pelo Decreto nº 314/1995, que regulamentava, na época, as unidades de abastecimento do município de Curitiba. (CURTIBA, 1995). Em 2005, a Feira Verde passa a ser denominada de Feira Orgânica e, atualmente, é regulamentada pela Portaria nº 044/2007, descrita como “unidades de Abastecimento destinadas à comercialização, no varejo, de produtos orgânicos certificados”. (CURTIBA, 2005; 2007). Apesar desse histórico institucional na Secretaria, o início da história da Feira antecede essas datas e ultrapassa as amarras institucionais de decretos e portarias.

De acordo com os estudos de Karam (2001, p. 116) sobre a agricultura orgânica na região metropolitana de Curitiba, a Feira Verde foi um desdobramento reflexo da própria história de instauração, organização e ampliação da prática da agricultura orgânica na região metropolitana de Curitiba (RMC), impulsionada por um grupo de pesquisadores e estudantes de agronomia, técnicos de instituições governamentais e de entidades não governamentais dedicado aos estudos e à prática da agricultura orgânica e biodinâmica no estado do Paraná.

O movimento da agricultura orgânica na região metropolitana de Curitiba (RMC), como prática produtiva e proposta social, teve início no final da década de 70 com práticas da agricultura orgânica e biodinâmica. Na década de 80, surgiram iniciativas produtivas de estudantes e agrônomos que tinham ligação com o Grupo de Estudo de Agricultura Ecológica da UFPR e com o Instituto Verde Vida de Desenvolvimento Rural (IVV), fundado em 1991, como a instalação da Chácara Verde Vida, no município de Colombo, da Chácara Arcádia, no município de Campo Magro e da Chácara Companhia da Serra no município de Quatro Barras. (DAROLT, 2000, p. 83; KARAM, 2001, p. 115).

Darolt (2000) refere que, naquela época, a comercialização dos alimentos da agricultura orgânica era realizada, principalmente, através da venda e entrega de sacolas diretamente a consumidores, restaurantes e instituições. De acordo com o autor, a produção de alimentos orgânicos não tinha um mercado específico e ausência deste começou a ser sentida como um gargalo. Em 1989, a Chácara Verde Vida foi a primeira a comercializar seus alimentos orgânicos no Largo da Ordem, de forma independente, aos domingos, junto à feirinha de artesanato. Anos mais tarde, outros agricultores se uniram a essa primeira barraca, sendo criada a Feira Verde em 1993, com o apoio financeiro da Secretaria Estadual de Abastecimento/Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (SEAB/EMATER), com oito barracas pertencentes a quinze (15) famílias agricultoras. (KARAM, 2001).

Com base nos relatos das pessoas participantes desta pesquisa, foi possível conhecer um pouco dessa história, mas como nem todos vivenciaram o processo desde o início, captou-se a compreensão sobre o mesmo a partir do olhar de cada um e de cada uma acerca das dificuldades e facilidades encontradas para iniciar a comercialização:

Aqui tem mais de 20 anos, começamos no Largo da Ordem, no relógio das flores e aí a gente veio pra cá. Para começar aqui foi difícil, no início formou-se um grupo, tinha um produtor de Tijuca (Tijucas do Sul), tinha de Campo Magro, tinha lá de Bocaiuva e Quatro Barras. Tinham quatro barracas lá e tinha a banana que vinha de Barra do Turvo em São Paulo. Aí os moradores começaram a implicar, era no domingo de manhã. Aí abriu essa oportunidade no Passeio Público, não lembro qual prefeito, estava largado o Passeio Público, mudamos pra cá, nos aventuramos. (Agricultor6/feirante).

Começou através de uma iniciativa de um grupo de estudantes na época, alguns pioneiros na área da agroecologia, começou de uma forma muito espontânea no centro da cidade, no Largo da Ordem, através de uma permissãozinha bem informal e a partir dali começou a ganhar corpo esse movimento. [...] mudou para um espaço mais central, mais organizado, onde foi instituído o Programa das Feiras Verdes e começou a ter um incentivo maior por parte da prefeitura. (Trabalhador1/SMAB).

A história da Feira mostra que sua criação antecede a atuação do poder público e deve ser entendida como uma construção social, como iniciativas próprias de quem - na época - já defendia a proposta de que fosse ressignificada a relação da produção e consumo, pautando principalmente na produção de alimentos saudáveis. Neste sentido, pode-se inferir que a história (das Feiras) transversalizou a história de vida de

cada família agricultora inserida neste movimento, mas também dos consumidores e consumidoras. Constatou-se também que existe um reconhecimento de outros apoios (pessoais e/ou institucionais) para que a Feira ganhasse legitimidade (social e política) como os técnicos e técnicas, profissionais e estudantes de agronomia e de outras áreas, instituições e entidades não governamentais e o poder público municipal e estadual.

É a partir dessa constatação - de que o movimento contou com a participação de vários atores -, porém, é necessário destacar que esse estudo - em especial - dará visibilidade a atuação das famílias agricultoras/feirantes, por acreditarmos que estas, de fato, são protagonistas desta história. Como foi percebido nas falas dos participantes, foram essas pessoas que carregaram o "peso" de toda essa construção.

Como observado na fala do agricultor/feirante no discurso acima, *“para começar aqui foi difícil... nos aventuramos”*. A expressão do seu olhar no momento da entrevista possibilitou uma série de interpretações, por exemplo, foi possível perceber as incertezas, os medos e as perdas. Uma insegurança que é um reflexo do próprio processo de produção e comercialização de alimentos orgânicos e/ou agroecológicos daquela época e que persiste até os nossos dias atuais.

A fala do trabalhador da SMAB reforça a ideia de que a Feira começou pela atuação de pessoas *“pioneiros na área da agroecologia”*, que se dedicaram a formar um movimento em defesa da produção de alimentos saudável e sustentável e que, em algum momento desse processo, se depararam com o problema da comercialização, aliando a este fato o não acesso das pessoas aos alimentos produzidos. E a participação do poder público municipal surge, posteriormente, para organização e institucionalização dessa nova proposta de comercialização nos espaços públicos.

A participação dos consumidores e de entidades não governamentais também foi referida nas falas dos(as) entrevistados(as):

Na verdade, não foi unilateral, veio de todos os envolvidos, tanto por parte dos agricultores, que demandavam isto, entendendo que eles precisavam de maior número de espaços para comercialização e pelo lado da população, demandavam e vem demandando cada vez mais abertura de espaços de comercialização de produtos orgânicos. (Trabalhador1/SMAB).

[...] o que eu sei é que AOPA sempre esteve ligada, sempre teve junto nesse processo inicial e também a associação dos consumidores orgânicos. (Trabalhadora3/SMAB).

Um importante passo na história da agricultora orgânica no Paraná foi a fundação, em 1995, da Associação de Agricultura Orgânica do Paraná - AOPA²¹, de acordo com o estudo de Karam (2001), no ato da sua criação tinham 30 associados fundadores, dentre eles: técnicos que atuavam também no Instituto Verde Vida de Desenvolvimento Rural (IVV); agricultores orgânicos; e 15% dos fundadores eram consumidores. Segundo a pesquisadora, a AOPA foi criada devido uma necessidade de ampliar os canais de comercialização da produção orgânica, assim como ter uma instituição representativa dos agricultores.

Tanto os membros e técnicos do IVV, EMATER e da AOPA estiveram diretamente ligados na criação da Feira e na ampliação de novos canais de comercialização da produção orgânica (KARAM, 2001, p. 116-19). A Associação de Consumidores de Produtos Orgânicos do Paraná, ACOPA, referida pela trabalhadora da SMAB, foi criada em 2000 e teve um papel importante de mobilização dos associados e da sociedade para a ampliação do consumo de alimentos orgânicos, divulgando informações e, principalmente, aproximando o produtor do consumidor através dos espaços das feiras e visitas às propriedades dos agricultores. (BRANDENBURG *et al.*, 2008).

Em 1995, a SMAB transfere a Feira Verde para o Passeio Público com cinco (5) barracas, das oito (8) que existiam no Largo da Ordem, por desistência de alguns agricultores. Segundo os relatos dos agricultores e agricultoras/feirantes, não foi um período fácil, esse novo espaço trazia consigo também a insegurança da continuidade desse projeto, em especial, pelo desconhecimento da população e pela baixa procura por esses alimentos.

De acordo com os relatos, eram poucas barracas e cada uma podia acolher duas ou três famílias agricultoras que não tinham condições de fazer feira, e quando crescia demais era montada outra barraca. A Feira Verde se sustentou no Passeio Público por mais três anos, em 1998, com o aumento da demanda pela

²¹ Em 2004, a AOPA passou a ser intitulada Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia (PINHEIRO, 2004).

comercialização de alimentos orgânicos, foi implantada a segunda Feira no bairro Campina do Siqueira e, em 2001, a terceira no Jardim Botânico.

Entretanto, mesmo com a ampliação no número de Feiras, sustentar essa proposta não foi um processo fácil e nem tão pouco teve uma rápida adesão por parte da população. Isso foi observado nas entrevistas aos (e às) feirantes quando perguntado sobre como foi iniciar a comercialização nas Feiras. As palavras “dificuldade”, “muito fraca”, “devagar”, “não é fácil”, “desistir” foram repetidas diversas vezes, sendo dessa forma identificado como um aspecto importante quando se quer analisar o acesso aos alimentos saudáveis sob a ótica da promoção da saúde:

[...] nós enfrentamos muita dificuldade, muitas dificuldades mesmo, dificuldades de produção por causa de vários fatores climáticos: seca ou geada ou granizo que acabavam interferindo. Com relação ao preço dos produtos, a gente produzia e quando chegava para vender a gente tinha que perguntar quanto pagavam e vendíamos pelo preço que o comerciante pedia. A vezes a gente chegava em casa e não tinha sobrado dinheiro para pagar as despesas do dia a dia da família. (Agricultora7/feirante).

O início foi devagar, começou devagar e foi se ajeitando. Assim, os clientes começaram a chegar e a gente foi aumentando as vendas. (Agricultor5/feirante).

No começo era muito fraca, muita gente queria desistir, não tinha propaganda, nem nada e depois que foi crescendo. (Agricultora4/feirante).

[...] a parte difícil foi quando ninguém acreditava no produto, não tinham conhecimento. A gente chegava aqui, quando chovia, ninguém vinha, não tinha fidelidade. (Agricultor6/feirante).

As dificuldades referidas pelas agricultoras e agricultores/feirantes refletem as condições adversas vividas no meio rural que, normalmente, não são percebidas pela maioria da população. O momento da irregularidade da oferta ou o preço diferenciado (mais caros) dos alimentos é que, de alguma forma, influencia nesta visibilidade já que estes são fatores que afetam diretamente no acesso aos alimentos por parte da população. As condições adversas relatadas vão desde dificuldades na produção, influenciados por diversos fatores de ordem econômica, social e ambiental, até o momento da comercialização, no encontro com o(a) consumidor(a) ainda desacreditado(a) e infiel à compra de alimentos orgânicos, que trazia consigo os reflexos das mudanças ocorridas nos hábitos de consumo.

No estudo que trata da trajetória das feiras livres no Rio de Janeiro, Mascarenhas e Dolzani (2008, p. 83) descrevem que no contexto da expansão de estabelecimentos de autosserviço e formação das grandes cadeias de supermercados, que hoje dominam o setor de distribuição de alimentos, as feiras livres são como a “filha rebelde da modernidade, que insiste em desafiá-la”.

Para além do rompimento dos hábitos tradicionais de ir à feira com o advento da industrialização dos alimentos e do supermercado, o elemento da ausência de confiança do consumidor é referido pelo agricultor/feirante como uma das grandes dificuldades enfrentadas. Giddens (1991) contribui com essa discussão por entender que a falta de confiança ou a confiabilidade em sistemas desconhecidos, também, pode ser entendida como uma das consequências da modernidade. Tema que será abordado com mais profundidade no próximo capítulo.

Para compreender as dificuldades vividas no meio rural pelos(as) agricultores(as) familiares no Brasil, Wanderley (2017), considera que, a agricultura familiar, por adotar um modelo de produção de alimentos que não se enquadrava na lógica incorporada pelo capitalismo – defensora de modelos econômicos, de produção e de circulação de bens e serviços em função do capital e em favor dos que o domina -, carregou o peso da desvalorização, exclusão e da marginalização.

Segundo a autora, essa exclusão social produziu, historicamente, efeitos devastadores sobre a própria identidade social de quem escolheu outros modos de viver e de produzir no campo, diferente do modelo dominante. Esses efeitos provocaram a redução da condição de agricultor familiar como uma categoria pequena, de baixa renda ou de subsistência, desnecessária para a sociedade (já que o segmento da indústria daria conta de atender as demandas crescentes) e, ainda, fadada ao desaparecimento.

Bezerra (2010, p. 28), a partir de seus estudos com famílias agricultoras, reforça que, historicamente, no Brasil, esse segmento social vem se consolidado por possuir um importante papel na promoção da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN), que vai além do processo de produção de alimentos, assim como pela sua capacidade de manutenção da diversidade e garantia da sua reprodução social e econômica. Considerando assim a necessidade de criar e/ou fortalecer políticas públicas que minimizem as vulnerabilidades sociais e alimentares, apoiadas na

reconexão entre produção e consumo de alimentos do segmento da agricultura familiar no sistema agroalimentar brasileiro.

Nesse processo histórico, o agricultor e a agricultora familiar precisou afirmar sua identidade, acumulando experiências e estratégias de práticas produtivas e sociais que revelam a resistência, a capacidade de sobreviver e de enfrentar situações adversas e precárias. E hoje, apesar da agricultura familiar estar conquistando seu reconhecimento enquanto um modelo de produção de alimentos essencial para o abastecimento interno das cidades, ainda enfrenta os conflitos persistentes com o modelo de desenvolvimento rural hegemônico no nosso país. (WANDERLEY, 2017).

A capacidade de resistência e resiliência do agricultor e da agricultora familiar, referida por Wanderley (2017) foi também observada nos relatos de agricultores e agricultoras/feirantes:

[...] a gente começou a pensar que precisávamos buscar uma forma de produzir, processar e comercializar, porque a gente entendia que só produzir matéria prima não gerava renda suficiente para nós. E aí deu certo, porque a gente estava produzindo, minimante a gente tinha alguns produtos processados, mas eram poucos. E a gente fazia a comercialização e percebemos que o retorno desse trabalho estava ficando nas nossas mãos, o dinheiro gerado estava ficando para a família. (Agricultora7/feirante).

A primeira abertura que nós fizemos depois de dois anos foi o investimento no consumidor, o cheque verde, eles emprestavam dinheiro e eu pagava em produto. E fomos investimos no sítio, não tínhamos irrigação e fomos investindo. Trabalhei uns três anos com cheque verde, eu trazia o produto garantido, chegava e já separava nas caixas e eles vinham buscar. Eram poucos produtos, mas aquilo foi crescendo, crescendo. (Agricultor6/feirante).

Apesar das dificuldades no início do processo de produção e comercialização, percebe-se nos relatos que estratégias foram criadas dando forma a novos modos de fazer e de interagir com os consumidores, bem como, com os próprios agricultores. Essa capacidade de resiliência do agricultor e da agricultora familiar contribuiu para a reafirmação desse modo de produzir e para a sustentação da comercialização de alimentos orgânicos e/ou agroecológicos nas feiras.

Ploeg (2008), quando discute sobre as características do campesinato, refere que um dos elementos que mais define o modo camponês de fazer agricultura é a interação e transformação mútua constante entre o homem e a natureza viva. A capacidade que o camponês possui de configurar e reconfigurar, tanto os recursos

sociais, como os recursos naturais, por exemplo, a transformação de leite em queijo, de carne em presunto, e outros fenômenos como o turismo rural e o “cheque verde” referido acima, gera continuamente níveis de *coprodução*, permitindo resistir e sobreviver em ambientes hostis.

Em 2005, como dito anteriormente, ocorre a mudança do nome de Feiras Verdes para Feiras Orgânicas, influenciada, na época, pela recente aprovação da produção orgânica no Brasil por meio da Lei Federal nº 10.831/2003. Foi possível observar, a partir dos relatos dos trabalhadores/gestores(as) e técnicos(as) do setor de abastecimento, que esse ano marca um novo processo de institucionalização das Feiras. Nesse ano, uma nova gestão assume a Secretaria, ocorrem mudanças nos setores, assim como uma reorientação nos modos de operar as Feiras e na forma de compreender o processo de comercialização dos alimentos orgânicos:

[...] esse entendimento mais forte desse papel, da importância de se trabalhar a comercialização e os canais de comercialização de produtos agroecológicos iniciou a partir de 2005, quando teve a entrada de uma gestão mais técnica na Secretaria. [...] isso ajudou a fortalecer essa visão de se buscar implementar as feiras orgânicas como um canal de comercialização que viesse a viabilizar todo o sistema de produção da região metropolitana. (Trabalhador1/SMAB).

Anteriormente em outras gestões a gente visava mais o fator comercial, mas nas duas últimas gestões, inclusive a minha visão com relação à SMAB mudou bastante, eles conseguiram me mostrar que o foco do abastecimento é promover o abastecimento da população, é promover o acesso ao alimento saudável, preço mais acessível e melhorar a qualidade de vida da população. (Trabalhador2/SMAB).

Interessante notar esse olhar dos trabalhadores da SMAB com relação à política de abastecimento. O primeiro discurso percebe as Feiras enquanto um canal de comercialização que viabiliza todo um sistema de produção de alimentos orgânicos e agroecológicos da região metropolitana. O segundo discurso refere as ações de abastecimento enquanto promotoras do acesso ao alimento saudável e da qualidade de vida das pessoas.

Essa visão corrobora as declarações do CONSEA sobre as políticas de abastecimento alimentar. O Conselho defende que as ações de abastecimento precisam possibilitar que todos os segmentos da população tenham acesso aos alimentos em quantidade, preço e qualidade, bem como, ter a capacidade de

promover conexões entre a produção local, a distribuição e consumo dos alimentos sob formas socialmente equitativas, ambientalmente sustentáveis e culturalmente adaptadas. (CONSEA, 2004a).

Diante da amplitude e complexidade dos pressupostos da Segurança Alimentar e Nutricional, ancorados à luz da Soberania Alimentar e do Direito Humano à Alimentação Adequada, enquanto princípios fundamentais para efetivação da SAN (BRASIL, 2006), a estruturação de políticas públicas de abastecimento alimentar nessa perspectiva precisa investir, como refere Perez-Cassariano (2012), em ações de âmbito local e regional que valorizem a produção ecológica de alimentos, da agricultura familiar e camponesa, priorizando os circuitos de proximidade entre quem produz e quem consome, a biodiversidade e o consumo de alimentos tradicionais e de referência cultural.

Após a análise dos documentos institucionais, nota-se que, a partir de 2005, a expansão das Feiras Orgânicas foi impulsionada. Até então existiam apenas cinco (05) Feiras: Passeio Público (1995); Campina do Siqueira (1998)²²; Jardim Botânico (2001); EMATER (2003) e Praça do Expedicionário (2004). Com essa reorientação nos modos de operar as Feiras, foi observado que a SMAB apostou na ampliação dessa proposta e, para isso, se dedicou a conhecer com mais profundidade os elementos que envolviam a comercialização de alimentos orgânicos:

[...] a gente começou lá atrás com pesquisa de mercado, pesquisa da motivação dos agricultores, para tentar entender o porquê eles produziam orgânicos, para tentar entender o consumidor, o porquê de fato consumia o orgânico e porque não consumiam. Aquele que não consumia a gente tentou entender como se dava a cadeia de abastecimento, aquelas pessoas que consumiam orgânicos onde compravam? Eram nas feiras? Eram nos mercados? Por quê? Compravam direto do produtor? Então no primeiro momento foi fazer esse desenho. (Trabalhador4/SMAB).

Nos anos que se seguiram, outras Feiras foram sendo implantadas nas seguintes localidades: Praça do Japão (2005); Prefeitura (2006); Praça da Ucrânia (2007); Praça São Paulo da Cruz (2007); Praça Piazza San Marco (2009); Praça Prof. Hildegard Schmäh (2010)²³; Praça Francisco Macedo (2012); Feira Noturna do Cristo Rei (2015); São Francisco (2015). Atualmente, a SMAB gerencia o total de quatorze (14)

²² Transferida para o bairro Seminário em 2011.

²³ Transferida para a Praça Desembarcador Armando Carneiro em 2013.

Feiras Orgânicas, que ocorrem em dias alternados e estão localizadas, em sua maioria, em praças e ruas de bairros do município. As barracas da Feira possuem uma estrutura física diferente das demais feiras livres, construídas utilizando bambu em formato de U para ampliar a disposição dos alimentos:

FIGURA 1: Projeto da Barraca com uso de Bambu

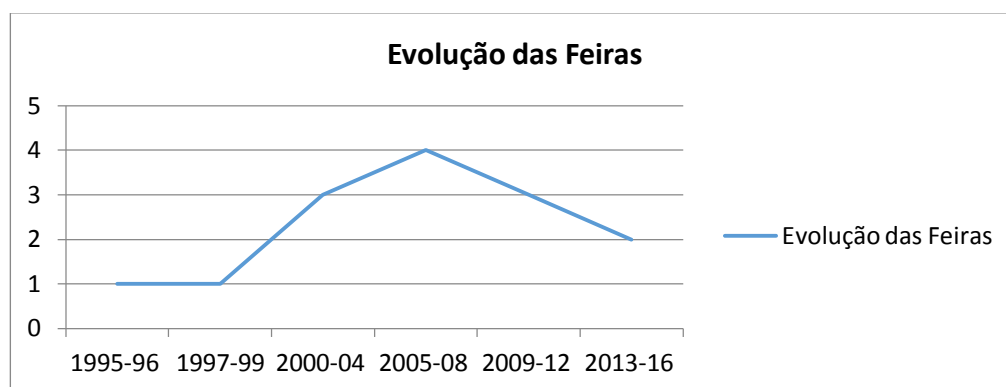


Fonte: Curitiba, 2011.

Estudo recente realizado em Curitiba identificou que as Feiras têm grande destaque na diversidade de produtos oferecidos, em média possuem 155 itens diferentes, sendo 43% dos itens *in natura*, 49% processados (cereais, farinhas, grãos, geleias e conservas) e 7% de origem animal (carne, ovos, mel, laticínios). (SANTOS, 2016).

Analisando o processo de implementação das Feiras, de 1995 a 2016, dividido em períodos de governo, percebe-se que ao longo desses anos teve um fluxo crescente até 2008 e depois começou a decrescer: 1995-96 uma (01); 1997-99 uma (01); 2000-04 três (3); 2005-08 quatro (04); 2009-12 três (03); 2013-16 duas (02). O maior número de novas Feiras implantadas foi entre os anos de 2005 a 2008. Como pode ser observado no Gráfico 1:

Gráfico 1 – Evolução das Feiras Orgânicas entre os anos de 1995 a 2016.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2016.

Comparando a evolução do quantitativo das Feiras com eventos identificados nesta pesquisa, observa-se que a manutenção das Feiras, entre os anos de 1995 a 1998, pode estar relacionada à inserção das Feiras na política de abastecimento municipal (1995) e com a criação da AOPA (1995); o período de crescimento das Feiras, entre os anos de 1998 a 2008, pode estar relacionado com a criação da ACOPA (2000), articulação da AOPA com a Rede Ecovida (2002)²⁴, instituição do COMSEA municipal (2003), mudanças na equipe técnica na SMAB (2000 e 2005); o período de decréscimo no crescimento das Feiras, a partir de 2009, pode estar relacionado com a inauguração do setor de orgânicos no Mercado Municipal pela SMAB (2009), aumento dos canais de comercialização da AOPA com a adesão ao PNAE (2011)²⁵ e inclusão de processo licitatório para ingresso nas Feiras (2011), como veremos a seguir.

Para dar continuidade à construção do atual cenário da Feira Orgânica, a partir da percepção das famílias agricultoras/feirantes e trabalhadores/gestores e técnicos da SMAB e com a ajuda de referenciais bibliográficos, o próximo tópico será apresentado com o intuito de tentar compreender a atuação da Secretaria, bem como iniciar uma discussão sobre o papel que cabe ao poder público na implementação de políticas capazes de garantir o acesso aos alimentos adequados e saudáveis pela população.

²⁴ A AOPA aderiu em 2002 a Rede Ecovida de Agroecologia e seu sistema de Certificação Participativa em Rede, anteriormente era certificação por auditoria através do IBD. (PADILHA, 2008, p. 113).

²⁵ O governo do Estado iniciou a aquisição de alimentos orgânicos para o PNAE em 2011 (STOLARSKI, 2014).

4.2 O papel da SMAB na organização das Feiras Orgânicas e os diferentes olhares a partir do lugar que ocupa: gestor e feirante.

Uma das perguntas direcionadas às pessoas participantes do estudo foi sobre o papel da SMAB na organização das Feiras, em busca dos diferentes olhares sobre o papel e a atuação do poder público. Na percepção dos trabalhadores/gestores e técnicos do setor de abastecimento, o Departamento das Unidades de Abastecimento da SMAB:

[...] gerencia e administra todas as unidades que trabalham com a comercialização de alimentos, através de permissionamento, de concessões de permissão de uso. [...] essa articulação para a criação das feiras a SMAB tem um papel fundamental, para fomentar isso. Nós identificamos esse crescimento da demanda e a partir daí a gente começa a trabalhar toda a parte de planejamento. (Trabalhador1/SMAB).

Durante o desenvolvimento da pesquisa, foram realizadas visitas e reuniões com os/as gerentes e técnicos/as dos setores da SMAB responsáveis pelas Feiras Orgânicas. A SMAB organiza e gerencia as Feiras Orgânicas a partir de dois setores: a Gerência de Feiras, responsável por todos os segmentos de feiras e mercados da SMAB e a Gerência Técnica de Controle de Qualidade, responsável pelos processos de controle de qualidade de todas as unidades de abastecimento.

O setor da Gerência de Feiras é onde ocorre todo o planejamento e execução de criação de novas feiras, como: identificação e avaliação dos espaços públicos para instalação das feiras; elaboração e publicação de editais de licitação e liberação da *Permissão de Uso*²⁶. Quando as Feiras estão em funcionamento, a Gerência faz um acompanhamento por meio de visitas periódicas para verificar a presença dos feirantes e se os produtos comercializados estão de acordo com as especificações da Licença. Já no setor de Gerência Técnica de Controle de Qualidade, as Feiras Orgânicas são acompanhadas por meio de visitas periódicas, com a utilização de um questionário, onde são observados itens relacionados à estrutura física da barraca (limpeza, conservação e uso de coletor de resíduo) e com relação aos produtos que

²⁶ Ato unilateral, discricionário e precário, pelo qual a Administração faculta ao particular (permissionária) a utilização de bem público. (CURITIBA, 2015)

são comercializados, observam se possuem certificado de alimento orgânico. Como foi referido pelos trabalhadores/gestores e técnicos desses setores:

[...] o nosso trabalho consiste em acompanhar as feiras como se fosse um trabalho de síndico, a gente acompanha as feiras no desenvolvimento de suas atividades até o término. Avalia presença de feirantes, os produtos que estão sendo comercializados, se estão dentro do rol dos produtos permitidos. A gente licencia feirante, faz transferência de unidades, a gente cria novas feiras, antes, a gente procura adequar à feira ao cenário urbano promovendo melhorias que sejam necessárias. [...] então é essa nossa função, administrar as feiras como um todo. (Trabalhador2/SMAB).

[...] eu faço um monitoramento, não é o uma fiscalização, é um monitoramento nas feiras. [...] a gente vai, conversa com o permissionário e aplica o questionário com objetivo de fazer avaliação, tanto da estrutura física da barraca e, principalmente, com relação ao produto, quanto a qualidade e segurança desses produtos. E no caso dos orgânicos, mas especificamente da certificação orgânica dos produtos. (Trabalhadora3/SMAB).

Meu trabalho é montar processos de quem está entrando nas feiras e fazer trabalho de campo, ir à feira, ver como eles estão se estão faltando, se estão vendendo produtos que não podem vender. (Trabalhadora5/SMAB).

Nesse sentido, o principal papel da SMAB na organização das feiras referido pelos trabalhadores/gestores e técnicos do setor de abastecimento é no fomento de canais de comercialização, e para que isso ocorra, todo um processo de planejamento e monitoramento é realizado, tanto pela Gerência de Feira com base nas disposições regulamentadas na *Permissão de Uso*, quanto pela Gerência Técnica de Controle de Qualidade, com base nas ações de vigilância sanitária dos alimentos comercializados.

Entretanto, um ponto interessante trazido na fala de um dos trabalhadores da SMAB, amplia essa visão, quando ele refere que o poder público precisa ter um papel de articulador entre a produção e o consumo:

O poder público se insere nisso aí como um articulador, viabilizando canais de comercialização que possam atender a essas duas demandas, do produtor e da população. É um casamento, o poder público faz essa linha. (Trabalhador1/SMAB).

Essa percepção de que o poder público precisa atuar como articulador, estreitando as relações entre a produção e o consumo por meio de canais de comercialização, é como pensar as Feiras enquanto uma ponte, podendo, por um lado, promover e apoiar a produção de alimentos orgânicos e/ou agroecológicos mediante a

garantia dos espaços públicos ou, ainda, viabilizando apoio técnico, logístico e operacional, e, por outro, promover e incentivar o consumo de alimentos adequados e saudáveis pela população.

Entretanto, na prática, a atividade que define a relação entre a SMAB e os feirantes das Feiras Orgânicas é a forma de ocupação das barracas, que ocorre através de um processo licitatório para concessão da *Permissão de Uso* e o monitoramento do seu funcionamento com base nas disposições dessa concessão. As demais atividades que envolvem estrutura e logística de uma feira são de responsabilidade dos feirantes:

O permissionário é autônomo, ele que faz toda a logística do produto dele, a prefeitura não interfere nessa parte. (Trabalhadora3/SMAB).

O comerciante e o produtor eles, nesse caso, eles têm autonomia total, a SMAB apenas oferece o espaço físico na rua, na praça, num logradouro público, a logística para ele produzir, transportar depende do feirante, isso não só nas feiras orgânicas, em todas. Tudo por conta do feirante. (Trabalhador2/SMAB).

De acordo com o relato de um dos trabalhadores da SMAB, num dado momento do processo de implementação e expansão das Feiras, a Secretaria precisou assumir algumas atividades para maior apoio às famílias agricultoras que tinham interesse em comercializar seus alimentos nas Feiras. Como refere no discurso abaixo:

No processo de expansão massiva das feiras a gente comprava as bancas, mandava fazer as bancas e fornecia em comodato para eles, como uma forma de auxiliar os pequenos agricultores a entrarem no circuito, por mais que seja um valor não tão significativo para muitos, para outros é um impeditivo. Mas hoje cada um tem a sua banca, mantém a sua banca, faz o seu próprio transporte. (Trabalhador4/SMAB).

Porém, hoje, essas ações de incentivo e apoio não estão no escopo de atribuições da SMAB, mas as dificuldades de acesso e sustentação numa feira pelo agricultor familiar ainda são percebidas, como é possível constatar nos relatos abaixo:

Quando abre um ponto de feira você coloca num envelope o valor, aí tem uns que dão 500 reais e outros dão 4mil, então acho complicado. Para o pequeno produtor é inviável, hoje o pequeno produtor para entrar numa feira, tem que comprar uma barraca, ter um transporte, não é fácil. Para aquele que está começando agora não é fácil. Não é fácil ser feirante e começar do zero hoje. (Agricultor2/feirante).

Hoje está mais difícil, o que acho que está errado é que se avalia os produtores não pela qualidade dele, mas pelo que é inserido num envelope da licitação e os valores que são oferecidos. Estou vendo que hoje a

oportunidade do produtor que quer realmente fazer a mudança no meio rural está ficando difícil, porque a mudança tem que acontecer lá na agricultura, lá no meio rural, lá na propriedade do produtor. [...] sendo que pelo contrário quem está de olho grande nesse comércio eles esquentam o documento, compram uma chacinha, acaba ganhando a licitação de produtor orgânico porque ele tem dinheiro e ver que é um negócio comprar de outros e revender, aí está nesse pé que está hoje. (Agricultor6/feirante).

Para as agricultoras e agricultores/feirantes entrevistados, a dificuldade de ingressar nas Feiras ocorre pelo custo da comercialização e, sobretudo, considerando a forma de como, atualmente, está sendo regulada a concessão da *Permissão de Uso*. Percebe-se, portanto, nesses relatos, que a forma como hoje está estruturada o processo licitatório tem se tornado uma barreira importante no acesso destas famílias agricultoras a esta via de comercialização, por ter que sofrer um processo de concorrência que o julga pela maior oferta e, ainda, arcar com os custos de estrutura e transporte. Ponto que será discutido no próximo tópico.

Com relação à percepção das e dos feirantes entrevistados sobre o papel da SMAB na organização das feiras, o que mais chamou a atenção nos discursos foi a necessidade de uma maior atuação da SMAB com a divulgação e estrutura das Feiras:

Acho que precisa dar uma atenção maior para as feiras, melhor divulgação. Hoje, para fazer divulgação depende tudo do feirante, a prefeitura não entra com nada. Então acho que deveriam colaborar mais com a divulgação, faz falta, tem pessoas que moram a uma quadra da feira e não conhecem. (Agricultor2/feirante).

Eu acho que eles deveriam fazer mais propaganda, eles só são fiscais, eles só vêm fiscalizar a gente e mais nada. Por exemplo, aqui na nossa feira não tem placa de feira orgânica. (Agricultora4/feirante).

O trabalho deles é interessante, mas às vezes colocam coisas pra gente que dificultam um pouco, mas de uma forma geral, se eu fosse avaliar, da minha parte seria boa, porque se a gente tem alguma dificuldade chega até eles e conseguem ajudar, mas algumas coisas ficam a desejar. Como nós aqui, para ir ao banheiro tem que ir lá no Jardim Botânico ou ter alguém que disponibilize uma casa para você usar o banheiro ou na própria igreja, mas se depender da prefeitura eles não fazem nada, se pedir um banheiro público tem que pagar. (Agricultora8/feirante).

A questão da divulgação trazida pelos feirantes, em parte, está relacionada ao incômodo em saber que uma parcela da população ainda desconhece a existência das Feiras, bem como, por ter como referência apenas o papel fiscalizador da SMAB. Talvez, em épocas anteriores, esses discursos fossem diferentes, considerando as

várias fases de atuação da SMAB diante das Feiras, mas hoje essa percepção trazida pelos feirantes reflete o atual posicionamento de supervisão assumido pela Secretaria e de ter o feirante enquanto autônomo nas demais atividades que envolvem o processo de comercialização. Mas, por outro lado, esse processo de organização realizado pela SMAB é visto como necessário por parte de algumas pessoas entrevistadas, como explicita o relato abaixo:

Acho que no primeiro momento tem que destacar que as feiras é um espaço importante, porque via prefeitura é um espaço regulamentado. Então você tem normas, tem critérios, acho que isso de certa forma garante um pouco a credibilidade do funcionamento, da estruturação das feiras. [...] acho que de forma positiva contribuiu bastante para ampliação dos espaços de feiras e, também, para a ampliação da comercialização. Então, de certa forma, quando você tem um pequeno grupo que se organiza entre si para fazer uma feira é uma situação, mas quando você tem várias pessoas, com seus vários interesses, com olhares diferentes de organização, ter um ente público para dar uma coordenada, acaba sendo necessário. (Agricultora7/feirante).

É interessante analisar o papel do poder público, tendo como base o caso da SMAB, porque, pelos relatos das pessoas participantes, o processo de criação e implementação das Feiras não foi linear e enrijecido. As ações de regulamentação, fomento, apoio e supervisão ocorreram como fases, uma atuação que foi sendo construída ao longo de 20 anos de inserção das Feiras Orgânicas enquanto uma ação pública de abastecimento. Como explica um trabalhador da SAMB no discurso abaixo:

Houve um tempo em que o trabalho foi muito mais de regulamentação, de orientação, muito mais de sensibilização do feirante quanto ao seu papel, não só de produzir, não só de abastecer, mas também de formatar a credibilidade do segmento perante o consumidor. Tiveram momentos que a Secretaria precisou assumir a responsabilidade por alguns riscos, sejam sanitários, sejam estruturais para permitir uma margem de manobra para os feirantes terem condições realmente de se profissionalizar, de se adequar. [...] é um processo evolutivo, hoje a gente está trabalhando cada vez mais em buscar organização dos agricultores entre si, fortalecer comercialmente as feiras e o mercado, pra que eles tenham cada vez mais um interesse em produzir dessa forma, numa escala eficiente para que na balança produtiva e a segurança na produção sejam equilibrada. Então eu diria que hoje o papel da secretaria está na articulação e na abertura e ampliação de oportunidades de maior lucratividade para esses agricultores. (Trabalhador4/SMAB).

Percebe-se que a SMAB - enquanto instituição pública - assumiu uma postura que foi decisiva para que a proposta das Feiras fosse levada adiante. Seu papel foi se

moldando de acordo com o cenário político e técnico de cada governo. Mas, atualmente, será que o papel que a SMAB desenvolve tem dado conta dos fatores que dificultam o acesso ao alimento adequado e saudável? E até que ponto esse setor tem governabilidade de intervir nesses fatores? Esses questionamentos serão retomados no próximo capítulo, por se tratarem dos desdobramentos que versam esta pesquisa.

Atualmente, no município de Curitiba, existem vinte e três (23) feiras que comercializam alimentos orgânicos e/ou agroecológicos. (GUIA ORGÂNICOS & SAÚDE, 2016). A SMAB gerencia o total de quatorze (14) Feiras Orgânicas, as outras feiras, chamadas de ecológicas ou agroecológicas, são iniciativas de instituições de ensino e de entidades não-governamentais. A Universidade Federal do Paraná (UFPR) e o Instituto Federal do Paraná (IFPR) conjuntamente com o Centro Paranaense de Referência em Agroecologia (CPRA) apoiam os(as) agricultores(as) com feiras no setor de Ciências Agrárias (Espaço Agroecologia) e no IFPR.

As feiras ecológicas apoiadas pelos grupos que compõem a Rede Ecovida de Agroecologia, por exemplo, defendem uma relação diferenciada com os mercados, ou seja, que tenham um caráter justo e solidário, ancoradas nas premissas do movimento da agroecologia, como: acesso de toda população aos produtos ecológicos, independentemente do nível de renda, a preços que sejam justos ao produtor e acessíveis aos consumidores; o estabelecimento de relações mais próximas entre agricultores e consumidores através de formas de comercialização que priorizem a venda direta e/ou que reduzam ao máximo as intermediações; a valorização e priorização no atendimento ao mercado interno (PEREZ-CASSARINO, 2012).

Esta pesquisa não se dedicou a conhecer essas demais feiras e como elas funcionam, porque a partir das Feiras Orgânicas - mediada pela SMAB - busca-se, sobretudo, compreender o papel do poder público no desenvolvimento de políticas públicas para assegurar a realização da segurança alimentar e nutricional da população e do direito humano a alimentação adequada. Entretanto, se reconhece que é fundamental realizar outras pesquisas que possam apontar outros elementos capazes de fortalecer tais iniciativas.

4.3 Dos critérios para ingresso nas Feiras Orgânicas: inclusivo ou excludente para as famílias agricultoras?

Como referido anteriormente, para ingresso na Feira Orgânica, ocorre um processo licitatório na modalidade Concorrência, do tipo maior oferta, para ocupação e exploração de espaços públicos com base na Lei nº 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública. A participação no edital, é aberta a qualquer pessoa física ou jurídica que esteja apta, de acordo com as condições referidas no certame, sendo que a inscrição ocorre por ramo de atividade: Hortifrutigranjeiro; Lanches; Pescados e Carnes; Laticínios e etc. O julgamento das propostas tem como base a maior oferta pelo lote, considerando o preço mínimo da proposta, que no caso da Feira Orgânica é de R\$ 100,00 reais. (CURITIBA, 2016c).

Nesse sentido, quando foi perguntado aos trabalhadores/gestores(as) e técnicos(as) do setor de abastecimento sobre quem pode participar do processo licitatório para ocupação nas Feiras Orgânicas, obteve-se as seguintes respostas:

Pode participar desde um agricultor até um empreendedor, um comerciante normal, o que nós exigimos é que o produto seja certificado como orgânico. [...] nós seguimos o regramento da Lei 10.831 que é a lei que regulamenta tanto a produção, quanto a comercialização de orgânico é em cima disso que temos a base para a comercialização, então é aberto para qualquer interessado. (Trabalhador1/SMAB).

Qualquer um, desde que tenha certificação da propriedade ou que trabalhe com produto certificado, não precisa ser produtor, pode ser comerciante também, mas daí tem que trabalhar com produtos certificados. (Trabalhadora5/SMAB).

O que os trabalhadores/gestores e técnicos informam é o que está disposto no edital licitatório, bem como na Portaria nº 044/2007, que regulamenta as Feiras Orgânicas. Segundo esse último documento, a comercialização de produtos orgânicos nas Feiras deve atender às seguintes condições: o usuário que comercializa produtos “in natura” a granel oriundo da sua unidade produtiva deve apresentar o certificado de produção orgânica; e para a comercialização de produtos oriundos de unidades produtivas de terceiros serão exigidos os documentos para identificação e rastreabilidade do produto, assim como a cópia do Certificado de Orgânico do fornecedor. (CURITIBA, 2007).

No momento da licitação, os documentos de habilitação exigidos são apenas os documentos de habilitação de pessoa física e jurídica, econômico-financeira, fiscal e

trabalhista. Já os documentos de habilitação técnica, são exigidos por ramo de atividade e apresentados apenas pelo licitante vencedor. No caso da comercialização de hortifrutigranjeiros e/ou cereais orgânicos, os documentos de habilitação técnica necessários são: cópia de certificado da realização do curso de manipulação de alimentos, presencial, com carga horária mínima de 8h, realizado a menos de 24 meses, pelo responsável (permissionária); e cópia do Certificado de Conformidade Orgânica com a relação de produtos certificados. (CURITIBA, 2016c).

Conforme as informações referidas pelas pessoas participantes do estudo e pela pesquisa nos documentos institucionais, esse processo de ingresso nas Feiras Orgânicas por edital de licitação é recente, no início da criação das Feiras, a concessão da *Permissão de Uso* era realizada através de um cadastro dos produtores orgânicos interessados, como refere a trabalhadora4/SMAB “antes a gente tinha uma lista de espera, fazia o cadastro deles, aí, quando abria uma feira, chamava do cadastro, pela ordem.” Posteriormente, no Decreto nº 992 de 15/10/2003, foi regulamentado um processo de seleção dos interessados que perdurou até 2010 e, desde então, a concessão da *Permissão de Uso* passou a ser regida por edital de licitação por orientação da Procuradoria Pública do Estado.

A maioria das agricultoras e agricultores/feirantes que participou da pesquisa não passou por processo licitatório, mas possui uma visão de que esse processo de concorrência, apesar de ser um instrumento legal de seleção, pode ser uma barreira para o agricultor familiar:

Antes tinha que ter o certificado, tinha que ter o atestado que é agricultora, ia na prefeitura e aí eles davam a feira. Era mais fácil, né? Agora é tudo por licitação e antigamente não tinha. Eu acho confusa, porque dá a impressão que você está comprando, qualquer um pode comprar um ponto agora e sair vendendo, não aprovei muito esse negócio não. (Agricultora4/feirante).

No começo quando eu entrei era assim, você dava o nome e aguardava a vez, agora é por processo de edital, licitação, mas acho que ficou pior, em vez de você dar a chance pra alguém que precisa, daí começa a vir gente de fora que não tem nada a ver, não é agricultor e começa a fazer feira. Gente de fora dá um valor maior e toma o espaço que poderia ser de um pequeno agricultor, que precisa de um espaço pra vender. Eu já escutei que deram 10mil, 12mil depende do lugar, se já é um espaço de feira antigo os valores são altos, mas feira nova os valores são baixos. (Agricultor5/feirante).

No tempo que nós entramos a gente pedia a vaga nas feiras, hoje em dia já não é mais assim, você tem que dar um lance. Eu acho que num ponto é

interessante, porque seleciona, mas ao mesmo tempo se for produtor pequeno tira a chance dele entrar numa feira, porque já teve feira que o pessoal deu 20mil pra conseguir entrar nesse último ano que passou. Agora você veja, a gente como agricultor pequeno, a gente consegue dar 200 a 500 reais no máximo. (Agricultora8/feirante).

Apenas duas referiram que passaram pelo processo licitatório, uma para entrar pela primeira vez na Feira e a outra já estava na Feira, mas queria ocupar uma barraca em outra Feira:

O valor mínimo é 100 reais e tem duas etapas, uma etapa de escolha do lance maior e a outra da documentação, se estiver tudo em ordem. Nosso lance foi baixo, 300 reais, bem acessível para nosso bolso. Falaram pra gente dar um lance maior, tipo de mil reais, a maioria das feiras os lances são esses de mil, dois, três mil reais, mas é muito puxado. Eu pensei: vou dar um lance baixo e se for pra ser, vai ser. Nessa feira, tinham 11 barracas (vagas) e sete eram pra ser de hortifrúti, eu tinha direito a dar lances em várias barracas. Apesar do meu lance menor, eu tinha toda a documentação correta e acabei levando. (Agricultora1/feirante).

Difícil, porque é muita documentação e você gasta, por exemplo, 300 reais para fazer as certidões negativas e ainda tem que oferecer um valor pela vaga, então se aquela vaga está bastante disputada começa a subi muito. Então foi difícil nesse sentido, porque você gasta para uma coisa que você nem sabe se vai dar certo. (Agricultora3/feirante).

A percepção sobre o processo licitatório, tipo concorrência, enquanto um fator limitante que afeta o acesso do pequeno agricultor nas Feiras, não foi percebido, na prática, pelos trabalhadores/gestores e técnicos da SMAB. De acordo com os relatos, nos últimos anos, tem ocorrido uma dificuldade na ampliação das Feiras devido uma diminuição da procura por espaços nas Feiras pelos produtores: “[...] a gente tem dificuldades de encontrar permissionários para preencher vagas nas feiras, quando abre uma feira nova, se abrir dez vagas você não consegue dez produtores” (Trabalhadora5/SMAB). Essa baixa procura por vagas nas Feiras foi relacionada ao aumento de novos canais de comercialização, principalmente, a aquisição pública de alimentos orgânicos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) pelo Estado²⁷ e Municípios, associado a produção insuficiente para atender a demanda desses novos canais.

²⁷ O governo do Estado iniciou a aquisição de alimentos orgânicos para o PNAE em 2011 (9 toneladas), em 2014 a compra foi de 2.384 toneladas (STOLARSKI, 2014).

No entanto, reconhecem que as pessoas interessadas nas Feiras têm dificuldades com a documentação e com o entendimento do edital “[...] o que a gente percebe é que os agricultores, muitas vezes, têm dificuldade de acessar o edital, o pessoal aqui do administrativo avisa a eles, orienta, chama pra participar, eles precisam um pouco dessa ajuda nesse aspecto.” (Trabalhadora3/SMAB).

Sobre essa assertiva, Rigon e Bezerra (2014), discutem que as exigências normativas impostas pelo paradigma legal – normalmente associadas a processos burocráticos - restringe o acesso às políticas públicas pelo segmento da agricultura familiar. Segundo as autoras, quando acontece um processo de compras públicas e/ou Licitatório, como esse citado nesta pesquisa, as famílias agricultoras precisam se organizar para dar conta das exigências administrativas e legais existentes, que muitas vezes não condiz com a realidade de vida de muitas famílias de agricultores, gerando uma sobrecarga de trabalho, desvio do foco da produção e alteração de toda a lógica produtiva.

Para tentar decifrar essa questão, foi realizada uma análise do edital de Concorrência nº 065/2011 para “ocupação e exploração de 28 (vinte e oito) espaços públicos destinados à comercialização de produtos orgânicos”, o único disponível na página de consulta das licitações da prefeitura de Curitiba. As vagas estavam distribuídas de acordo com ramo de atividade: 10 hortifrúti; 5 Lanches orgânicos; 5 Carne orgânica *in natura*; 2 Conservas, compotas, massas, molhos, biscoitos, pães, bolos; 4 Pescados e frutos do mar; 1 Laticínios orgânicos; e 1 Cosméticos orgânicos. Nesse processo, dezesseis (16) participantes se inscreveram e apenas três (3) foram classificados, dentre essas uma (1) pessoa jurídica fornecedor de carne orgânica, que deu lance para cinco vagas, e as outras duas foram pessoas físicas para Laticínios e Lanches. Dos 28 espaços, apenas sete (7) foram preenchidos, nenhum deles para hortifruti. Os lances oferecidos foram entre 50 a 101 reais, sendo que o valor mínimo da proposta era de 49,50 reais. Os demais editais disponíveis no site apresentavam-se ainda em aberto e com ausência de informações. (CURITIBA, 2011).

Perez-Cassarino et al. (2016) também chamam a atenção para o fato da Lei de Licitações ter sido motivo de críticas nos processos de aquisição pública de alimentos para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Os autores explicam que, até 2009, o PNAE estava

associado, exclusivamente, à Lei nº 8.666/93, no entanto, devido a sua inflexibilidade e seu grau de burocratização, limitava a aquisição de produtos locais da agricultura familiar, impedindo a realização dos pressupostos da Política de promoção da segurança alimentar e nutricional e do desenvolvimento sustentável.

Os autores reforçam que, a partir de novas concepções políticas relacionadas à SAN, a visão do Estado sobre aquisição pública de alimentos passa a avaliar não somente o menor preço e a concorrência, mas incluir outros valores, como o social, o ambiental e a saúde. Como ocorre com o PAA, instituído em 2003, uma referência de desenvolvimento local que demonstrou que mesmo sem licitação seria possível comprar respeitando os princípios da administração pública. (PEREZ-CASSARINO et al., 2016).

Sobre essa assertiva, cabe aqui referir acerca dos critérios utilizados pelo PNAE para aquisição pública de alimentos, após a regulamentação da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que determinou o mínimo de 30% do valor repassado a estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para serem utilizados obrigatoriamente na compra de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar. A compra da agricultura familiar para a alimentação escolar está regulamentada pela Resolução CD/FNDE nº 04, de 2 de abril de 2015, que define as etapas e o modo de funcionamento, incluindo critérios na chamada pública que priorizam a escolha por projetos locais oriundos de agricultores familiares ou de suas organizações com sede no próprio município onde se localizam as escolas, e, dentre esses, a seguinte ordem de prioridade: 1 - Assentamentos de reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas; 2 - Fornecedores de gêneros alimentícios certificados como orgânicos ou agroecológicos, segundo a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003; e 3 - Grupos formais (organizações produtivas detentoras de Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP jurídica) sobre os grupos informais (agricultores familiares, detentores de Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP física, organizados em grupos) e estes sobre os fornecedores individuais. (FNDE, 2016).

Segundo o documento de orientação do FNDE (2016), com este instrumento, o PNAE reforça iniciativas de compras públicas sustentáveis, por criar mecanismos de gestão para a compra direta do agricultor familiar cadastrado com dispensa de

licitação, contribuindo para o fortalecimento da agricultura familiar e o acesso regular e permanente a alimentos saudáveis e adequados nas escolas, como refere o documento:

A compra institucional da agricultura familiar é, assim, parte de um processo que reconhece a necessidade de se pensar em uma forma de produção de alimentos que atenda às demandas nutricionais da população e garanta a evolução social e econômica dos agricultores familiares, a partir de formas alternativas de produção e comercialização de alimentos. Estas formas alternativas incluem a criação das cadeias curtas de produção e comercialização, que aproxima a relação entre produtores e consumidores, fortalece as relações sociais, valoriza a diversidade produtiva e atende às necessidades das instituições públicas, possibilitando o acesso a alimentos saudáveis e de qualidade para a população, na perspectiva da promoção da segurança alimentar e nutricional. (FNDE, 2016, p. 5).

Diante das constatações sobre o processo licitatório (tanto de quem hoje está inserido nas feiras, como dos técnicos e técnicas), percebe-se a necessidade de um olhar mais cuidadoso sobre esta forma de ingresso nas Feiras. Recentemente, a gestão municipal publicou o Plano Municipal de SAN 2016-2019, articulada com política municipal de abastecimento, que, por sua vez, tem como objetivos comuns o *“fortalecimento das cadeias produtivas regionais, com ênfase nos pequenos produtores rurais de orgânicos e da agroecologia”*, bem como *“promover o escoamento da safra de frutas e hortaliças de pequenos produtores orgânicos da RMC”*, (CURITIBA, 2016b, p. 91-92). Nesse sentido, os aspectos limitantes referidos pelos participantes desta pesquisa precisam ser considerados.

Para isso, é interessante pensar na possibilidade de incluir na política e no processo de concessão da *Permissão de Uso* o princípio da equidade social, de forma a dar uma maior oportunidade ao agricultor (e à agricultora) familiar a ingressar nas Feiras, eliminando, assim, as possíveis barreiras de ingresso e ainda provendo a estas famílias agricultoras o devido apoio e estímulo para a produção agroecológica, como expressou um entrevistado (agricultor6/feirante) *“a oportunidade de quem quer realmente fazer a mudança no meio rural está ficando difícil, porque a mudança tem que acontecer lá na agricultura, lá no meio rural, lá na propriedade.”*

Como reforça Maluf (1999), as ações de abastecimento que promovem a produção e a distribuição dos alimentos sob formas sociais mais equitativas, contribui para o desenvolvimento da pequena e média produção familiar de alimentos; para a

geração de trabalho e renda no campo; e para a ampliação da disponibilidade de alimentos saudáveis, mais acessíveis e sustentáveis.

Conhecer o histórico e o funcionamento das Feiras Orgânicas no contexto da política de abastecimento alimentar do município de Curitiba, representou uma experiência interessante por mostrar a complexidade envolta na estruturação de ações e programas de abastecimento. As nuances dessa história, reveladas nos discursos das agricultoras e agricultores/feirantes, trabalhadores/gestores(as) e técnicos(as) da SMAB, demonstraram que, para a criação e a sustentabilidade de ações públicas de abastecimento, é preciso uma rede articulada de pessoas e instituições envolvidas e engajadas no processo.

Neste caso estudado, o papel do poder público municipal foi se moldando de acordo com o cenário político e técnico de cada governo, assumindo ações que foram decisivas para que a proposta das Feiras fosse levada adiante, como investimento na expansão das Feiras e todo o processo de planejamento e acompanhamento das Feiras, contribuindo para fomentar uma maior organicidade e credibilidade às Feiras. No entanto, esse fazer e seus resultados estão invisibilizados nos documentos institucionais da gestão do município, como no Relatório de Gestão e no atual Plano Municipal de SAN 2016-2019, bem como reforçando a necessidade de um documento orientador da política municipal de abastecimento.

Considerando que o papel do poder público deve ser também de atuar como articulador, estreitando as relações entre produção e consumo, esta pesquisa identificou aspectos que afetam diretamente a soberania e segurança alimentar e nutricional da população urbana e do campo, como a forma de ingresso das famílias agricultoras nas Feiras que tem sido percebida como uma barreira de acesso as famílias agricultoras.

QUINTO CAPÍTULO

CAMINHOS E ENTRAVES PARA A DISPONIBILIDADE DE ALIMENTOS À POPULAÇÃO: UM OLHAR SOBRE A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO

Este capítulo representa o foco central desta pesquisa, buscando, assim, compreender os aspectos que influenciam no acesso da população aos alimentos orgânicos e/ou agroecológicos, a partir da percepção das pessoas participantes do estudo, tendo como escopo as Feiras Orgânicas enquanto uma ação pública de abastecimento do município de Curitiba.

A promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável constitui a primeira diretriz adotada pela Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, com vistas a assegurar a realização do direito humano à alimentação adequada em todo território nacional. Isso se justifica pela falta de renda e sua injusta distribuição como fator principal que impede as pessoas de terem acesso aos alimentos. (BRASIL, 2010).

Nas últimas décadas, têm sido realizados estudos sobre indicadores que possam avaliar a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) da população brasileira. Em 2013, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mediante os dados da última Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílio (PNAD), realizou mais um²⁸ estudo sobre a prevalência de Segurança Alimentar e Insegurança Alimentar (IA) nas unidades domiciliares do país, tendo como referencial metodológico a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA)²⁹.

Pelos critérios da EBIA, são domicílios em condição de segurança alimentar aqueles cujos moradores e moradoras possuem acesso aos alimentos em quantidade e qualidade adequadas e não sentem qualquer ameaça de sofrer restrição no futuro próximo. Os domicílios com Insegurança Alimentar (IA) são classificados

²⁸ Anteriormente, as pesquisas sobre SAN realizadas pelo IBGE ocorreram nos anos de 2004 e 2009.

²⁹ A Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) é uma “versão adaptada do instrumento elaborado pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (United States Department of Agriculture - USDA), em meados da década de 1990. O processo de adaptação e validação da EBIA foi conduzido por um grupo de pesquisadores da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, coordenado pela Dra. Ana Maria Segall-Corrêa, e demandou a realização de estudos quali-quantitativos, nas áreas urbanas e rurais das cinco grandes regiões do País, entre os anos de 2003 e 2004.” (IBGE, 2014, p. sem paginação).

como: IA Leve, aqueles nos quais foi detectada alguma preocupação com a quantidade e qualidade dos alimentos disponíveis; IA Moderada ou Grave, os moradores conviveram, no período de referência, com a restrição quantitativa de alimento; IA Grave, além dos membros adultos, as crianças, quando houver, também passam pela privação de alimentos, podendo chegar à sua expressão mais grave, a fome. De acordo com o estudo, 77,4%, das unidades domiciliares encontram-se em situação de SAN, porém, a IA ainda atinge cerca de 52 milhões de pessoas residentes em 14,7 milhões de domicílios brasileiros (22,6%). (IBGE, 2014).

Entretanto, outros estudos têm sido realizados com o objetivo de aplicar uma metodologia para avaliação da SAN e IA em nível municipal que englobe dimensões de SAN não contempladas na EBIA. Na Bahia, os estudos do Núcleo de Nutrição e Políticas Públicas (NNPP) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) propõe a avaliação de SAN a partir de quatro dimensões que são: disponibilidade de alimentos (DA), acesso aos alimentos (AA), consumo de alimentos (CA) e utilização biológica de nutrientes (UBN), considerando também suas inter-relações. (PANELLI-MARTINS, et al. 2008; CALMON, et al., 2016).

No estudo de Calmon et al. (2016), a avaliação da situação de SAN nos municípios da Bahia foi realizada com base no protocolo de indicadores proposto por Panelli-Martins (2007)³⁰ e atualizado por Pereira (2014)³¹. As dimensões do protocolo são compostas em sua totalidade por 25 indicadores, distribuídos da seguinte forma: *Disponibilidade de alimentos (DA)*, 5 indicadores relacionados ao transporte, à produção e à comercialização de alimentos; *Acesso aos alimentos (AA)*, 11 indicadores englobando fatores sociais, econômicos e culturais que interferem na aquisição dos alimentos; *Consumo de alimentos (CA)*, 5 indicadores relacionados ao estado de saúde e nutrição que refletem no padrão nutricional; *Utilização biológica de nutrientes (UBN)*, 4 indicadores os quais se relacionam às condições de acesso a serviços sociais, de saneamento e de saúde e suas repercussões na alimentação e nutrição do indivíduo/população.

³⁰ Panelli-Martins BE. Análise de método de avaliação da segurança alimentar e nutricional: uma contribuição à política municipal de SAN [dissertação]. [Salvador]: Universidade Federal da Bahia; 2007.

³¹ Pereira MHQ. Avaliação da Segurança Alimentar e Nutricional: contribuições em âmbito municipal [dissertação]. [Salvador]: Universidade Federal da Bahia; 2014.

Apesar dos autores Calmon et al. (2016), nesse artigo, focarem a análise dos resultados na dimensão do *Acesso aos alimentos (AA)*, importa destacar que os resultados sobre a *Disponibilidade de alimentos (DA)* demonstraram que a maioria dos municípios estudados estavam em IA leve (36,2%) e 33,8% em IA moderada. Esta mesma dimensão (DA) configurou como sendo a principal responsável pela maior prevalência de IA grave identificada nos municípios (20,8%), dentre as demais 14% AA, 15,9% CA e 4,6% UBN.

Isso revela que, apesar das principais pesquisas de avaliação da situação de SAN da população brasileira utilizarem indicadores de acesso aos alimentos, no qual se considera como fator principal a renda mensal das famílias, as condições pelas quais a população acessa esses alimentos, que incluem fatores relacionados à produção, transporte e comercialização, também são determinantes para avaliar a segurança alimentar e nutricional da população.

Este capítulo, portanto, apontará algumas análises sobre as condições de acesso aos alimentos comercializados nas Feiras Orgânicas por parte da população. Parte-se do entendimento de que identificar os fatores que impedem ou facilitam a disponibilidade de alimentos à população é um ponto crucial para qualificar as ações públicas de abastecimento, bem como democratizar e ampliar o acesso à alimentação adequada e saudável para a população.

Considerando as observações empíricas - na condição de pesquisadora e também de frequentadora das feiras -, e ainda as análises de outras pesquisas que versam sobre o consumo de alimentos orgânicos³², para as interpretações aqui atribuídas foram considerados três elementos chaves como ponto de partida para tentar compreender os aspectos que influenciam no acesso aos alimentos comercializados na Feira Orgânica: preço, oferta e variedade de alimentos; localização e quantidade de feiras na cidade. A partir desses elementos, outros aspectos foram revelados no discurso das pessoas participantes da pesquisa que serão discutidos adiante.

³² Sylvander et al. (2005) citado por Darolt (2012) e Kluth et al. (2011), dentre outros autores que realizaram pesquisa no Paraná: Rucinski e Brandenburg (2002); Silva (2006); e Kirchner (2006).

5.1 Relação entre a localização das Feiras e o perfil de consumidores de alimentos orgânicos

Durante a pesquisa, foi observado que as Feiras Orgânicas se localizam na região central da cidade de Curitiba. Esta constatação serviu como um disparador instigando-nos a compreender como se deu o processo decisório em relação à localização das feiras, a partir da percepção das pessoas entrevistadas (gestão e feirante):

[...] hoje a localização do conjunto de feiras está situada num anel mais central da cidade porque é onde se concentra um público, onde havia um entendimento, que era um público com potencial de consumo maior de produtos orgânicos, tanto pelo poder aquisitivo, como pelo fator acesso à informação e instrução. [...] as pesquisas de demanda de orgânicos apontavam que as pessoas que tinham um nível de instrução maior, um nível de renda maior, eram mais facilmente atraídas para o consumo de produtos orgânicos, então em função disso houve sim uma concentração desses espaços nessas áreas mais próximas ao centro, onde se localizam esses bairros com perfil de público com maior poder aquisitivo. (Trabalhador1/SMAB).

Percebe-se, neste relato, que as razões que motivaram a escolha do local das feiras tinham como principal referência bairros com um perfil populacional que se enquadrava em um padrão de “perfil de consumidor de alimentos orgânicos”, ou seja, aquele com maior nível de renda e de acesso à educação e informações. E, de fato, muitas pesquisas sobre consumidores de alimentos orgânicos, que começaram a ser realizadas no Brasil no final dos anos 90 e início de 2000, indicavam características socioeconômicas que incluíam questões etárias, gênero, escolaridade, renda e de composição familiar, revelando um perfil predominante dessas pessoas. (DAROLT, 2012).

No estudo realizado entre os anos de 1998 e 99 na cidade de Curitiba, Rucinski e Brandenburg (2002, p. 5) observaram que, dentre as cinquenta e duas pessoas entrevistadas na feira de alimentos orgânicos da cidade, 58% cursavam ou já haviam completado o Ensino Superior e em seguida 26% possuíam o Ensino Médio e 16% com Ensino Fundamental. Apesar de a pesquisa orientar o seu resultado referindo que “a maioria dos consumidores possuía um alto grau de instrução”, é importante considerar que, naquele período, o percentual de 42% da população estudada com

ensino Médio e Fundamental era significativo. Com relação à questão econômica, com base no salário mínimo de R\$ 136,00 em 1999: 45,1% possuíam renda familiar acima de 12 salários mínimos; 23,5% entre 12 e 9 salários mínimos; 13,7% entre 9 e 6 salários mínimos; 7,8% entre 6 a 3; e 7,8% entre 3 e 1 salários mínimos, ou seja, 29,3% da população estudada possuía uma renda familiar menor que 9 salários mínimos. A pesquisa atribuiu o consumo de alimentos orgânicos às pessoas com maior poder aquisitivo.

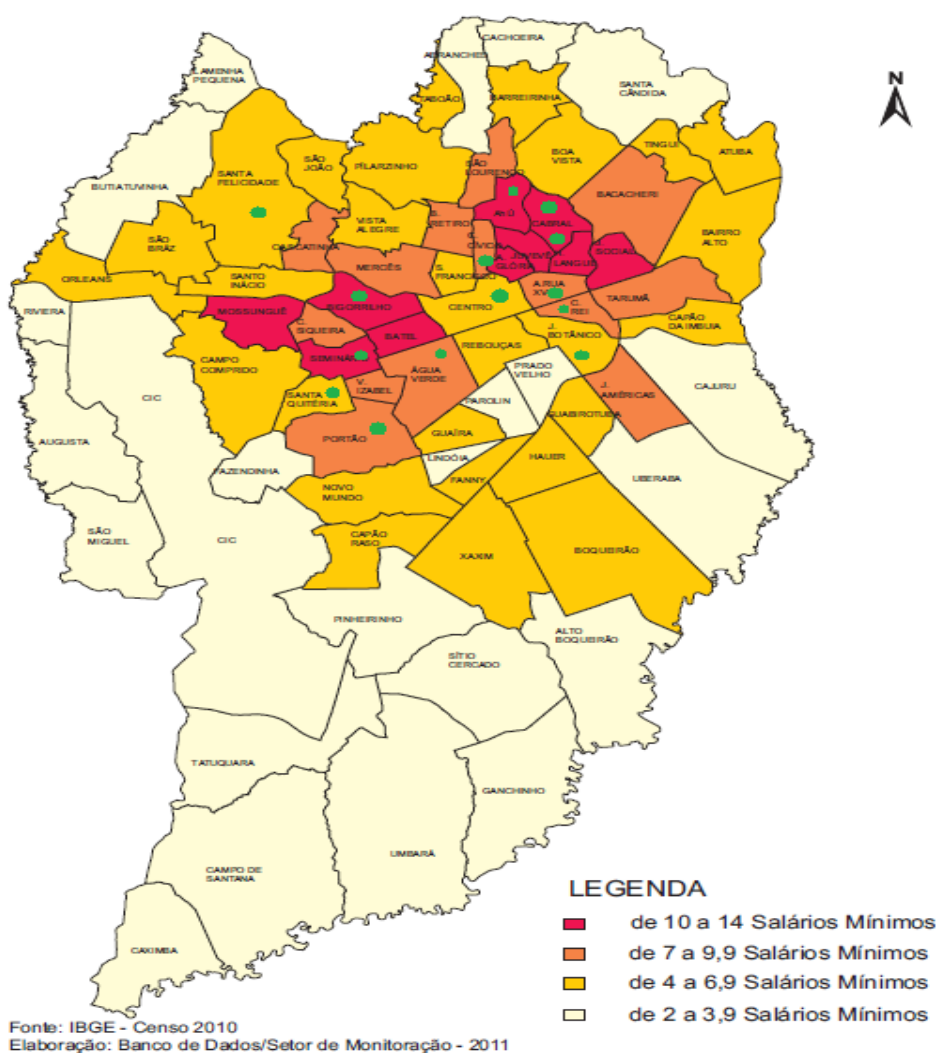
Anos mais tarde, no estudo de Kirchner (2006) com 120 pessoas que frequentavam a mesma feira, foram apresentados dados diferentes do estudo anterior: 74% cursavam ou já haviam completado o Ensino Superior, 18% da população pesquisada tinha o Ensino Médio e 8% Fundamental. Mas com relação à renda familiar, com base no salário mínimo de R\$ 300 reais, os dados não diferem: 29% ganhavam acima de 15 salários mínimos; 19% entre 12 e 15 salários mínimos; 22% entre 12 a 9 salários mínimos; 9% têm entre 9 e 6 salários mínimos; 15% entre 6 e 3 salários mínimos e 6% dos entrevistados com renda entre 3 e 1 salários mínimos, ou seja, 30% dos entrevistados possuíam renda familiar menor que 9 salários mínimos. A pesquisa também atribuiu o consumo de alimentos orgânicos às pessoas com maior poder aquisitivo.

Os resultados encontrados nas duas pesquisas indicaram que cerca de 30% das pessoas que frequentavam a feira de alimentos orgânicos possuíam uma renda familiar abaixo de nove salários mínimos. Interessante olhar para esse dado, porque se somássemos com a faixa de renda familiar entre 12 a 9 salários mínimos, equivaleria à cerca de 53% das pessoas entrevistadas, ou seja, a metade da população estudada estaria em uma faixa de renda familiar inferior a 12 salários mínimos, que corresponde à média e as menores faixas de renda familiar do estudo. E se analisássemos os dados de renda familiar mensal com os dados do número de pessoas residindo no domicílio, também poderia fornecer novas informações, considerando que a renda domiciliar precisa ser atribuída de forma *per capita*, ou seja, uma razão entre o total de rendimentos familiares e o número de pessoas que moram no domicílio³³.

³³ Conforme a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios 2014 - IBGE, o rendimento domiciliar per capita deve ser calculado como a razão entre o total dos rendimentos domiciliares (em termos nominais) e o total dos moradores.

Esse olhar crítico sobre esses estudos não tem intenção de desconsiderar seus resultados, a relevância desses podem ser corroboradas a outras pesquisas de âmbito nacional e de outros Estados.³⁴ No entanto, ao compararmos essas informações com os resultados de rendimentos do Censo 2010 – IBGE na cidade Curitiba, observa-se que as Feiras Orgânicas, geograficamente no mapa do município, estão localizadas em bairros com os maiores rendimentos mensais **mediano** por domicílios particulares, como mostra a Figura 02 adaptada do documento da IPPUC (2012):

Figura 02 – Localização das Feiras Orgânicas (verde), de acordo com o rendimento mensal mediano dos domicílios particulares. Censo 2010 – IBGE



Fonte: IPPUC (2012), adaptado pela pesquisadora com a inclusão da localização das Feiras (2017).

³⁴ KLUTH, B.; BOCCHI JR., U.; CENSKOWSKY, U. Pesquisa sobre o comportamento e a percepção do consumidor de alimentos orgânicos no Brasil – 2010. München – Germany: Organic Services e Jundiaí – SP: Vitalfood, 2011.

Segundo o documento do IPPUC (2012), o rendimento mensal mediano dos domicílios particulares permanentes, de acordo com Censo 2010-IBGE, é de 4,5 salários mínimos (SM). Em Curitiba, 68% dos domicílios nesses bairros da cidade têm rendimento mensal abaixo de 6,9 salários mínimos. Entre 10 e 14 salários mínimos estão em 10 bairros; entre 7 e 9,9 salários mínimos estão 14 bairros; entre 4 e 6,9 salários mínimos estão 28 bairros e entre 2,4 e 3,9 salários mínimos estão 23 bairros. Analisando as informações desse documento, os bairros Batel, Mossungue, Jardim Social, Cabral Hugo Lange, Bigorriho, Seminário, Juveve, Ahu possuem entre 10,7% a 18,5% dos domicílios particulares com rendimento acima de 20 SM, comparando com os resultados desta pesquisa, observa-se que cinco (05) Feiras encontram-se nesses bairros.

A partir dessas constatações, pode-se inferir que as razões que motivaram a decisão pela localização das Feiras Orgânicas, não apenas direcionaram essa escolha, mas também reforçaram a construção de um padrão de “perfil de consumidores de alimentos orgânicos”. Ao longo dos 20 anos de existência das Feiras, essa linha de pensamento, que reverbera em ações no conjunto das estratégias da SMAB, privilegiou geograficamente as Feiras Orgânicas para certo perfil socioeconômico, contribuindo para definir, ao longo desses anos, um perfil de consumidores, como referiu o trabalhador1/SMAB, com “poder aquisitivo, acesso à informação e instrução”, e reforçando o estigma de que alimento orgânico é caro e somente quem é rico pode ter acesso a esses alimentos. Ao refletir sobre esses aspectos pergunta-se: *Será que se tivessem sido realizadas pesquisas direcionadas para a população que não frequentava as Feiras Orgânicas na época, identificado também esse perfil e os motivos pelos quais evitam ou não consomem alimentos orgânicos, outras razões mais profundas, para além da renda e da escolaridade, teriam sido identificadas?*

No conjunto das ações da SMAB, existe uma diferenciação real nas estratégias que definem a decisão de inserir a Feira Orgânica e o Programa Nossa Feira³⁵, sobretudo quando se pauta sua relação com a questão socioeconômica:

³⁵ Programa Nossa Feira é um equipamento de feira livre implantado em 2014 que comercializa alimentos hortifrutigranjeiros com a prática do preço fixo por quilo de produto (na época R\$ 1,79 e chegou a 2,29/Kg), valor definido pela SMAB.

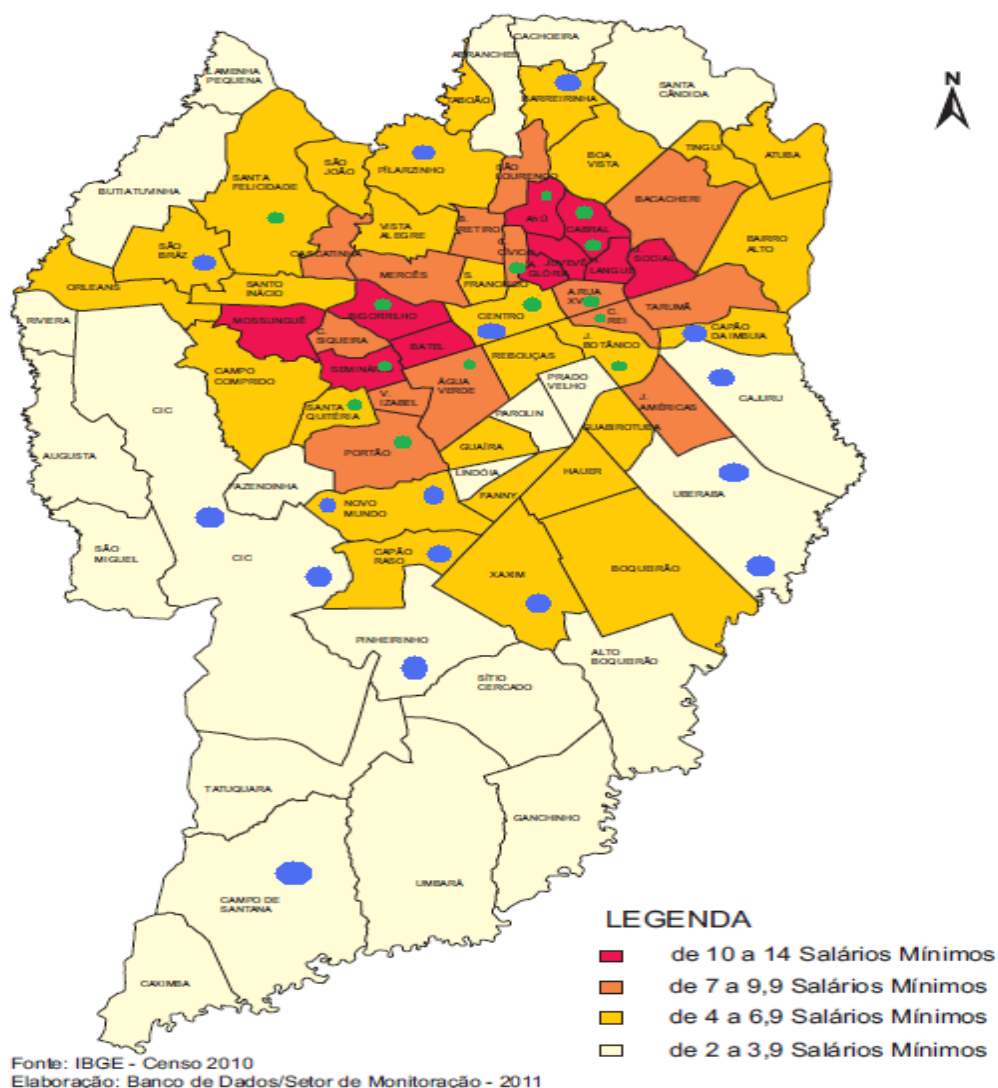
Quando a gente vai definir um espaço para feira, leva em consideração o perfil socioeconômico daquela região e o tipo de feira compatível com o esse perfil, isso não é só para Feira Orgânica, qualquer feira, a Programa Nossa Feira, que é de preço único, privilegiamos locais onde existe maior carência da população, se for colocar um feira gastronômica, onde os produtos são geralmente mais caros, colocamos numa área onde a população tenha uma condição melhor, se não inviabiliza economicamente a feira. [...] quem vai manter as feiras são os feirantes, se eles não vendem não existe feira, então o perfil socioeconômico é considerado. (Trabalhador4/SMAB).

A gente procura por (as feiras) em lugares que tenha acesso de pessoas de classe... com condições financeiras melhorzinhas um pouco... não dá para colocar feira em bairro muito pobre, no bairro pobre é posto o Programa Nossa Feira, que tem preço único. (Trabalhadora5/SMAB).

A preocupação da SMAB, naquele período, com relação à escolha das localidades das Feiras Orgânicas, era no sentido de tentar viabilizar comercialmente o funcionamento das feiras, assim como contribuir para uma maior geração de renda para as famílias agricultoras que estavam se inserindo no ramo da comercialização e que precisavam se estabilizar financeiramente para investir na produção, processamento e logística, como já referido anteriormente pelas pessoas participantes da pesquisa. Já com o Programa Nossa Feira houve uma preocupação com a questão do acesso, este foi estruturado para viabilizar o acesso à alimentação a população de baixa renda, o que explica os produtos serem comercializados a um "preço único".

No entanto, o que é possível constatar é que, atualmente, essa forma de organização das feiras revelou um cenário socioespacial que reforça o caráter elitista do acesso aos alimentos orgânicos e/ou agroecológicos na cidade de Curitiba, como mostra a Figura 03 adaptada do documento do IPPUC (2012):

Figura 03: Localização das Feiras Orgânicas (verde) e do Programa Nossa Feira (azul), de acordo com o rendimento mensal mediano dos domicílios particulares, Censo 2010 – IBGE.



Fonte: IPPUC (2012), adaptado pela pesquisadora com a inclusão da localização das Feiras (2017).

Esse cenário socioespacial de localização das Feiras Orgânicas tem uma característica excludente para a grande maioria da população, incoerente com os princípios para a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), livre de insumos químicos e contaminantes e que respeitem a diversidade cultural e o meio ambiental. Como reforça Valente et al. (2016), a insegurança alimentar causada pela fome e pobreza é a mais evidente e imediata violação do DHAA, mas não são as únicas. A contaminação dos alimentos por agrotóxicos, a produção de alimentos transgênicos

e a falta de informação sobre os riscos do consumo desses alimentos e o que podem causar para a saúde das pessoas e do meio ambiente também são violações do DHAA. Por essas razões, os autores reafirmam o compromisso do poder público, assim como da sociedade, em garantir e defender um modelo de produção e consumo de alimentos, digno, sustentável, saudável e adequado, para todas as pessoas, independente do poder aquisitivo.

Seguindo essa linha de pensamento, convém referenciar, ainda, Vivas (2010) quando pauta em suas análises sobre a relação social na produção-consumo de alimentos o quanto é fundamental uma *ação política coletiva, rompendo o mito de que nossas ações individuais por si mesmas geram mudanças estruturais*. Na do consumo, por exemplo, Vivas (2010) cita várias estratégias que a sociedade pode articular e participar - ativamente - tais como os grupos e cooperativas de consumo de alimentos agroecológicos. Neste caso, a autora faz referência às várias experiências autogestionadas (entre grupos de consumidores e famílias agricultoras).

Nesta perspectiva, aos termos de ações concretas gerenciadas pelo poder público tais como as Feiras - no caso mais específico geridas pela SMAB -, é necessário dar visibilidade aos outros valores que podem potencializar estas estratégias, e assim como ocorrem com as ações autogestionadas dos grupos de consumidores e famílias agricultoras referenciadas por Vivas (2010), as políticas públicas - como as feiras orgânicas e/ou agroecológicas - também podem estabelecer relações diretas entre quem produz e quem consome, evitando também as ações de agentes intermediários, promovendo relações de confiança e levando a cabo um consumo ecológico, solidário e de apoio ao mundo rural.

Para Ribas e Ribeiro (2013), a alimentação, por atender a uma das necessidades básicas do homem, qual seja, a sobrevivência, sempre foi objeto de preocupação individual e coletiva. É partindo desta premissa que as Feiras Orgânicas passam a ter um caráter estratégico na exigibilidade do DHAA, não apenas para quem produz, mas também para quem consome. Desse modo, em que pese as limitações orçamentárias e de pessoas para garantir a articulação e organização das Feiras como uma ação coletiva, estas, certamente, assumem um caráter transformador no cotidiano alimentar, seja de quem produz, mas, principalmente, de quem consome.

Sob esse aspecto, convém referenciar Schmitt (2011) quando cita sobre a necessidade de refletirmos sobre quais os elementos estão em jogo quando se fala em restabelecer os vínculos da produção e do consumo de alimentos com seu entorno socioambiental, realocando ou reterritorializando o sistema agroalimentar. Para a autora, são relações sociais distintas (por parte de quem produz - cuidar da terra, produzir comida, vender a um preço ético e justo; por parte de quem consome, valorizar o trabalho, atribuir significado ao ato de se alimentar e alimentar aos demais com alimentos saudáveis) que irão reverberar em um campo coletivo e complexo. Schmitt (2011, p. 5-6) cita ainda que "são estas iniciativas de pequena escala, de abrangência local ou territorial, bem como as grandes transformações que hoje afetam o sistema agroalimentar cujos desdobramentos serão vitais na conformação das redes de produção e consumo nas próximas décadas".

Importante destacar que a SMAB já percebe a necessidade de criar novas estratégias para possibilitar a ampliação do acesso de alimentos orgânicos e/ou agroecológicos pela população de baixa renda, como observado no relato de um trabalhador da SMAB:

[...] mas existe sim uma proposta em discussão, junto com a Associação de Produtores Orgânicos, de criar um modelo de feira, acompanhando aí essa ideia do Programa Nossa Feira onde se comercializa produtos a preço único e mais acessíveis, para levar a bairros onde se entende que poderia ser uma alternativa de consumo para essa população. [...] eu acho que estamos no caminho certo, esperamos cada vez mais evoluir e partir para outra etapa que considero bastante importante que é **popularizar mais esse consumo de orgânico, democratizar o acesso e tirar esse estigma de que esse produto orgânico é para as classes mais elitizadas, que não é uma verdade.** (Trabalhador1/SMAB). [grifo da pesquisadora].

O termo "democratizar" referido pelo trabalhador da SMAB tem sido utilizado por várias áreas e setores da sociedade (educação, justiça e etc.) como uma expressão para tornar algo ou ação acessível a todas as pessoas, popularizar. Conforme descrito no dicionário Aurélio³⁶ o termo designa: dar constituição democrática a; converter às doutrinas democráticas; abraçar a democracia. Gravina (2004) discute o conceito de *Democracia Alimentaria* enquanto "um princípio que permite aprofundar o direito à

³⁶ Disponível em: <https://dicionariodoaurelio.com/democratizar>.

alimentação, porque implica o direito de saber, opinar, participar, reclamar e co-responsabilizar-se pelas questões alimentares”

Para o autor, o fenômeno da concentração do sistema agroalimentar pelas grandes transnacionais de agroquímicos, sementes e medicamentos, tem “sequestrado” nossa *Democracia Alimentaria* e enfraquecido nossa capacidade de definir políticas públicas que beneficiem a sociedade. Por essa razão, o autor considera que a participação social nas tomadas de decisões nas políticas tem tido êxito em algumas experiências, como de economias solidárias, no entanto, ainda existe uma lacuna em relação à participação da sociedade na democratização dos mercados.

Portanto, ao conciliar as discussões trazidas pelo autor com o tema da democratização do acesso aos alimentos, pode-se induzir que democratizar implica tanto na necessidade de torná-los acessíveis a todas as pessoas, como na importância da participação da sociedade na busca por sua efetividade mediante as políticas públicas. Nesse sentido, essa proposta de ampliar a oferta e a disponibilidade de alimentos orgânicos e/ou agroecológicos para outros bairros, referida pelo trabalhador da SMAB, foi incluída como meta do Plano Municipal de SAN 2016-2019, lançado em 2016.

Conforme o documento, a ação “inclusão de produtos orgânicos no Programa Nossa Feira, com preços diferenciados” compõe o Eixo 4 – Mercado corresponsável e consumo consciente, uma deliberação da II Conferência Municipal de SAN (COMSAN). A II COMSAN foi realizada em 2015 em Curitiba com o tema “Comida de verdade no campo e na cidade: por direitos e soberania alimentar” proposto para V Conferência Nacional de SAN. (CURITIBA, 2016b). Este fato reforça a importância da realização de Conferências Municipais de SAN e do papel da sociedade civil organizada na defesa de seus direitos e na conquista de políticas públicas que promovam sua realização. Inclusive, na Carta Política da V Conferência Nacional de SAN, os delegados e delegadas reafirmaram o desafio de instituir uma política soberana de abastecimento alimentar e de democratizar o acesso, com a recuperação e ampliação de equipamentos públicos estaduais, municipais e distritais de abastecimento, que promovam circuitos curtos de comercialização de produção e consumo, combinados com uma política de agricultura urbana e periurbana, além de outras que favoreçam a

disponibilidade e o acesso a alimentos adequados e saudáveis para todas as pessoas. (CONSEA, 2015).

Corroborando com essa discussão, convém analisar a percepção das pessoas que fazem parte das feiras, na condição de permissionários e permissionárias, sobre a localização das feiras em bairros de baixa renda:

[...] não seria muito bom, eles não iam comprar, **não sei se é questão do poder aquisitivo, acho que vai mais da consciência**, talvez não seja trabalhado (falta informação), mas a questão financeira faz diferença. (Agricultor2/feirante). [grifo da pesquisadora].

Eu acho que poderiam fazer feira em outros bairros mais distantes. [...] quando é produto de época é mais barato, o que vem muito caro é o produto de fora, tem muita gente que vem da vila aqui de baixo e compra. **Então eu acho que o acesso por questão de valores não é difícil, tem muita coisa barata é só saber escolher produto de época.** (Agricultora4/feirante). [grifo da pesquisadora].

Hoje a gente percebe que o consumidor mudou, acho que pode ter feiras em bairros mais afastados, por exemplo, a gente vende sacola online nas casas, passamos três anos vendendo sacola e no início quem compravam eram só apartamentos, pessoas de poder aquisitivo bom, hoje os clientes são também de bairros de poder aquisitivo baixo. (Agricultor6/feirante). [grifo da pesquisadora].

Os relatos anteriores, assim como os que seguem abaixo, constatam que existe uma compreensão de que o perfil do consumidor e da consumidora está mudando e por isso seria favorável à criação de feiras em bairros periféricos da cidade de Curitiba. No entanto, apesar de alguns acreditarem que daria certo devido à questão financeira não ser o principal fator limitante, outros atrelam a inviabilidade de feiras em bairros de baixa renda à falta de informação, ao estigma da carestia do alimento orgânico e aos hábitos de compra da população.

Eu gostaria muito que isso acontecesse, mas a população não frequenta essas feiras, é um limitador, população assalariada, que recebe cesta básica, cartão alimentação, então esses vão para o mercado e compra tudo no mercado. **Não tem esse costume, de frequentar feira.** Por outro lado, eu vejo muito isso, o que seria para essa população, seriam verduras mais em conta, **só que às vezes a população não tem costume de comer muita verdura, não tem como prática da sua alimentação as verduras.** Daí fica mais limitado para comercialização. (Agricultora7/feirante). [grifo da pesquisadora].

Se elas acontecessem com os produtos da época, tranquilamente iria funcionar muito bem, **só que teria que fazer um trabalho com o povo para explicar para eles o porquê do orgânico**, porque as pessoas de uma classe

média e mais baixa, **eles acham que o produto orgânico é muito caro.** (Agricultora8/feirante). [grifo da pesquisadora].

Com relação à mudança no perfil de consumidores que frequentam feiras orgânicas, essa tendência já foi identificada em alguns estudos. A pesquisa dos autores Pereira et al. (2015) no município de Pelotas – RS identificou que 38,53% das pessoas entrevistadas possuíam renda de 2 e 5 salários mínimos, seguido de 27,06% com renda familiar menor que 1 e até 2 SM, 17,94% de 5 até 8 SM e 16,47% das pessoas entrevistadas com renda acima de 8 SM. De acordo com os autores, os consumidores com renda menor são os maiores frequentadores das feiras, diferentemente de estudos realizados anteriormente no município, os quais identificaram que os consumidores possuíam níveis de renda mais elevados.

Somado a esses dados, os autores também identificaram que 50% das pessoas entrevistadas percebem os produtos orgânicos com preços equivalentes e mais baratos que os convencionais, mas o preço ainda é um limitante de frequência de consumo para consumidores com renda de um (1) até dois (2) salários mínimos. Nesse sentido, os autores sugerem que as possíveis mudanças no perfil destes consumidores podem ter relação com a redução do preço ou maior divulgação e conhecimento dos benefícios à saúde que o consumo de alimentos orgânicos pode proporcionar, sendo importante uma análise mais profunda a partir de novos estudos. (PEREIRA et al., 2015).

As pesquisas mais recentes sobre o consumo de alimentos orgânicos realizadas na cidade de Curitiba/PR têm demonstrado que as feiras estão atraindo pessoas de todas as classes sociais, mas ainda predomina uma população com maior renda e escolaridade. No entanto, a renda, isoladamente, não foi apontada como um fator determinante para o consumo. (DAROLT; FREIRE, 2016; SILVA, 2017). Nesse sentido, as pesquisas revelam dados importantes que podem ajudar na democratização e ampliação do acesso aos alimentos orgânicos e/ou agroecológicos, por considerar também a percepção de pessoas que não frequentam as feiras e mercados de alimentos orgânicos.

A pesquisa realizada pelos autores Darolt e Freire (2016), com trezentas e doze pessoas³⁷, identificou que o principal fator que dificulta a aquisição de alimentos orgânicos ainda é o preço, no entanto, a dificuldade de achar os alimentos foi apontada como segundo fator. De acordo com os autores, a dificuldade de acesso ou distância dos locais de compra, considerando que grande parte dos consumidores (40%) se desloca a pé até os locais de compra, é um fator limitante. A pesquisa indicou que as pessoas preferem comprar próximo dos locais de moradia, demonstrando a importância de descentralização de feiras e pequenos mercados.

Esses resultados também foram observados em pesquisa exploratória³⁸ realizada entre os meses de abril e maio de 2017, sobre o consumo de alimentos orgânicos e/ou agroecológico com cento e vinte (120) consumidores em feiras livres convencionais da cidade³⁹ de Curitiba/PR. (SILVA, 2017). A pesquisa demonstrou que 41% das pessoas entrevistadas não conheciam a existência das Feiras Orgânicas na cidade, seguido de 28% que disseram conhecer, mas não frequentavam. Ainda de acordo com a pesquisa, as pessoas entrevistadas que consumiam alimentos orgânicos utilizavam os supermercados como principal local de compra, sendo que a principal dificuldade de acesso era o preço.

Sobre este achado, em que pese o seu não ineditismo, já que vários outros estudos o corroboram, importa ressaltar as constatações de Ploeg (2008) quando faz referência à necessidade de se investir em novas alternativas que viabilizem o acesso aos alimentos contrapondo ao que ele caracterizou como sendo "Impérios Alimentares", discussões que serão retomadas mais adiante. Tais impérios, são personificados por grandes empresas comerciais de alimentos, segmentos distintos do setor do agronegócio e grandes redes de supermercados que, por sua vez, detêm cada vez mais o controle desse complexo agroalimentar mundial.

O autor cita ainda que os "impérios" exercem uma pressão ascendente sobre os preços pagos pelos consumidores (PLOEG, 2008). Cabe ressaltar também que este

³⁷ A pesquisa foi realizada em três locais distintos: em feiras orgânicas (106 pessoas), em feiras convencionais (106) e em ruas centrais e terminais de ônibus da cidade (100).

³⁸ Essa pesquisa foi realizada com consumidores e consumidoras que frequentam as feiras livres convencionais e as Feiras Orgânicas organizadas pela SMAB, sobre o consumo de alimentos orgânicos e/ou agroecológicos. Para saber mais consultar Silva (2017).

³⁹ Feiras livres que acontecem nos bairros: Cristo Rei, Água verde, Mercês, Jardim das Américas e Prado Velho. Endereço pelo site da SMAB <http://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/feiras-programa-feiras-volantes/258>

complexo agroalimentar investe de forma massiva (meios de comunicação televisionada, impressa em geral) na reprodução de um discurso - inclusive evocando a ciência para garantir sua legitimidade - de que os alimentos orgânicos e/ou agroecológicos são, de fato, melhores e, por isso, devem mesmo ser mais caros. Fortalecendo, assim, a mensagem real de que "quem come orgânico é porque pode pagar". As sessões ou gôndolas dos supermercados (que, em tese, dão concretude aos impérios) destinadas aos alimentos/produtos orgânicos são consideradas as típicas "vitrines", as quais a maioria das pessoas podem apenas olhar, já que jamais pagarão por eles. Outro aspecto que deve ser considerado versa sobre a necessidade de considerar a "margem de lucro" das grandes redes de supermercado que incidem diretamente no preço final pago pelo consumidor e consumidora.

Considerando estes achados e ainda os elementos referidos nas falas dos agentes públicos da SMAB e das pessoas entrevistadas que representam as famílias agricultoras/feirantes, percebe-se a necessidade de descentralizar as feiras e de se pensar novas estratégias de mercados para ampliação da disponibilidade dos alimentos orgânicos e/ou agroecológicos à população em geral. Esta pesquisa identificou alguns desafios que precisam ser melhor trabalhados sob a perspectiva de ajuste: o preço dos alimentos (ou o estigma da carestia do alimento orgânico e/ou agroecológico), a divulgação dos locais de compra, a falta de informação e os hábitos de compra da população.

5.2 Preço justo, sazonalidade e relações de reciprocidade: caminhos para a construção de novas formas de mercado

O processo histórico de construção do mercado de alimentos orgânicos no Brasil ocorreu, inicialmente, por meio de canais que valorizavam as relações de proximidade entre o agricultor e o consumidor (como as feiras). No entanto, a partir da década de 90, com a crescente procura da população por uma alimentação saudável, a indústria de alimentos, empresas atacadistas e as grandes redes de super e hipermercados, utilizando-se do apelo do "alimento natural, saudável e limpo", identificaram no mercado de alimentos orgânicos uma oportunidade econômica e um potencial lucrativo. (FONSECA, 2005; IPARDES, 2007b).

Conforme explica Guivant (2003), à medida que o mercado de alimentos orgânicos foi se expandindo no Brasil, como também no contexto internacional, os supermercados passaram a ter um papel dominante em relação aos outros canais de comercialização de venda direta, como as feiras, as cestas domiciliares, que passaram a ter um papel secundário. As grandes redes varejistas perceberam o potencial desse mercado e investiram em fortes estratégias para atrair e fidelizar os consumidores.

De acordo com a autora, para o movimento de agricultura orgânica que defende a produção e o consumo de orgânicos em pequena escala e em mercados locais, a incorporação dos alimentos orgânicos dentro do mercado convencional implicaria na alta dos preços e na elitização do consumo. No entanto, a autora defende que à medida que cresce a oferta e se estimula o consumo, a participação das grandes redes varejistas pode contribuir para o fortalecimento do segmento da produção orgânica. (GUIVANT, 2003).

Entretanto, não é novidade que, dentre os diferentes tipos de canais de comercialização (grandes supermercados, feiras orgânicas, cestas em domicílio, lojas especializadas), os preços praticados nos supermercados sejam mais caros que os demais. (IDEC, 2010; KAIRÓS, 2015). Em 2010, o Instituto de Defesa do Consumidor – IDEC publicou uma pesquisa em que nos supermercados os preços dos alimentos orgânicos eram 68% mais caros que nos outros canais. Entre os anos de 2014 e 2015, o Instituto Kairós revelou que, entre os supermercados e as feiras orgânicas, a diferença entre a maioria dos produtos situava entre 50 a 100% mais caros nos supermercados.

Isso é um reflexo da incorporação de alimentos e produtos orgânicos, nas últimas décadas, pelas grandes corporações do agronegócio nas suas linhas de produção e cadeias de supermercados. Como refere Ploeg (2008), a aliança entre o agronegócio, com as indústrias de processamento de alimentos e as grandes redes varejistas, forma um modo de ordenamento fortemente centralizado, que opera em escala mundial, alicerçado numa lógica de mercado em função do capital que rege a competitividade, o lucro e a dominação.

A perspectiva analítica e crítica de Ploeg (2008) acerca dos "impérios alimentares" denuncia de uma forma construtiva parâmetros teóricos e reflexivos para pensar sobre o papel das grandes corporações internacionais vinculadas ao sistema agroalimentar global. Neste, evidenciam-se modelos e práticas centralizadoras e de

dominação-exclusão-expropriação na relação da produção-consumo de alimentos, que, por sua vez, incidem diretamente nos complexos processos de desconexão na relação sociedade-natureza-alimento. Ao mesmo tempo, o autor também elucida com propriedade e com um importante destaque as características singulares (e ao mesmo tempo plural) da agricultura camponesa. Para Ploeg (2008) tais agriculturas - já que se reconhece que existe uma heterogeneidade quando se fala de agricultura camponesa - são capazes de criar estratégias de contraposição aos modelos de dominação dos impérios alimentares e atribui aos circuitos curtos de produção-comercialização-consumo como sendo algo que merece ser destacado e investido seja na esfera pública, mediante as políticas públicas - tal como vem sendo desenvolvido pela SMAB - seja na esfera da sociedade civil, através da incorporação de outras práticas que induzam a autonomia de quem produz e, também, de quem consome.

Considerando ainda esse *modus operandis* que revela características de conexão e desconexão entre a produção e o consumo de alimentos, retoma-se a discussão da relação do preço dos alimentos orgânicos comercializados nas Feiras Orgânicas, enquanto um aspecto que dificulta, sobremaneira, o acesso aos alimentos, referendando, assim, outros estudos que trazem similitudes e diferenças.

Para isso, buscou-se compreender a percepção das pessoas participantes da pesquisa com relação ao preço praticado na Feira Orgânica e, a partir da análise dos relatos, foram identificadas três questões que merecem ser destacadas: 1) a prática do preço justo, 2) sazonalidade e 3) as relações de *reciprocidade* que têm possibilitado a criação de mercados de alimentos orgânicos e/ou agroecológicos mais acessíveis e solidários. A referência do preço justo foi destacada nos seguintes relatos:

O valor que a gente passa para o cliente é bom pra gente e é bom para eles, porque não tem atravessador, tanto para um lado como para o outro está sendo bom. [...] algum preço pode ser excessivo, porque vem produto de outro lugar que não seja produzido pela gente, altera algum valor, fica acima, mas o que é produzido pela gente, a gente tenta passar pelo preço melhor, menor. (Agricultor5/feirante). [grifo da pesquisadora].

[...] eu **acredito que os preços sejam justos porque a população procura**, as feiras são um sucesso e existe a solicitação de mais feiras. (Trabalhador2/SMAB). [grifo da pesquisadora].

[...] os produtores eles mesmos se organizam, **conversam para se chegar a ter um preço justo, um preço que não fique muito alto para o consumidor, porque eles precisam vender esses produtos, mas também que não fique**

um preço muito abaixo do custo de produção e que gere prejuízo pra eles, porque eles têm que ter essa geração de renda. (Trabalhadora3/SMAB). [grifo da pesquisadora].

[...] **não é um preço barato e nem é lucrativo, é um preço justo.** [...] o ideal do agroecológico, é isso, primeiro suprir a nós mesmos, depois nossa família, nossa comunidade e o excedente, aí sim, a região, numa prática justa que faça com que o produtor tenha uma qualidade de vida boa e que também permita a população um bom acesso. (Trabalhador4/SMAB). [grifo da pesquisadora].

Nos relatos, constata-se as diferentes percepções do que seria o preço justo, bem como quais os parâmetros que podem indicar essa prática ser (ou não) justa. Para os participantes da pesquisa, preço justo é aquele: “que é bom pra gente e é bom para eles”; “que não fique muito alto para o consumidor, mas também não fique um preço muito abaixo do custo de produção”; “não é um preço barato e nem é lucrativo”. Foi observado também que o preço justo acontece quando: “não tem atravessador”; “a população procura”; “faça com que o produtor tenha uma qualidade de vida boa e que também permita a população um bom acesso”.

A dimensão de “justo” referido pelas pessoas participantes da pesquisa está associada aos valores humanos atribuídos ao conceito justiça. A justiça, encarnada como sendo a revelação do arquétipo do feminino⁴⁰, significa igualdade e respeito entre as pessoas, refere ao bom julgamento visto como um lugar da ética do cuidado e também ao equilíbrio entre os interesses, riquezas e oportunidades, assumindo uma conotação social. (BITTAR, 2008). A justiça, como define Boff (2008), busca o bem social, as instituições que funcionam com base nesse atributo produzem o bem comum, busca a equidade⁴¹, ou seja, o princípio que ordena a distribuição equitativa dos bens limitados.

Importante considerar nessa discussão do preço justo a percepção da população consumidora (ou não) dos alimentos orgânicos e /ou agroecológicos sobre a

⁴⁰ “Entre os antigos gregos, não há um deus da justiça, mas diversas formas divinas femininas de se reportar à justiça, desde uma concepção mais primitiva e hierárquica, distante e divina, com *thémis*, até os termos *diké* e *dikaíosýne*. O termo *diké*, apesar de surgido provavelmente à mesma época do termo *thémis*, assume, com as modificações da civilização grega, uma carga de significação específica, revelando seu sentido como igualdade, como cumprimento da justiça, como bom julgamento, assumindo uma conotação social de grande relevo quando do surgimento dos primeiros movimentos sociais em oposição às injustiças que sulcavam abruptas diferenças entre os grupos sociais, as classes dominantes e as classes camponesas.” (BITTAR, 2008, pg. 112).

⁴¹ A equidade na *Ética à Nicômaco* de Aristóteles é a mais excelente forma de justiça. (BITTAR, 2008, pg.121).

prática do preço justo nas Feiras. Conforme os resultados das pesquisas realizadas em Curitiba (DAROLT; FREIRE, 2016; SILVA, 2017), apresentadas anteriormente, o preço dos alimentos comercializados nas Feiras ainda é visto como principal fator limitante para o acesso. Embora os gestores(as), técnicos(as) e agricultores(as)/feirantes considerem que exista a prática do preço justo nas Feiras, importante identificar os fatores que podem estar contribuindo para encarecer os alimentos ou torná-los mais acessíveis nas Feiras.

Nesse sentido, as demais pessoas participantes da pesquisa referiram elementos importantes para essa discussão, como se observa nos relatos abaixo:

[..] a gente vem observando que a questão do preço, até alguns anos atrás, havia uma falsa impressão de que o preço do orgânico ele era muito abusivo, muito restritivo para a população de classe média ou de menor renda, mas o fato das feiras terem aumentado seu número de canais de comercialização e a oferta de produtos terem aumentado nesses espaços, tem permitido aos consumidores verificarem, sobretudo, que **os produtos regionais e de época são tão competitivos quantos os alimentos convencionais**. (Trabalhador1/SMAB). [grifo da pesquisadora].

Quando é um produto que não é produzido por nós, que vem de fora, como frutas, produtos que não são da época, são caros. [...] mas no geral os produtos de horta têm preços bons. (Agricultora1/feirante).

Fruta é bem complicado, tem época que tem, tem época que não tem, não é como no convencional que você sempre tem fruta, caro ou barato tem. No orgânico é diferente, tem época que não tem. E por não ter, é pouco giro e o preço sobe. Já as verduras, não vejo diferença do preço da convencional não. (Agricultor2/feirante). [grifo da pesquisadora].

Olha tem uns produtos que são mais caros mesmo, **por uma questão de produção que produz bem menos que o convencional. Mas as verduras têm um preço quase igualando ao do mercado** (convencional). (Agricultora4/feirante). [grifo da pesquisadora].

Eu digo pra você, algumas coisas ainda é caro, tipo o tomate, o milho verde ainda é caro, **mas se for produto da época, produzido por nós aqui, o preço é bom**. (Agricultora8/feirante). [grifo da pesquisadora].

De acordo com as pessoas participantes da pesquisa, a produção local e a sazonalidade da produção, ou seja, “alimentos de época”, são vistos como aspectos relevantes que possibilitam as famílias agricultoras/feirantes a desenvolverem relações de mercado com preços acessíveis para o consumidor, inclusive com valores que competem com os preços dos alimentos convencionais vendidos em feiras livres. Conforme discutem Schmitt e Tygel (2009, pg. 116), a produção local e a sazonalidade

permitem a prática do preço justo por representarem uma lógica de mercado baseada “em uma nova ética e em novas relações de trabalho e de gestão dos meios de produção, que envolve a afirmação de valores e práticas distintos da lógica mercantil capitalista”.

No entanto, o fator sazonalidade constitui um desafio, uma vez que os consumidores e consumidoras das feiras demandam por variedade e consumo durante todos os períodos do ano, conforme a lógica imposta pelos impérios alimentares. Assim, quando a oferta anual oscila, gera uma busca por uma variedade de produtos nas barracas para suprir as demandas oriundas dos consumidores e consumidoras. Nesta pesquisa, essa busca por variedade de alimentos/produtos nas barracas surgiu nas falas das pessoas participantes enquanto um fator que tem possibilitado a atuação mais presente do intermediário ou atravessador, contribuindo para encarecer os preços dos alimentos, tema que será abordado no próximo tópico.

Nesse sentido, considera-se um tema importante para futuras investigações sobre as possíveis relações entre a sazonalidade da produção na disponibilidade e no consumo de alimentos, e sua interface com a segurança alimentar e nutricional da população e a sustentabilidade ambiental.

Com relação à agroecologia e à constituição de novas formas de mercados no Brasil, importante destacar que nas Cartas Políticas dos Encontros Nacionais de Agroecologia (eventos que acontecem desde 2002) os temas do abastecimento e da construção social de mercados sempre são discutidos para orientar a atuação das famílias agricultoras e suas organizações em suas relações com os mercados. Para as trabalhadoras e trabalhadores do campo, a construção da Agroecologia implica no desenvolvimento de novos valores que fundamentam as relações com os mercados que devem basear-se nos seguintes pressupostos:

- i) os mercados devem ser concebidos como um meio de realização de trocas econômicas e não como um fim em si mesmo; ii) o produto agroecológico deve ser acessível a todos e todas; iii) novas relações com os mercados devem ser estabelecidas em bases éticas e solidárias e fundamentadas em alianças entre produtores e consumidores; iv) as atividades produtivas voltadas para os mercados devem ser desenvolvidas de forma a garantir e fortalecer as produções orientadas para o autoconsumo das famílias produtoras. (ANA, 2006, p. 9).

As Cartas reforçam que as feiras agroecológicas e outras modalidades de comercialização local de venda direta, que vêm acontecendo em várias regiões do Brasil, são espaços privilegiados para a construção de relações mais justas e favoráveis às famílias produtoras e consumidoras, para além de suas funções de geração de renda, são espaços de aprendizado e de fortalecimento de laços de vida comunitária. No entanto, as trabalhadoras e trabalhadores do campo reafirmam nas Cartas que, apesar das grandes vantagens desse tipo de mercado, o custo e as dificuldades com infraestrutura e logística têm limitado o acesso de um número expressivo de famílias agricultoras. Nesse sentido, as Cartas clamam por iniciativas inovadoras que congregam organizações de produtores e poderes públicos locais para implementação de políticas públicas. (ANA, 2006; 2014).

Sob o ponto de vista de novas estratégias de mercados, a experiência do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas no Rio de Janeiro/RJ, descrita por Fernandez e Ferreira (2017), revela o surgimento de feiras de alimentos orgânicos e/ou agroecológicos que defendem um modelo diferenciado de mercado. Segundo as autoras, a influência do movimento da agroecologia defendido por atores sociais do campo e da cidade buscou construir uma nova cartografia e reivindicou a abertura de novas feiras orgânicas na zona oeste da cidade, com um perfil diferenciado das feiras da zona sul. As feiras da zona oeste e da região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro/RJ contribuíram para a construção de novas identidades e mudanças nas dinâmicas do mercado, como reforçam as autoras:

[...] a criação de feiras orgânicas/agroecológicas nesses bairros e municípios confere novas dimensões simbólicas a esses territórios: a produção de alimentos saudáveis e com preços justos para consumidores menos favorecidos, a venda dos produtos em locais próximos das áreas de cultivo, a segurança alimentar da comunidade local, a inserção do produtor no sistema agroalimentar não apenas como fornecedor, mas também como consumidor, o incentivo à cultura alimentar local, à diversidade de produção e ao autoconsumo. (FERNANDEZ; FERREIRA, 2017, p. 92).

As experiências de feiras ecológicas criadas por iniciativas de associações de agricultores ecológicos nos estados do Sul, apoiadas pela Rede Ecovida de Agroecologia, também possuem uma dinâmica de organização e funcionamento que prevê uma relação diferenciada com os mercados, como explica Perez-Cassarino

(2012). A Rede propõe alternativas de mercados que priorizam a venda direta e a redução ou eliminação da ação de intermediários, o que possibilita dispor de preços que sejam justos ao produtor e acessíveis aos consumidores, democratizando e ampliando o acesso de toda população aos produtos ecológicos, independentemente do nível de renda. (PEREZ-CASSARINO, 2012). Em Curitiba/PR, grupos que compõem a Rede Ecovida participam tanto das Feiras Orgânicas da SMAB, como organizam outras feiras ecológicas na cidade.

No Paraná, outras experiências caracterizadas enquanto redes de colaboração solidárias envolvendo municípios do interior do Estado, buscou implementar ações ancoradas nos conceitos da economia popular solidária e da agroecologia. (PEREZ-CASSARINO, 2004). Em 2002, a primeira experiência de comercialização solidária apoiada pelo Instituto Equipe de Educadores Populares (IEEP), envolvendo agricultores familiares ecologistas da AGAECO (Associação dos Grupos de Agricultura Ecológica de Turvo) e trabalhadores urbanos de baixa renda, foi à criação da *Feira de Alimentos Ecológicos Primavera*, localizada na periferia da cidade de Guarapuava/PR. Em 2004, a AGAECO implantou o *Recanto Ecológico*, ponto fixo dedicado à comercialização de alimentos ecológicos na cidade de Turvo para possibilitar o acesso da população aos alimentos produzidos pelos agricultores locais e promover a soberania alimentar local. (PEREZ-CASSARINO, 2004; RIGON, 2005).

Experiências de construção social de mercado espalham-se por todo o Brasil⁴², como estratégia de fortalecimento dos mercados locais e de democratização do acesso a alimentos saudáveis. Como reforça Niederle (2013), esses novos mercados são a expressão de estratégias que possibilitam a esses grupos retomar o direito de decidir sobre o tipo de alimentação e de vida que almejam. Esses movimentos utilizam-se de distintos mecanismos de requalificação dos alimentos (agroecológicos, orgânicos, naturais, tradicionais, caseiros, coloniais, de origem, da reforma agrária, da agricultura urbana, etc.), para “retomar para si a responsabilidade pela alimentação enquanto prática sociocultural, desenvolvendo formas inovadoras de produção e consumo mais

⁴² Ver outras experiências na edição da *Revista Agriculturas: experiências em agroecologia*. Construção Social de Mercados, v.10, n.2, 2013. Disponível em: <http://aspta.org.br/revista/v10-n2-construcao-social-dos-mercados/>.

adequadas às aspirações de uma nova relação sociedade-natureza”. (NIEDERLE, 2013, p. 5).

Sabourin (2006) discute as formas de organização dos agricultores por meio de relações e estruturas econômicas e sociais de *reciprocidade*. Para o autor, a reciprocidade na organização da produção e da comercialização agrícola permite outro olhar sobre as relações econômicas e sociais no mundo rural, que difere das relações de intercâmbio do mercado capitalista dos bens e do trabalho. Com relação à produção e à reciprocidade, o autor dá o exemplo dos *mutirões nas comunidades rurais* como uma das formas de ajuda mútua, o *manejo compartilhado de recursos comuns* que gera valores de confiança e de responsabilidade.

Com relação à comercialização e à reciprocidade, o autor cita experiências em feiras locais e mercados que estabelecem uma relação de proximidade entre produtor e consumidor, um potencial mobilizador de laço social e de sociabilidade, constituindo relações de reciprocidade bilateral e simétrica⁴³ entre agricultores e consumidores que geram *amizade, confiança, responsabilidade e justiça*.

Nesse sentido, a partir das análises dos relatos das pessoas participantes da pesquisa, foi possível identificar, ao longo de todo o discurso, a presença das mais distintas relações sociais entre as pessoas que executam, organizam, frequentam as feiras. Para além de aspectos de geração de renda: *“a feira é nosso ganha pão de cada dia, é a possibilidade de eu dar uma vida melhor para minha família”* (Agricultora1/feirante); *“a feira é o nosso sustento, a gente vive disso, tudo que a gente planta a gente vende na feira. É o nosso salário mensal”* (Agricultora4/feirante); outros relacionados aos laços de vida comunitária firmam relações de reciprocidade bilateral e simétrica entre agricultores e consumidores com base na *amizade e no respeito*:

A feira para nós faz parte da vida da gente, a gente fez amizades, a gente construiu uma amizade enorme com os clientes. Somos uma família. (Agricultor2/feirante).

Não é uma simples comercialização, a gente conversa com as pessoas, as pessoas sabem dos problemas da gente, a gente acaba tendo uma relação

⁴³ A reciprocidade bilateral quando se trata de uma relação regular entre duas famílias, entre vizinhos ou entre compadres. Essa estrutura pode ser simétrica (entre pares) ou assimétrica (se uma família fornece mais trabalho ou maior quantidade de produtos para outra). Reciprocidade simétrica ou assimétrica refere o quanto a relação social ou afetiva entre os sujeitos é mais importante que a natureza material da prestação de trabalho, mesmo se essa é necessária ou até indispensável. (SABOURIN, 2006; 2011).

de amizade, as pessoas passam a entender a gente como parte delas, como parte da família delas. Isso pra mim é gratificante, você oferecer um alimento, está construindo uma amizade, um relacionamento, fazendo coisas boas. (Agricultora7/feirante).

Na feira você tem o contado direto com o consumidor e ao mesmo tempo a gente cria um laço de amizade, e isso faz com que as pessoas conheçam mais o que é e como a gente trabalha com o alimento orgânico. [...] não tanto pela questão financeira, mas pela questão do convívio com as pessoas, se torna mais uma família fora de casa. É uma coisa boa. (Agricultora8/feirante).

Relações de reciprocidade bilateral e simétrica entre agricultores e consumidores com base na *confiança*:

A feira é o contato com o cliente, você está ali com ele, ele com você, coisa que no mercado não vai ter ninguém para te explicar como funciona, como produz. E é gostoso, para falar a verdade, você conversa, eles te perguntam, você explica e o cliente se sente com você mais tranquilo de ter um contato com a pessoa que está vendendo. (Agricultor5/feirante).

Não acho que o preço seja a dificuldade para o consumidor vir para a feira, é mais a confiabilidade, a questão da confiança. Então tem consumidores que duvidam do produto, em primeiro lugar vem à confiança, quando o consumidor adquirir uma confiança. Eu acho que precisa aproximar mais o consumidor do produtor, a própria conversa, como um amigo, é uma comunhão, o estar junto. (Agricultor2/feirante).

[...] essa forma direta de comercialização, do produtor para o consumidor, gera uma credibilidade grande e uma fidelidade, faz toda a diferença. [...] então tudo isso gera um ambiente comercial bastante interessante para o fomento e o crescimento do comércio de orgânicos. (Trabalhador1/SMAB).

Pela diferenciação elencada por Ploeg (2008), o autor atribui às famílias camponesas uma capacidade real dessas conduzirem um movimento no sentido da produção tradicional, na qual investem em outras prioridades (ambientais, sociais e econômicas) que, por sua vez, são desconsideradas pelos impérios alimentares. Neste sentido, os resultados desta pesquisa corroboram tais reflexões e demonstram que a produção agroecológica viabiliza esse movimento através dos chamados circuitos curtos, que possuem sua base alicerçada em outros valores e, entre eles, está a confiança.

Tal valor - a confiança - advinda desse movimento também evidencia a necessidade de se repensar outras dimensões que entornam o sistema agroalimentar

dominante, como a qualidade dos alimentos dispostos à venda. Segundo Ploeg (2008), a qualidade pregada (defendida, produzida e reproduzida) pelos ditos impérios alimentares está associada às grandes estruturas (mecanizadas e de logísticas), procedimentos de operações padronizados (POPs), segurança alimentar na perspectiva do alimento "seguro" e/ou sistemas de controle de rastreabilidade, itens indispensáveis ao sistema, cujo domínio quem o detém são as grandes corporações do setor agroalimentar.

Por fim, foram identificadas relações de reciprocidade bilateral e simétrica entre agricultores e consumidores como base na *responsabilidade e justiça*:

Eu acredito também que cada feirante tem que olhar para o consumidor também, não pode pensar só nele, "vou ganhar". O consumidor tem o direito de ter um produto de boa qualidade, pode não ser tão bonito que nem outros, mas tem todo direito de comer um produto de qualidade, um produto saudável e com preço acessível. (Agricultora1/feirante).

A gente precisa ser produtor orgânico por opção, por convicção e não apenas por uma questão de mercado. O que mais me motiva, é que estou produzindo um alimento que vai sair daqui e vai para uma mesa alimentar outras pessoas, por isso tem que está bom, tem que estar limpo porque essas pessoas também precisam de um alimento saudável para ter saúde e poder voltar a comprar. [...] temos que ser corretos e honestos precisamos vender coisas boas, não estou aqui para vender qualquer coisa, estou aqui para vender alimento. Eu também tenho que ter ética na comercialização, como eu tenho ética na produção. (Agricultora7/feirante).

A teoria da *reciprocidade* nas relações de produção e comercialização no meio rural brasileiro é discutida por Sabourin (1999; 2006; 2011), a partir da antropologia e da sociologia econômica. De acordo com Sabourin (2011, p. 25), a teoria da reciprocidade surge no momento em que o conceito de desenvolvimento vem sendo questionado. A teoria não tem intenção de anunciar o fim da era do desenvolvimento pela troca ou pelo mercado, mas pretende contribuir para preencher carências da teoria do desenvolvimento, por meio de uma "outra leitura das relações econômicas e sociais, portanto, abre propostas alternativas de economia humana em matéria de desenvolvimento, a partir de outra lógica social e econômica".

Sabourin (2011, p. 33) cita Temple (1997)⁴⁴, ao referir que os valores humanos gerados por meio das relações de reciprocidade podem limitar os excessos da economia do livre mercado. Na perspectiva da teoria da reciprocidade, os valores humanos, como: amizade, confiança, responsabilidade e justiça “não preexistem entre os indivíduos; eles devem ser constituídos, precisamente, por meio de relações estruturadas de reciprocidade simétrica”. Portanto, para os autores, nas sociedades estruturadas sem relações de reciprocidade, as responsabilidades dos homens em relação ao bem comum, ao meio-ambiente ou perante as futuras gerações estarão perdidas.

5.3 A busca por variedades de alimentos comercializados nas Feiras e sua relação com o acesso aos alimentos orgânicos e/ou agroecológicos

O tema da variedade na comercialização de alimentos na perspectiva do acesso aos alimentos orgânicos e/ou agroecológicos vem sendo uma constante nos relatos. Em um primeiro momento, essa temática apareceu no discurso das trabalhadoras e trabalhadores da SMAB, bem como das pessoas entrevistadas que representam as famílias agricultoras/feirantes enquanto um elemento importante para manter a viabilidade comercial das feiras, por ser um atributo que atraía e fidelizava os consumidores. Ter uma banca de alimentos variados supria as necessidades demandadas pelos consumidores e consumidoras de encontrar em um só lugar a maior parte dos alimentos e produtos necessários para alimentação da família e/ou de ter disponível o ano todo aquele alimento que é consumido diariamente, como o tomate, por exemplo.

Portanto, a primeira questão revelada nos relatos - tanto para os trabalhadores e trabalhadoras da SMAB, como para os e as feirantes - refere à importância das Feiras possuírem uma variedade e diversidade de alimentos e produtos orgânicos e/ou agroecológicos, localmente produzidos na região metropolitana de Curitiba, como os produtos de origem animal (carnes, laticínios, ovos), produtos de panificação (pão, massas, biscoitos), produtos processados (geleias, molhos de tomates, molhos

⁴⁴ Temple, D. L'économie humaine. La revue du MAUSS, n°10, (1), p. 103-109, 1997.

diversos). Para as pessoas participantes da pesquisa, nas Feiras Orgânicas, o consumidor encontra de tudo e isso possibilitou viabilizar e manter as Feiras na cidade, por se tornar mais atrativa para os consumidores e para o agricultor/feirante mais lucrativa, gerando renda para família. Como observado nos relatos abaixo:

Hoje a gente percebe que houve uma evolução muito grande. [...] fruto desse aumento dos canais de comercialização, eles foram estimulados a buscarem uma maior variedade de produtos, vários empreendedores desenvolverem a produção que até então não tínhamos na região, como por exemplo, os alimentos de origem animal, produção de ovos, laticínios, carnes, então esse aumento dos espaços de comercialização acabou viabilizando economicamente essa maior diversidade de produtos, antes era muito concentrado na oferta de produtos *in natura*. (Trabalhador1/SMAB).

A gente vem de um período inicial das feiras, a gente tinha uma produção pequena e uma restrição de produtos. Tínhamos os produtos de época e as vezes produtos feios, por questões climáticas não tinham uma apresentação boa. Hoje a gente já consegue ter uma diversidade boa, já consegue ter produtos de excelente qualidade, até as vezes os consumidores perguntam se é orgânico mesmo. [...] então quanto mais as feiras oferecerem essa diversidade, mais a gente vai ter os consumidores nas feiras. Tem uma oferta maior e os consumidores terão mais opção de ter esses produtos também. (Agricultora7/feirante).

[...] a partir do momento que a gente abriu o leque permitindo que eles vendessem mais produtos, ter um mix mais vasto, eu acho que é interessante, chega a ser melhor do que as feiras convencionais, não se compara com a variedade das feiras orgânicas, como eu disse, eles podem trabalhar com fruta e verdura, doces, compotas, grãos, farinha... nossa! (Trabalhador2/SMAB).

[...]a gente permissiona por ramo de atividade, quando abre um edital a gente sempre procura montar uma feira completa, que tenha pescado, que tenha produto minimamente processado ou processado, que tenha mercearia, que tenha bebidas, lanches prontos para o consumo e que tenha o alimento *in natura*, sempre que monta um edital vai nesse caminho. (Trabalhador4/SMAB).

No entanto, como referido no capítulo anterior, a forma de ingresso nas Feiras Orgânicas permite o acesso tanto do produtor de alimentos orgânicos certificados, da agricultura familiar ou da agricultura empresarial, como também pessoas físicas ou jurídicas que tenham interesse apenas em comercializar alimentos e produtos orgânicos, e que não necessariamente produzam alimentos. Nesse sentido, a partir do momento em que se abriu a possibilidade de comercialização de produtos de terceiros, permitiu-se também ao feirante escolher ser apenas feirante, bem como o

ingresso de pessoas que não produzem, mas apenas revendem alimentos e produtos nas feiras, como refere uma trabalhadora da SMAB:

Tem feirante que trabalha mais com produtos dos outros, do que com o dele, mas eu acho que é bom para a feira. É bom porque consegue trazer outros produtos, principalmente, frutas. [...] traz produtos de vários estados, tem duas pessoas que trabalham nas feiras só trazendo produto de fora e deixando para eles revenderem. (Trabalhadora5/SMAB).

Na percepção dessa entrevistada, essa abertura é interessante para a feira por possibilitar a comercialização de uma variedade maior de alimentos. Essa constatação culminou em outras inquietudes, tal como: o que pensam sobre a possibilidade de comercialização de produtos de terceiros?

Isso é ruim para o consumidor, porque o consumidor vai pagar o preço de um produto que passou por três, quatro mãos. Quando é um produto nosso, a gente pode baixar o preço, mas se for produto de terceiros não dá para baixar o preço. (Agricultora1/feirante).

É, existe, mas não é a norma. A norma seria assim, você pode comercializar tomate desde que não exista produção local. Porque senão começa a haver uma disparidade de preço e isso existe nas feiras. **E hoje você percebe que existem muito mais atravessadores do que produtores, ou seja, mais gente revendendo do que produzindo.** (Agricultora3/feirante).

Eu acho assim, **quando são alimentos que não são da época, aí tudo bem**, agora, a gente com um monte de verdura e outros feirantes trazem de fora e vende mais barato, aí prejudica para nós. (Agricultora4/feirante).

Antes a gente tinha um regimento interno, eu guardo o documento até hoje, não se executa mais. Esse documento dizia que o produtor tinha que ter pelo menos o mínimo de 60 % de produção dele para ter uma barraca e o restante poderia vir do vizinho que não está pronto para fazer feira, pegar um produto que não é produzido na região. Esse regimento foi construído pelos feirantes, mas isso mudou, **hoje tem barraca na feira que é só fantasia, apenas produtos de terceiros.** (Agricultor6/feirante).

Eu acho assim, de uma certa forma **isso é bom**, pois acaba propiciando que aquele agricultor traga os seus produtos e consiga um pouco a... como posso me expressar aqui pra ficar mais claro, é... conseguir pra feira uma diversidade de produtos, não tenha só verduras, não tenha só processados e tal. (Agricultora7/feirante).

É bom, desde que não tenha produção no local, agora por exemplo a gente consegue de trazer de fora o milho verde, o tomate, a berinjela, quanto a isso eu acho certo porque daí o consumidor tem a prazer de encontrar o produto que gosta. Agora, vamos dizer, daqui a um mês, que começa já a produção de tomate e pepino daqui, aí para vir de fora é muito ruim, para a gente que é produtor fica chato. (Agricultora8/feirante).

Percebe-se nos relatos que essa possibilidade de abertura para comercialização de produtos de terceiros, por um lado, é interessante para o/a feirante, ele tem tanto a possibilidade de vender os alimentos que produz (venda direta), quanto de comercializar alimentos e produtos que não consegue produzir ou alimentos de produtores vizinhos/compadres que não podem fazer feira (venda indireta), no entanto, essa abertura permitiu também a atuação de intermediários, ou seja, feirantes que comercializam apenas alimentos de terceiros e, como se constata nos relatos, reflete diretamente nas relações econômicas e no valor final, encarecendo o produto.

A atuação de intermediários sempre esteve presente na história das experiências de abastecimento alimentar no Brasil (LINHARES, 1979). De acordo com Schneider e Gazolla (2016), as cadeias agroalimentares envolvem uma complexa e extensa rede de agentes intermediários que perpassa por empresas de insumos, sementes, implementos, além das unidades de processamentos e comércio. Essas cadeias podem ser longas, quando envolve atuação de muitos intermediários, tornando as relações entre produtores e consumidores distantes ou quase inexistentes, bem como rompendo com a identidade do alimento, pois, à medida que o sistema agroalimentar se expande, os alimentos perdem sua vinculação com a terra e a cultura local.

Para os autores, a impessoalidade dessas *cadeias agroalimentares longas* demandou o desenvolvimento de mecanismos de controle, certificação, rastreabilidade para preencher o caminho desconhecido percorrido pelo alimento e garantir a qualidade e a sanidade dos produtos. No entanto, nas palavras dos autores, “certificados e selos nem sempre dizem muito sobre quem manipulou o que comemos e como foi produzido”. (SCHNEIDER; GAZOLLA, 2016, p. 10). Como se observa no relato abaixo:

Eu procuro ter o que é meu, pegando de outro a gente não sabe a procedência e mesmo que eu pegue de outro, pego um mínimo e de gente que eu tenha a garantia. Porque eu não vou vender uma coisa se eu não sei de onde é que veio, pode ser que tenha um certificado, mas hoje em dia podem até falsificar, **mais vale da confiança do que um certificado.** (Agricultor5/feirante). [grifo da pesquisadora].

Nesse sentido, os autores apresentam o conceito de *cadeias agroalimentares curtas* para discutir experiências que vêm acontecendo localmente nas cidades brasileiras. As cadeias agroalimentares curtas de abastecimento, segundo os autores, podem ser compreendidas como a construção de novas formas de interação entre produção e consumo, expressas pelo engajamento dos atores envolvidos para resgatar a procedência e identidade dos alimentos, bem como os valores sociais, princípios e significados simbólicos, culturais, éticos e ambientais, elos perdidos em meio a complexa rede das cadeias longas. (SCHNEIDER; GAZOLLA, 2016).

Os autores Renting, Marsden e Banks (2016), quando discutem sobre o papel das cadeias curtas de abastecimento alimentar no desenvolvimento rural no interior da Europa, definem as dinâmicas das cadeias curtas a partir de três categorias: I) *CCAAs face a face* - como um mecanismo de interação entre produtores e consumidores, tendo a confiança como a principal mediadora dessa relação; II) *CCAAs próximas*, como exemplo da cooperação entre produtores que ampliam a variedade de produtos que oferecem, nesses casos as CCAAs frequentemente incluem atores intermediários que devem assumir a função de garantir a autenticidade dos produtos; e III) *CCAAs ampliadas* – nesse tipo de cadeia as relações são estendidas no tempo e no espaço, os produtos são vendidos para consumidores fora da região de produção, desde que se incorpore informações que possam conectar os consumidores ao local da produção.

Com relação as *CCAAs próximas* referidas pelos autores, um dos circuitos regionais de compra de alimentos citado pelas pessoas participantes da pesquisa é a rota comercial do Circuito Sul da Rede Ecovida de Agroecologia, como refere os relatos:

[...] um aspecto interessante, é a organização de associações de produtores orgânicos, eles desenvolveram um circuito sul de comercialização, que desenvolve uma logística de transporte e de troca de produtos que vai desde o Rio Grande do Sul até o Rio de Janeiro. Então, eles descem com os produtos daqui da região, levam pra lá o que não existe e trazem produtos de lá. Isso contribuiu bastante para esse aumento da diversidade de produtos, principalmente de frutas, que é uma limitante aqui na nossa região, pela característica da produção. (Trabalhador1/SMAB).

Hoje a gente começou a pegar furta da cooperativa, da própria Rede Ecovida, tem também os grãos, que daí a gente pega do Circuito Sul. Porque se você tem uma barraca, tem que ter diversidade. (Agricultor6/feirante).

Como já referido anteriormente, a Rede Ecovida de Agroecologia foi criada em 1998 para fortalecer o movimento agroecológico do Sul do Brasil. De acordo com Magnanti (2008), a comercialização sempre foi um gargalo para a expansão e consolidação da agricultura ecológica, devido à dificuldade em manter os mercados locais abastecidos com diversidade, quantidade e qualidade durante o ano todo. Nesse sentido, o autor conta que em 2006, a partir do trabalho coletivo de um grupo de instituições de agricultores familiares agroecológicos e algumas entidades de assessoria, foi criado o Circuito Sul de Circulação de Alimentos da Rede Ecovida de Agroecologia, que conta com a participação de entidades dos três estados do Sul e de São Paulo.

Para o autor, alguns princípios conferem ao Circuito um caráter diferencial com relação aos mecanismos convencionais de acesso aos mercados: I) os alimentos comercializados são produzidos ecologicamente certificados pela Rede Ecovida de Agroecologia; II) devem ser necessariamente oriundos da agricultura familiar; III) as organizações que vendem devem se comprometer também a comprar produtos de outras organizações do circuito para garantir o intercâmbio de produtos entre os núcleos regionais e reduzir os custos com frete; e IV) O mecanismo de compra e venda entre as organizações permite também a menor circulação de dinheiro, já que em muitos casos ocorre simplesmente a troca de produtos. (MAGNANTI, 2008).

Alguns pesquisadores utilizam o conceito de Circuitos Curtos (CC) de comercialização para descrever experiências em redes alimentares ou cadeias curtas de abastecimento. A discussão sobre os circuitos curtos (CC)⁴⁵ de comercialização caracteriza os tipos de CC como: I) *venda direta* - em que o produtor comercializa seus alimentos e entrega em mãos para o consumidor; e II) *venda indireta* – quando existe a atuação de um intermediário e uma interdependência entre os atores (pode ser um outro produtor, uma cooperativa, associação, loja especializada, programas de governo). (DAROLT et al., 2015).

De acordo com os autores, as feiras ecológicas direto do produtor são os canais de comercialização mais difundidos no Brasil e a principal escolha dos agricultores

⁴⁵ Seguem as indicações teóricas de Marsden et al. (2000), Renting et al. (2003) e Mundler (2008), como explica Darolt, et al. (2015, p. 118).

ecológicos para se inserirem no mercado local. No tópico anterior, foram apresentados elementos e algumas breves análises sobre os achados da pesquisa de campo, como a prática do preço justo, a relação espacial de proximidade da produção e consumo e as relações de reciprocidade envolvendo quem produz e quem consome, que demonstram que as Feiras Orgânicas são espaços onde essas relações de proximidade acontecem e, cada vez mais, se fortalecem. No entanto, ainda de acordo com os relatos, também existe a atuação cada vez mais presente do intermediário e da venda de produtos de terceiros. Em que pese alguns aspectos positivos, também constatados nesta pesquisa, este fato chama atenção para uma "distorção" da proposta inicial. Assim, convém fazer o seguinte questionamento, estaria em risco o caráter do encurtamento dos circuitos curtos existentes?

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após muitas caminhadas, entre as idas e vindas às Feiras, as visitas à Secretaria e as incansáveis buscas às fontes bibliográficas que pudessem subsidiar as reflexões desta pesquisa, chega o momento de dar o acabamento final ao estudo.

Esta pesquisa assumiu o desafio de propor um estudo que pudesse contribuir para uma maior aproximação entre duas dimensões da área de Saúde: produção e consumo de alimentos adequados e saudáveis, tomando como base os fundamentos da agroecologia como campo do conhecimento - ciência, prática e movimento - para fazer essa conexão. Para além de alcançar os objetivos da pesquisa, este estudo buscou contribuir com informações que pudessem subsidiar a implementação de ações e programas de abastecimento de alimentos nas políticas municipais de SAN, comprometidas com a promoção da saúde e a defesa da vida.

Desta forma, destaca-se elementos importantes que foram revelados e que precisam ser considerados na elaboração de políticas públicas de SAN:

1. Para a criação e a sustentabilidade de ações públicas de abastecimento é preciso uma rede articulada de pessoas e instituições envolvidas e engajadas no processo. Como no caso das Feiras Orgânicas, a atuação das associações de produtores (AOPA) e de consumidores (ACOPA), as instituições não-governamentais, como o CPRA, as instituições de assistência técnica (IVV, EMATER, dentre outras) e de ensino e o poder público, de forma articulada, tornaram possível a manutenção e ampliação das Feiras;
2. Foi possível discutir o papel da SMAB no contexto das Feiras Orgânicas, uma atuação que foi se moldando de acordo com o cenário político e técnico de cada governo e assumiu ações que foram decisivas para que a proposta das Feiras fosse levada adiante. No entanto, as Feiras e seus resultados estão invisibilizadas nos documentos institucionais da gestão do município, como no Relatório de Gestão e no atual Plano Municipal de SAN 2016-2019. Nesse sentido, reforça-se a necessidade de a política municipal de abastecimento estar regulamentada, enquanto um documento orientador e basilar das ações públicas de abastecimento integrado com os princípios da SAN;

3. Esta pesquisa identificou um aspecto do funcionamento das Feiras Orgânicas que afeta diretamente a soberania e segurança alimentar e nutricional da população urbana e do campo: a forma de ingresso nas Feiras foi percebida como uma barreira de acesso aos pequenos agricultores familiares e acesso irrestrito de pessoas que atuam como intermediários. Nesse sentido, sugere-se que seja analisado a possibilidade de incluir na política e no processo de concessão da *Permissão de Uso* o princípio da equidade social, de forma a dar uma maior oportunidade ao agricultor (e à agricultora) familiar a ingressar nas Feiras, bem como, incluir nos editais de concessão alguma restrição àquelas pessoas que não são agricultoras e que tenham apenas interesse em comercializar hortifrutigranjeiros.
4. A localização das Feiras foi identificada enquanto um elemento que tem contribuído para a construção de um padrão de “perfil de consumidor de alimentos orgânicos”. Considerando que a democratização do acesso é uma meta a ser alcançada pelos planos municipais de SAN, percebe-se a necessidade de descentralizar as Feiras para bairros mais periféricos da cidade, para isso, alguns desafios foram identificados: o preço dos alimentos (ou o estigma da carestia do alimento orgânico), a divulgação dos locais de compra e os hábitos de compra da população.
5. A prática do preço justo referida pelos participantes da pesquisa, que ocorre quando os alimentos são produzidos pelos próprios agricultores(a) localmente, bem como questões como a sazonalidade e as relações de *reciprocidade* nas Feiras têm possibilitado a criação de um mercado de alimentos orgânicos e/ou agroecológicos mais acessível e solidário nas Feiras. No entanto, é preciso considerar que, apesar de alguns alimentos nas feiras serem comercializados a preços percebidos como justos pelos entrevistados, as pesquisas com consumidores, referidas nesta pesquisa, ainda apontam para uma dificuldade de acesso pela grande parte da população curitibana devido, principalmente, ao preço elevado dos alimentos comercializados.
6. A busca por uma variedade de alimentos comercializados nas Feiras foi identificada enquanto uma condição que tem estimulado a participação mais presente de intermediários. A possibilidade de abertura para comercialização de

produtos de terceiros tornou-se interessante para o agricultor/feirante por possibilitar a venda de alimentos que não consegue produzir ou alimentos de agricultores vizinhos/compadres que não podem fazer feira (venda indireta), no entanto, essa abertura permitiu também a atuação de intermediários, ou seja, feirantes que comercializam, em sua maioria, alimentos de terceiros. Nesse sentido, esta pesquisa identifica tal questão enquanto um elemento que pode tornar o espaço das Feiras Orgânicas susceptível de apropriação pela lógica de “nicho de mercado” e enfraquecimento das relações existentes nos Circuitos Curtos de comercialização, como as relações de *reciprocidade* citadas acima.

7. A primeira interface identificada com a Promoção da Saúde diz respeito às Feiras enquanto um potencial espaço de reaproximação das relações entre a sociedade e a natureza. A implementação de políticas de abastecimento e suas ações terão êxito se estiverem apoiadas em três conceitos discutidos por Jaime Breilh (2010a; 2010b): Sustentabilidade, percebida à luz dos direitos humanos e da natureza; Sociedade Solidária, onde a estrutura econômica produtiva tem como premissa a vida e o bem comum; e Saudável, considerando a necessidade de superar fatores que prejudicam a saúde humana atual e futura, como a agricultura dependente de insumos químicos, que afeta não só a saúde dos agricultores, mas também dos consumidores e do ambiente onde são produzidos.
8. A segunda interface com a Promoção da Saúde revelou as Feiras enquanto um potencial espaço de acesso aos alimentos adequados e saudáveis, que moldura uma complexa rede relacional entre produtores e consumidores e que pode ser capaz de reorientar o consumo e estimular hábitos de vida saudável concernente às premissas da promoção da saúde e da segurança alimentar e nutricional. No entanto, considerando o papel do poder público na realização de políticas públicas para ampliação do acesso à alimentação adequada e saudável pela população, é preciso reconhecer que a maioria das experiências de feiras que comercializam alimentos da agricultura familiar ecológica recebem pouco ou nenhum apoio do poder público municipal para organização das feiras ou viabilização de apoio técnico, logístico e operacional aos agricultores(as).
9. A terceira interface com a Promoção da Saúde revelou que as premissas da agroecologia imbuídas nos modos de fazer das agricultoras e

agricultores/feirantes têm contribuído para tornar as Feiras Orgânicas um espaço de defesa da autonomia local, da produção de alimentos saudáveis, de um comércio justo à preços acessíveis e de redes solidárias e éticas entre agricultores e consumidores. Ao longo das entrevistas com as pessoas participantes da pesquisa, foram identificados princípios ecológicos e sociais basilares de uma agricultura sustentável, solidária e saudável, tanto das pessoas entrevistadas que são associadas à Rede Ecovida de Agroecologia, como também das agricultoras e agricultores/feirantes entrevistados que possuem certificação da TECPAR e assumem desenvolver a agricultura orgânica.

Portanto, considera-se que os objetivos da pesquisa foram alcançados, há uma expectativa de que seus resultados possam contribuir na qualificação das ações de abastecimento do município de Curitiba, bem como servir de informações para elaboração de políticas municipais de SAN em outras cidades. Considerando também que as iniciativas de estabelecer um marco legal da Política Nacional de Abastecimento Alimentar ainda não foram concretizadas, esta pesquisa reforça a necessidade de uma política pública estruturante que oriente e corresponsabilize as esferas municipais e estaduais na criação de novas iniciativas de mercados locais, enquanto estratégias de ampliação do acesso a uma alimentação adequada e saudável, com vistas à promoção da saúde e da SSAN para a população do campo e da cidade.

REFERÊNCIAS

ABREU, L. S.; BELLON, S.; BRANDENBURG, A.; OLLIVIER, G.; LAMINE, C.; DAROLT, M. R.; AVENTURIER, P. Relações entre agricultura orgânica e agroecologia: desafios atuais em torno dos princípios da agroecologia. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 26, p. 143-160, jul./dez., 2012.

ALMEIDA, G.; ABREU, L. S. Estratégias produtivas e aplicação de princípios da Agroecologia. **Revista de Economia Agrícola**, São Paulo, v. 56, n. 1, p. 37-53, abr./jul., 2009.

ANA. Articulação Nacional de Agroecologia. Carta Política do II ENA – Encontro Nacional de Agroecologia, 2006. Recife: 2006. Disponível em: https://fase.org.br/wp-content/uploads/2010/01/Carta_IENA.pdf. Acesso em: 31/05/2017.

ANA. Articulação Nacional de Agroecologia. Carta Política do III ENA – Encontro Nacional de Agroecologia, 2014. Rio de Janeiro: 2014. Disponível em: [file:///C:/Users/Soraia/Downloads/Carta%20Politica_ENA%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Soraia/Downloads/Carta%20Politica_ENA%20(1).pdf). Acesso em: 31/05/2017.

ANVISA. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Programa de Análise de Resíduo de Agrotóxico em Alimentos (PARA). **Dados da coleta e análise de alimentos de 2010**. ANVISA: Brasília, 2010. Disponível em: www.anvisa.gov.br. Acesso em: 10/08/2015.

ARAÚJO, T. P.; LIMA, R. A.; MACAMBIRA, J. **Feiras agroecológicas: institucionalidade, organização e importância para a composição da renda do agricultor familiar**. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho: Núcleo de Economia Solidária da Universidade Federal de Pernambuco, 2015.

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

ALTIERI, M. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista Nera**, ano 13, n.16, 2010. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1362/1347>. Acesso em: 16/05/2017.

AZEVEDO, E.; PELLICIONI, M. C. F. Promoção da Saúde, Sustentabilidade e Agroecologia: uma discussão intersectorial. **Saúde Soc.**, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 715-729, 2011.

AZEVEDO, E; RIGON, S. A. Sistema alimentar com base no conceito de sustentabilidade. In: TADEI, J. A. A. C.; LANG, R. M. F.; LONG-SILVA, G.; TOLONI, M. H. A. **Nutrição e Saúde Pública**. Rio de Janeiro: Editora Rubio, 2011. pg. 478.

BALESTRO, M. V.; SAUER, S. A diversidade rural, transição agroecológica e caminhos a superação da Revolução Verde: introduzindo o debate. In: SAUER, S.; BALESTRO, M. V.

(orgs). **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

BIANCHINI, V; MEDAETS, J. **Da Revolução Verde à Agroecologia: Plano Brasil Agroecológico**. Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2013.

BITTAR, E. C. B. Razão e afeto, justiça e direitos humanos: dois paralelos cruzados para a mudança paradigmática. Reflexões frankfurtianas e a revolução pelo afeto. **Revista Mestrado em Direito**, Osasco, ano 8, n. 1, p. 99-128, 2008.

BELIK, M. Mecanismos de coordenação na distribuição de alimentos no Brasil. In: _____ e MALUF R. (orgs.). **Abastecimento e segurança alimentar: os limites da liberalização**. Campinas, SP: IE/ UNICAMP, 2000a. p. 131-160.

BELIK, M. Políticas locais de acesso alimentar: entre a regulação e as políticas compensatórias. In: _____ e MALUF R. (orgs.). **Abastecimento e segurança alimentar: os limites da liberalização**. Campinas, SP: IE/ UNICAMP, 2000b. p. 131-160.

BELIK, W.; WEGNER, R. C. Distribuição de hortifruti no Brasil: papel das Centrais de Abastecimento e dos supermercados. **Cuad. Desarro. Rural**, Bogota, vol. 9, n. 69, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/cudr/v9n69/v9n69a10.pdf>. Acesso em: 12/10/2016.

BEZERRA, I. **Nessa terra, em se plantando tudo dá?** Política de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional no meio rural paranense, o caso do PAA. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Setor de Ciências Sociais, Universidade de Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

BEZERRA, I. C.; ISAGUIRRE, K. R. Direito humano à alimentação adequada (DHAA): a discussão da “geografia da fome” à sua proteção jurídica no Brasil. **Rev. Pensar**, Fortaleza, v. 19, n. 3, p. 675-692, set./dez. 2014.

BOFF, L. Justiça e cuidado: opostos ou complementares. In: PEREIRA, T. S.; OLIVEIRA, G. (orgs.). **O cuidado como valor jurídico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008, p. 1-12

BRANDENBURG, A. Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 6, p. 11-28, jul./dez. 2002.

BRANDENBURG, A. Ecologização da agricultura e reconstrução do ambiente rural no Brasil. **XXVII Congresso de la Asociación Latinoamericana de Sociología**. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

BRANDENBURG, A. Do rural tradicional ao rural socioambiental. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 13, p. 417-428, 2010.

BRANDENBURG, A.; LAMINE, C.; DAROLT, M. R. Institucionalização do movimento ecológico na agricultura: mercado e reorganização dos atores sociais. In: BRANDENBURG, A.; BILLAUD, J.P.; LAMINE, C. **Redes de agroecologia**: experiências do Brasil e na França. Curitiba: Kairós, 2015, p. 87-110.

BRANDENBURG, A.; RUCINSKI, J.; SILVA JUNIOR, P. Os novos atores e o consumo de alimentos ecológicos: a associação de consumidores de produtos orgânicos do Paraná –ACOPA. **Estud. Soc. Agric**, Rio de Janeiro, vol. 16, n. 1, p. 54-82, 2008.

BRASIL. Decreto nº 13.069, de 12 de junho de 1918. Crêa o Comissariado da Alimentação Pública e dá outras providências. Senado Federal, 1918. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=36555&norma=52254>. Acesso em: 21/08/2016.

BRASIL. Decreto-Lei nº 7.328, 17 de fevereiro de 1945. Cria, no Conselho Federal de Comércio Exterior, a Comissão Nacional de Alimentação, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del7328.htm. Acesso em: 25/08/2016.

BRASIL. Decreto nº 77.116, de 6 de fevereiro de 1976. Estabelece diretrizes para a ação do Governo na área de Alimentação e Nutrição, aprova o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição - PRONAN e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-77116-6-fevereiro-1976425734-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 25/08/2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Projeto Promoção da Saúde. **As Cartas da Promoção da Saúde**. Brasília: 2002. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartas_promocao.pdf. Acesso em: 30/09/2016.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, pg.1, seção 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm. Acesso em: 12/08/2015

BRASIL. Decreto nº 7272 de 26 de agosto de 2010. Regulamenta a Lei nº 11.346 de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional com vistas a assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada, Institui a Política Nacional de SAN, Estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de SAN e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, pg 6.

BRASIL. Portaria nº 2.446, de 11 de novembro de 2014. Redefine a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS). **Diário Oficial da União**, pg. 68, seção 1. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt2446_11_11_2014.html. Acesso em: 12/08/2015.

BRASIL DE FATO. Feiras incentivam produção e consumo agroecológico. **Jornal Brasil de Fato: uma visão popular do Brasil e do Mundo**. Curitiba, sessão Cidades, ano 1, ed. 22, p. 4, dez., 2016.

BREILH, J. Lo agrario y las tres “S” de la vida. En: Isch, Edgar, ed. y Zapata, Alex, ed. **Tierra y agua: interrelaciones de un acceso inequitativo**. Quito: Sistema de Investigación sobre la Problemática Agraria en el Ecuador, SIPAE, 2010a. pp. 13-23. Disponível em: [http://www.uasb.edu.ec/UserFiles/380/File/Lo%20agrario%20y%20las%20tres%20ss%20de%20la%20vida,%20Jaime%20Breilh%20B .pdf](http://www.uasb.edu.ec/UserFiles/380/File/Lo%20agrario%20y%20las%20tres%20ss%20de%20la%20vida,%20Jaime%20Breilh%20B.pdf). Acesso em: 20/03/2017.

BREILH, J. Las tres ‘S’ de la determinación de la vida: 10 tesis hacia una visión crítica de la determinación social de la vida y la salud. NOGUEIRA, R. P. (Org). **Determinação Social da Saúde e Reforma Sanitária**. Rio de Janeiro: Cebes, 2010b. Disponível em: <http://www.cebes.org.br/media/File/Determinacao.pdf>. Acesso em: 20/03/2017.

BRUYNE, P.; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. **Dinâmica da pesquisa em Ciências Sociais**. 5.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

BURITY V.; FRANCESCHINI, T.; VALENTE, F.; RECINE, E.; LEÃO, M.; CARVALHO, M. F. **Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional**. Brasília, DF: ABRANDH, 2010. Disponível em: http://www.redsan-cplp.org/uploads/5/6/8/7/5687387/dhaa_no_contexto_da_san.pdf. Acesso em: 09/10/2016.

BUSS, P.M. Uma introdução ao Conceito de Promoção da Saúde. In: CZERESNIA, D.; FREITAS, C. M. (orgs.) **Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003.

CAISAN. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. **Balço das ações do plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN 2012-2015)**. Brasília, DF: MDS, Secretaria – Executiva da CAISAN, 2014.

CAISAN. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. **Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (plansan 2016-2019)**. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2016/05/PLANSAN-2016.pdf>. Acesso em: 30/09/2016.

CALMON, L. S.; SANTOS, S. M. C.; PEREIRA, M. H. Q. Acesso aos alimentos e segurança alimentar e nutricional: avaliação da situação em municípios baianos. **Demetra**, Rio de Janeiro, vol. 11, sul. 1, p. 1351-1366, 2016.

CAPRA, F. **A teia da vida: Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. São Paulo: Cultrix, 2004.

CAPRA, F. **O ponto de mutação**. São Paulo: Cultrix, 2012.

CARNEIRO, F. F. (org). **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. In: CARNEIRO, F. F.; PIGNATI, W.; RIGOTTO, R.M; AUGUSTO, L.G.S.; RIZZOLO, A.; FARIA, N.M.X.; ALEXANDRE, V.P.; FRIEDRICH, K.; MELLO, M.S.C. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular; 2015.

CIAPO. Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica Brasil agroecológico. **Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – Planapo: 2016-2019**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2016.

CONSEA. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **I Conferência Nacional de Segurança Alimentar**. Brasília, 1995. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes/1deg-conferencia-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional/1-conferencia-completa-1.pdf/view>. Acesso em: 30/09/2016.

CONSEA. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional**. Textos de referência da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília, 2004a. Disponível em: <http://www.sisbin.ufop.br/novoportal/wp-content/uploads/2015/03/CONSEA-principios-e-diretrizes-de-uma-politica.pdf>. Acesso em: 28/08/2016.

CONSEA. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Relatório Final da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar em Nutricional**. Brasília, 2004b. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes/2a-conferencia-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional>. Acesso em: 30/09/2016.

CONSEA. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Relatório Final da III Conferência Nacional de Segurança Alimentar em Nutricional**. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes/3a-conferencia-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional>. Acesso em: 30/09/2016.

CONSEA. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Construção do Sistema e da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: a experiência brasileira**. Brasília, 2009. Disponível em: https://www.fao.org.br/download/Seguranca_Alimentar_Portugues.pdf. Acesso em: 30/09/2016.

CONSEA. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA. **Os impactos dos agrotóxicos na segurança alimentar e nutricional: contribuições do consea**. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/redesan/news/consea-nacional-divulga-documentos-sobre-agrotoxicos>. Acesso em: 10/08/2015.

CONSEA. **Relatório Final da 5ª Condição Nacional de Segurana Alimentar e Nutricional**. Braslia, 2015.

COSTA, M. B. B. **Anlise da sustentabilidade da agricultura da regio metropolitana de Curitiba pela otica da agroecologia**. Tese (Doutorado em Meio Ambiente) - Universidade Federal do Parana, Curitiba, 2004.

COSTA, C.; MALUF, R. S. Diretrizes para uma politica municipal de segurana alimentar e nutricional. So Paulo: **Instituto Pólís**, 2001. Disponivel em: <http://polis.org.br/publicacoes/diretrizes-para-uma-politica-municipal-de-segurana-alimentar-e-nutricional/>. Acesso em: 05/11/2015.

CUNHA, A. R. A. A.; BELIK, M. A producao agricola e a atuacao das Centrais de Abastecimento no Brasil. **Segurana Alimentar e Nutricional**, Campinas, vol. 19, n. 1, pg. 46-59, 2012. Disponivel em: <http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8634668>. Acesso em: 28/06/2016.

CUNHA, LEMOS, NABUCO & PESSOA. In: BELIK, W. e MALUF R. (orgs.). **Abastecimento e segurana alimentar: os limites da liberalizacao**. Campinas, SP: IE/ UNICAMP, p. 131-160, 2000.

CURITIBA. Lei Ordinaria nº 6817, de 02 de janeiro de 1986. Dispoe sobre a estrutura organizacional da administracao municipal. Disponivel em: <http://cm-curitiba.jusbrasil.com.br/legislacao/734903/lei-6817-86>. Acesso em: 22/09/2016.

CURITIBA. Decreto nº 314 de 11 de abril de 1995. Aprova a regulamentacao das unidades de abastecimento do municipio de curitiba. Disponivel em: <https://leismunicipais.com.br/a1/pr/c/curitiba/decreto/1995/31/314/decreto-n-314-1995-aprova-a-regulamentacao-das-unidades-de-abastecimento-do-municipio-de-curitiba>. Acesso em: 22/09/2016.

CURITIBA. Secretaria Municipal de Abastecimento. Portaria nº 030 de 5 de maio de 2005. Regulamenta as atividades das Feiras Orgnicas. Disponivel em: <http://multimedia.curitiba.pr.gov.br/2010/00084909.pdf>. Acesso em: 02/07/2016.

CURITIBA. Secretaria Municipal de Abastecimento. Portaria nº 044 de 23 de outubro de 2007. Regulamenta as atividades das Feiras Orgnicas. **Diário Oficial do Município**, nº 81, 23 de out, 2007.

CURITIBA. Decreto nº 1567 de 10 de novembro de 2010. Aprova o regimento interno da Secretaria Municipal do Abastecimento. Disponivel em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/decreto/2010/157/1567/decreto-n-1567-2010-altera-o-anexo-do-decreto-municipal-n-1108-2008-que-aprova-o-regimento-interno-da-secretaria-municipal-do-abastecimento>. Acesso em: 20/09/2016.

CURITIBA. Secretaria Municipal de Abastecimento. **Aviso de Licitação/Edital nº 137/2011. Concorrência nº 065/2011 – SMAB.** Comissão Permanente de Licitação – CPL, 2011.

CURITIBA. Decreto nº 1371 de 28 de dezembro de 2015. Regulamenta o funcionamento das Unidades de Abastecimento do Município de Curitiba. **Diário Oficial do Município**, 4 de jan de 2016. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=314969>. Acesso em: 22/09/2016.

CURITIBA. Instituto Municipal de Curitiba. **Relatório de Gestão da Prefeitura Municipal de Curitiba 2015.** Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba, 2016a.

CURITIBA. Secretaria Municipal de Abastecimento (SMAB). **I Plano Municipal de Segurança Alimentar de Curitiba – PLAMSAN 2016/2019.** Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba, 2016b.

CURITIBA. Secretaria Municipal de Abastecimento (SMAB). **Edital de Concorrência nº 016/2016 – SMAB.** Concorrência para ocupação e exploração de 44 (quarenta e quatro) espaços públicos, distribuídos em lotes, destinados a comercialização de gêneros e produtos alimentícios. Comissão Permanente de Licitação – CPL, 2016c.

DAROLT, M. R. **As dimensões da sustentabilidade: Um estudo da agricultura orgânica na região metropolitana de Curitiba.** Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2000.

DAROLT, M. R. **Conexões ecológicas: novas relações entre agricultores e consumidores.** Londrina: IAPAR, 2012.

DAROLT, M. R.; LAMINE, C.; BRANDENBURG, A.; ALENCAR, M. C. F.; ABREU, L. S. Redes alimentares alternativas e novas relações produção-consumo na França e no Brasil. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 1-22, abr./jun., 2016.

DAROLT, M.; FREIRE, J. Circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos na região metropolitana de Curitiba. **Relatório Final de Pesquisa com Consumidores.** Instituto Agrônomo do Paraná. Rede Sul de Núcleos de Estudo de Agroecologia e Sistemas de Produção Orgânica (ReSNEA). Curitiba, 2016.

DESLANDES, S. F. NETO, O. C.; GOMES, R. **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade.** MINAYO, M. C. S. (org.). 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

ELL, E.; SILVA; D. O.; Nazareno, E. R.; Brandenburg, A. Concepções de agricultores ecológicos do Paraná sobre alimentação saudável. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 46, n. 2, p. 218-25, 2012.

FERNANDEZ, A. C. F.; FERREIRA, F. S. Mercados e território: as feiras orgânicas e agroecológicas no Rio de Janeiro. In: ZANINI, M. C. C.; SANTOS, M. O. (orgs). **Feiras**,

feirinhas e feirões: a “economia dos centavos” em foco. São Leopoldo: Oikos, 2017. p. 82-108.

FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar.** 2ª edição - versão atualizada com a Resolução CD/FNDE nº 04/2015. Brasília, 2016. Disponível em: file:///C:/Users/Alunos.DESKTOP-7OTV3OK/Downloads/informe_2016_03_manual-pnae-2ed.pdf. Acesso em: 20 de julho de 2017.

FONSECA, M. F. A. C. **A institucionalização do mercado de orgânicos no mundo e no Brasil: uma interpretação.** Tese (Doutorado em Sociologia) – Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/CPDA, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade.** Trad. Raul Fiker. São Paulo: Unesp, 1991.

GODOY, W.I.; SACOS DOS ANJOS, F. A importância das feiras livres ecológicas: um espaço de trocas e saberes da economia local. **Rev. Bras. Agroecologia**, v.2, n.1, fev. 2007.

GUIA ORGANICOS & SAÚDE. É dia de Feira! Feiras Orgânicas de Curitiba. **Revista Guia Orgânicos & Cia**, ano 1, n. 1, p. 10, abr., 2016. Disponível em: <http://guiaorganicosesaude.com.br/>. Acesso em: 25/04/2016.

GUZMÁN CASADO, G.; GONZÁLEZ DE MOLINA, M.; GUZMÁN, E. **Introducción a la agroecología como desarrollo rural sostenible.** Madrid: Mundi-Prensa, 2000.

GUIVANT, J. Os supermercados na oferta de alimentos orgânicos: apelando ao estilo de vida ego trip. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, vol. 5, n. 2, 2003.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) – Segurança Alimentar 2013.** Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

IDEC. Instituto de Defesa do Consumidor. Rota dos Orgânicos. **Revista IDEC**, Rio de Janeiro, 2012. Acesso em 23 de abril de 2017. Disponível: http://www.idec.org.br/uploads/revistas_materias/pdfs/ed-162-pesquisa-organicos.pdf

IDEC. Instituto de Defesa do Consumidor. Quer pagar quanto?. **Revista do IDEC**, Rio de Janeiro, n. 142, p. 16-20, abr., 2010.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Instituto Agrônomo do Paraná. **Abastecimento Alimentar Básico: formas e fontes de suprimento - resultados finais.** Curitiba: IPARDES, 1985. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/abastec_alimentar_result_01_85.pdf. Acesso em: 12/03/2017.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social e Instituto Agrônomo do Paraná. **O mercado de orgânicos no Paraná : caracterização e tendências.** Curitiba: IPARDES, 2007.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Indicadores de desenvolvimento sustentável por bacias hidrográficas do Estado do Paraná.** Curitiba: IPARDES, 2013. Disponível em:
<http://www.meioambiente.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=315>. Acesso em: 22/05/2016.

IPPUC. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. **Rendimentos: comparação Curitiba 2000-2010, comparação entre capitais, análise por bairro.** 2012. Disponível em:
<http://www.ippuc.org.br/mostrarpagina.php?pagina=356&idioma=1&liar=n%E3o>. Acesso em: 24 de maio de 2017.

LINHARES, M.Y.; SILVA, F. T. **História política do abastecimento (1918-1974).** Brasília: Ministério da Agricultura, 1979.

LEÃO M .M.; e RECINE, E. Direito Humano à Alimentação Adequada. In: TADEI, J. A. A. C.; LANG, R. M. F.; LONG-SILVA, G.; TOLONI, M. H. A. **Nutrição e Saúde Pública.** Rio de Janeiro: Editora Rubio, 2011, pg. 478.

LEFF, E. Agroecologia e saber ambiental. **Agroecol. e Desenv. Rur. Sustentável.** Porto Alegre, v.3, n.1, p. 36-51, jan./mar., 2002.

LONG, N.; PLOEG, J. P. Heterogeneidade, ator e estrutura: para a reconstituição do conceito de estrutura. In: SCHNEIDER; S.; GAZOLLA, M. (orgs.). **Os atores do Desenvolvimento Rural: perspectivas teóricas e práticas sociais.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. p. 21-48.

KARAM, K. F. **Agricultura orgânica: estratégia para uma nova ruralidade.** 232 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2001.

KIRCHNER, R. S. Panorama **da produção e do consumo de orgânicos: a “feira verde” de Curitiba, Paraná.** Dissertação (Mestrado em Tecnologia) – Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Universidade Federal Tecnológica do Paraná, Curitiba, 2006.

MACIEL, M. E. Identidade Cultural e Alimentação. **Antropologia e nutrição: um diálogo possível.** In: CANESQUI, A. M.; GARCIA, R. W. D. (orgs.). Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005.

MALUF, R. S. Ações públicas locais de abastecimento alimentar. São Paulo-SP, **Polis Papers:** Polis Assessoria, Formação e Estudos em Políticas Sociais, n.5, 1999.

MALUF, R. S. **Segurança Alimentar e Nutricional.** Petrópolis: Vozes, 2009.

MASCARENHAS, G.; DOLZANI, M. C. S. Feira Livre: territorialidade popular e cultura na metrópole contemporânea. **Revista Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 2, n. 2, 2008.

Disponível em:

<http://www.revistas.ufg.br/atelie/article/viewFile/4710/3971?journal=atelie>. Acesso em: 12/10/2016.

MAGNANTI, J. N. Circuito Sul de circulação de alimentos da Rede Ecovida de Agroecologia. **Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, 2008.

MENEZES, F.; PORTO, S.; GRISA, C. **Abastecimento Alimentar e Compras Públicas no Brasil: um resgate histórico**. Série Políticas Sociais e de Alimentação. Centro de Excelência contra a Fome, 2015.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**. Pesquisa Qualitativa em Saúde. Rio de Janeiro: HUCITEC, 2014.

MIRANDO, A.C.; TAMBELLINI, A.T.; BENJAMIN, C.; BREILH, J.; MOREIRA, J.C. Editores GALVAO, L. A. C.; FINKELMAN, J.; HENAO, S. **Determinantes ambientales y sociales de la salud**. Washington, D.C.: Organización Panamericana de la Salud, OPS, 2010.

MOURÃO, I. R. **Manual I: Breve história do sistema de CEASAs no Brasil (1960 a 2007)**. Relatório técnico. Disponível em: <http://www.ceasa.gov.br/publicacoes>. Acesso em: 23/08/2016.

NAVOLAR, T. S.; RIGON, S. A.; PHILIPPI, J. M. S. Diálogo entre Agroecologia e Promoção da Saúde. **RBPS**, Fortaleza, v. 23, n. 1, p. 69-79, jan/mar, 2010.

NIEDERLE, P. A. Construção social de mercados e novos regimes de responsabilização no sistema agroalimentar. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, Rio de Janeiro, v.10, n.2, 2013.

PADILHA, D. O. **A construção da racionalidade ambiental no movimento agroecológico em Rio Branco do Sul/PR**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba, 2008.

PANELLI-MARTINS BE, SANTOS SMC, ASSIS AMO. Segurança alimentar e nutricional: desenvolvimento de indicadores e experimentação em municípios da Bahia, Brasil. **Rev. Nutr**, Campinas, vol. 21, p. 65-81, 2008.

PEREIRA, M. C., MÜLLER, C. R., RODRIGUES, F. S. A.; MOUTINHO, A. B. A.; RODRIGUES, K. L.; BOTELHO, F. T. Mudança no perfil sociodemográfico de consumidores de produtos orgânicos. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, vol. 20, n. 9, p. 2797-2804, 2015.

PEREZ-CASSARINO, J. Agroecologia e mercados locais: o caminho através da economia solidária. Org: KUSTER, A.; MARTÍ, J.F. Agricultura Familiar, Agroecologia e Mercado no Norte e Nordeste Do Brasil. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, DED, 2004.

PEREZ-CASSARINO, J. **A construção de mecanismos alternativos de mercados no âmbito da Rede Ecológica de Agroecologia**. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

PEREZ-CASSARINO, J.; FERREIRA, A. D., D. Agroecologia, construção social de mercados e a constituição de sistemas agroalimentares alternativos: uma leitura a partir da Rede Ecológica de agroecologia. In: NIERDERLE P. A.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F. M.

Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. Curitiba: Kairós, 2013.

PEREZ-CASSARINO, J.; MICHELATO, A.; TRICHES, R.; PORTO, S. A promoção da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN) por meio do mercado institucional: a experiência brasileira. In: BEZERRA, I.; PEREZ-CASSARINO, J. (Orgs).

Soberania Alimentar (SOBAL) e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) na América Latina e Caribe. Curitiba: Ed. UFPR, 2016.

PINHEIRO, G. S. R. **Agricultor familiar e projeto agroecológico de vida**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004

PLOEG, J. D. V. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. (Trad.) PEREIRA, R. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

RIBAS, M. T. O; RIBEIRO, C. **Necessidades alimentares especiais no ambiente escolar: uma discussão do binômio Nutrição e Bioética**. Projeto de Pesquisa MCTI/Ação Transversal–LEI/CNPq No 82/2013 - Segurança Alimentar e Nutricional no Âmbito da UNASUL e ÁFRICA.

RIGON, S. A. **Alimentação como forma de mediação da relação sociedade natureza – um estudo de caso sobre a agricultura ecológica e o autoconsumo em Turvo –PR**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

RIGON, S. A.; DINIZ, L. L. F; BRANDENDURG, A.; CASSARINO, J. P. A alimentação como forma de mediação da relação sociedade natureza – um estudo de caso sobre a agricultura ecológica e o auto-consumo em Turvo/PR. **III Encontro da ANPPAS**, Brasília, 2006.

RIGON, S. A.; BEZERRA, I. Segurança alimentar e nutricional, agricultura familiar e compras institucionais: desafios e potencialidades. **Demetra**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 435-443, 2014.

RIGOTTO, R. M. et al . O verde da economia no campo: desafios à pesquisa e às políticas públicas para a promoção da saúde no avanço da modernização agrícola. **Ciência &Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.17, n. 6, p. 1533-1542, jun. 2012.

ROSSET, P. Food Sovereignty: Global Rallying Cry of Farmer Movements. **Institute for Food and Development Backgrounder**. v. 9, n. 4, 2003. Disponível em: http://foodfirst.org/wp-content/uploads/2013/12/BK9_4-Fall-2003-Vol-9-4-Food-Sovereignty.pdf. Acesso em: 29 jan. 2016.

RUCINSKI, J.; BRANDENBURG, A. Consumidores de orgânicos em Curitiba. IN: I Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade. **Anais**, 1. Indaiatuba-SP: ANPPAS, 2002.

SACCO DOS ANJOS, F.; GODOY, W. I. ; CALDAS, VELLEDA, N. **As Feiras-livres de Pelotas sob o Império da Globalização: Perspectivas e Tendências**. 1. ed. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária, 2005.

SABOURIN, E. Práticas sociais, políticas públicas e valores humanos. In: SCHNEIDER, S. (org.) **A diversidade da Agricultura Familiar**. Porto Alegre: UFRGS, Estudos Rurais, 2006. p. 108 -132.

SABOURIN, E. Teoria da Reciprocidade e sócio-antropologia do desenvolvimento. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, n. 27, mai./ago. 2011.

SANTOS, E. D. **Circuitos de comercialização de produtos orgânicos em curitiba-PR**. Trabalho de Graduação (Curso de Agronomia) - Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

SEVILLA-GUZMÁN, E. Agroecología y Agricultura Ecológica: hacia una “re” construcción de la soberania alimentaria. **Agroecología**, Espanha, v.1, p. 8-18. 2006. Disponível em: http://www.projetovidanocampo.com.br/agroecologia/agroecologia_vol.pdf. Acesso em: 05/11/2015.

SINDIVEG. Sindicato Nacional das Indústrias de Defensivos Agrícolas (Sindag). **Dados de produção e consumo de agrotóxicos 2014**. Disponível em: <http://www.sindag.com.br>. Acesso em: 30/07/2015.

SILVA, A.C. De Vargas a Itamar: políticas e programas de alimentação e nutrição. **Estudos Avançados**, n. 9, v. 23, p. 86-107, 1995.

SILVA, J.C.G. **Análise do perfil socioeconômico e dos limitantes do acesso a alimentos orgânicos dos consumidores das Feiras Livres Convencionais e das Feiras Orgânicas de Curitiba-PR**. Trabalho de Graduação (Curso de Nutrição) - Setor de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

SCHNEIDER, S.; CRUZ, F.T.; MATTE, A. Estratégias alimentares e de abastecimento: desafios e oportunidades para as cidades e o meio rural. In: CRUZ, F.T.; SCHNEIDER, S.; MATTE, A. **Produção, consumo e abastecimento de alimentos: desafios e novas estratégias**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas. In: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. **Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p.9-27.

SCHMITT, C. J. Transição agroecológica de desenvolvimento rural: um olhar a partir da experiência brasileira. In: SAUER, S; BALESTRO, M. V. **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 173-199.

SCHMITT, C. J.; TYGEL, D. **Agroecologia e Economia Solidária: trajetórias, confluências e desafios**. Org. PETERSEN, P. Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

SCHMITT, C. J. Encurtando o caminho entre a produção e o consumo de alimentos. **Rev. Agriculturas**, v. 8, n. 3, pg.4-8, set, 2011.

SCHOTTZ, V; CINTRÃO, R.P; SANTOS, R. Convergências entre a Política Nacional de SAN e a construção de normas sanitárias para produtos da Agricultura Familiar. **Vigilância Sanitária em Debate**, v. 2, n. 4, p. 115-123, 2014.

STOLARSKI, M. C. Caminhos da alimentação escolar no século XXI: histórico da Política Nacional e avanços na gestão do Paraná. In: HAMERSCHMIDT, I. **Alimentação Saudável e Sustentabilidade Ambiental nas Escolas do Paraná**. Curitiba: Instituto EMATER, 2014.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987, p. 116-137.

UCHIMURA, K. Y.; BOSI, M. L. M. Programas de comercialização de alimentos: uma análise das modalidades de intervenção e interface com a cidadania. **Rev. Nutr.**, Campinas, vol. 16, n. 4, p. 387-397, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732003000400002. Acesso em: 29/08/2016.

VALENTE, F.; GONZALEZ, J. C. M.; FRANCESCHINI, T.; BURUTY, V. Direito Humano à Alimentação Adequada. In: BEZERRA, I.; PEREZ-CASSARINO, J. (Orgs). **Soberania Alimentar (SOBAL) e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) na America Latina e Caribe**. Curitiba: Ed. UFPR, 2016.

VIVAS, E. Consumindo(nos). Portal EcoDebate. Publicado em 23/12/2010. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2010/12/23/consumindonos-artigo-esther-vivas/>. Acesso em: 15 de junho de 2017.

WILKINSON, J. **The mingling of markets, movements and menus: the renegotiation of rural space by NGOs, social movements and traditional actors.** In: Globalisation: Social and Cultural Dynamics, International Workshop, Rio de Janeiro: MINDS, 2006. Disponível em: <<http://www.minds.org.br/arquivos/wilkinsontheminglingofmarkets.pdf>>. Acesso em abril de 2017.

WANDERLEY, M. N. B. “Franja Periférica”, “Pobres do Campo”, “Camponeses”: dilemas da inclusão social dos pequenos agricultores familiares. In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (orgs.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro.** Brasília : Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

WESTPHAL, M. F. Promoção da Saúde e Prevenção de Doenças. CAMPOS, G. W. S. [et al.]. **Tratado de Saúde Coletiva.** São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2009.

APÊNDICE I

ROTEIRO SEMIESTRUTURADO: FEIRANTE

Sexo: () Masculino () Feminino

Idade: _____

Há quanto tempo comercializa na feira livre?

Comercializa seus produtos em outros lugares/feiras? Quais?

Vocês participam de alguma cooperativa? Qual?

Quem trabalha na produção?

- Como se deu o início da sua participação nesta Feiras?
- O que você (Sr. ou Sra) precisou fazer para conseguir este espaço? (nesta feira, quais etapas?)
- Qual o papel da SMAB na organização desta Feira?
- Existe algum espaço de diálogo entre a SMAB e os produtores que estão inseridos nas feiras?
- O que você acha dos preços dos produtos/alimentos desta Feira?
- Como você avalia a localização das Feiras?
- Como você avalia a quantidade de Feiras? Existe a possibilidade de expansão?
- E em termos de logística, transporte e infraestrutura? Como ocorre? Como se dá participação da SMAB?
- Como você percebe a oferta e variedade dos alimentos vendidos nas Feiras?
- Dos produtos/alimentos que você vende, você produz/processa tudo? Ou adquire de alguém? (se sim, de onde?)
- Pra você (Sr. ou Sra) qual o diferencial do seu produto/alimento? (o que ele tem de diferente dos outros)
- O que você entende por produção agroecológica?
- Para você existe uma relação entre aos alimentos que você produz/processa com a promoção da saúde?

ROTEIRO SEMIESTRUTURADO: GESTOR/A E/OU TÉCNICOS

Sexo: () Masculino () Feminino

Idade: _____

Há quanto tempo atua nesse setor _____

Qual formação?

Qual vínculo com a instituição?

- Sobre as Feiras Orgânicas? Você conseguiria contar a história desse processo? (Como começou? Quem começou? De onde veio a ideias)
- Você poderia comentar quando e como as Feiras se inserem no sistema de abastecimento alimentar no município?
- Qual o papel da SMAB na organização das Feiras?
- Quem tem acesso aos espaços para comercializar nas Feiras Orgânicas?
- O que é preciso fazer para ter acesso como vendedor/vendedora/permissionário na Feira Orgânica?
- Existe algum espaço de diálogo entre a SMAB e os permissionários?
- Você pode comentar como o preço influencia no acesso da população aos alimentos vendidos nas Feiras?
- Como você avalia a localização das Feiras Orgânicas?
- Como você avalia a quantidade de feiras? Existe a possibilidade de expansão?
- E em termos de logística, transporte e infraestrutura? Como se dá participação da SMAB?
- Como você percebe a oferta e variedade dos alimentos/produtos vendidos nas Feiras Orgânicas?
- Qual sua opinião sobre os alimentos/produtos comercializados nas Feiras Orgânicas?
- O que você entende por produção agroecológica?
- Para você existe uma relação entre os produtos/alimentos comercializados nas Feiras Orgânicas com a promoção da saúde?